



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

***Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Destinada à
População Adulta do Concelho de Vendas Novas na Última
Década (2000 - 2010)***

Aurora Joaquina Guerreiro Roberto da Costa

Dissertação apresentada à Universidade de Évora como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Dissertação orientada por: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Évora, 2011

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

***Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Destinada à
População Adulta do Concelho de Vendas Novas na Última
Década (2000 - 2010)***

Aurora Joaquina Guerreiro Roberto da Costa

Dissertação apresentada à Universidade de Évora como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Dissertação orientada por: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

“Pensar acerca da qualificação das pessoas é sempre um exercício territorializado. A educação e a formação acontecem sempre num determinado local, que possui características intrínsecas que decorrem das particularidades geográficas, demográficas, sociais, culturais e económicas que, num determinado momento, ali existem.”

(Nico, 2011, p.7)

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta “caminhada”, muitos foram aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização deste projecto de investigação e aos quais venho aqui prestar os meus agradecimentos:

Ao Professor Doutor Bravo Nico, Orientador deste trabalho de investigação, pela sua disponibilidade, pelas suas sugestões e críticas construtivas, pelos seus conselhos sempre oportunos e enriquecedores. Um agradecimento pela partilha de saberes e pelas valiosas contribuições, que me permitiram evoluir a nível profissional e pessoal. Foi um prazer!

À Equipa de Projecto Novas Oportunidades de Adultos da Direcção Regional de Educação do Alentejo, pelo apoio incondicional durante o trabalho de campo, na recolha de dados que permitiram que esta investigação se concretizasse.

A todos os amigos e colegas que comigo partilharam uma “caminhada” repleta de diferentes estados de emoção, em que a motivação e o entusiasmo foram cruciais para chegar ao fim do percurso trilhado.

Ao António e à Alexandra, pelos momentos em que, estando presente me encontrava ausente. Muito Obrigada!

Aos meus pais, por tudo o que sempre me proporcionaram e por me ajudarem a construir os meus sonhos!

RESUMO

A presente dissertação constitui-se num estudo desenvolvido na área da educação de adultos, tendo como questão central: qual a oferta educativa e formativa certificada dirigida à população adulta do concelho de Vendas Novas, no período de 2000 a 2010?

Procurámos dar resposta a esta questão, reflectindo sobre os conceitos relativos à Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida e traçando uma breve retrospectiva das políticas educativas que nortearam este sector da educação.

Atendendo à natureza do objecto em estudo, seguiu-se uma metodologia qualitativa, tendo a recolha de dados recaído sobre documentos oficiais produzidos por instâncias locais e regionais. Para a sua análise e interpretação, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, com o objectivo de destacar o seu conteúdo, quer evidente, quer latente.

Os resultados emanados deste estudo permitiram-nos concluir efectivamente que as ofertas formativas colocadas ao dispor da população do concelho de Vendas Novas, durante a década de 2000 – 2010, foram muito diversificadas e procuraram, não só dar resposta às necessidades de formação/qualificação diagnosticadas, mas também dar cumprimento às orientações políticas nacionais e internacionais, em matéria de educação de adultos.

Palavras - Chave: Educação e Formação de Adultos, Aprendizagem ao Longo da Vida, Certificação, Qualificação.

Mapping of the certified educational and training offer for adults in the County of Vendas Novas (from 2000 to 2010).

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study carried out in the area of adult education, having as central concern the mapping of the certified educational and training offer for adults in the county of Vendas Novas, in the period between 2000 and 2010.

We tried to answer this question, reflecting on the concepts relating to education and lifelong learning and plotting a brief review of educational policies that guided this sector of education.

Due to the nature of the subject under study, was followed a qualitative methodology, and data collection has relied on official documents produced by local and regional authorities. For the analysis and interpretation of data, we used the technique of content analysis, in order to highlight its content, either obvious or latent.

The results emanating from this study allowed us to conclude that the provision of educational and training offer made available to the population of the county of Vendas Novas, during the decade 2000 - 2010, was very diverse and sought to address not only the training / qualification needs diagnosed, but also to comply with the national and international guidelines, in the field of adult education.

Keywords: Adult education/training, *Lifelong Learning*, *Certification*, *Qualification*.

ÍNDICE GERAL

Lista de Siglas e Abreviaturas	ix
Índice de Quadros	x
Índice de Gráficos	xi
Índice de Figuras	xii
Índice de Anexos	xii
INTRODUÇÃO	1
Contextualização do estudo	2
Os objectivos do estudo	4
Estrutura da dissertação	4
PARTE I	
QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	6
CAPÍTULO 1. BREVES REFLEXÕES EM TORNO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	7
1.1 “Educação de Adultos” ou “Formação de Adultos”: ambiguidade de significados	7
1.2 A vida é uma escola: educação formal, não formal e informal	9
1.3 Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida	12
1.4 A aprendizagem ao longo da vida e a sociedade do conhecimento	17
1.5 Educação e aprendizagem ao longo da vida: contributos para a elevação da escolaridade e da empregabilidade	20

CAPÍTULO 2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: POLÍTICAS E TENDÊNCIAS	24
2.1 Enquadramento legal da Educação e Formação de Adultos em Portugal desde 1974 até à actualidade	24
2.1.1 O Período de 1974 a 1998	24
2.1.1.1 A criação do Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Base de Adultos (PNAEBA)	24
2.1.1.2 Educação Extra – escolar, um contributo para o desenvolvimento comunitário local	30
2.1.1.3 Ensino Recorrente de Adultos: um ensino de 2.^a oportunidade ou um projecto inacabado?	36
2.1.2 O Período de 1999 a 2010	39
2.1.2.1 Da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) à Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV)	39
2.1.2.2 O Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	43
2.1.2.3 A Agência Nacional para a Qualificação I.P. (ANQ I.P.) e o plano estratégico da Iniciativa Novas Oportunidades	46
2.1.2.4 O Quadro Comunitário de Apoio – O Quadro de Referência Estratégico Nacional	51
2.2 Instrumentos locais de orientação educativa	53
 PARTE II	
 A INVESTIGAÇÃO	57
 CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS	58
Vendas Novas - “Era uma vez uma princesa...”	
3.1 Enquadramento territorial	59

3.2 Caracterização sócio – económica	60
3.3 Dados demográficos	63
3.4 Níveis de instrução da população residente	64
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	67
4.1 Da formulação do problema às opções metodológicas	67
4.2 Objectivos da investigação	74
4.3 Técnica de recolha de dados e tratamento da informação obtida	74
CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	83
5.1 A Carta Educativa do Concelho (2006): que orientações para a qualificação da população adulta?	83
5.2 O Concelho Local de Acção Social de Vendas Novas (CLAS)	85
5.3 Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Certificada para adultos no Concelho de Vendas Novas	89
5.4 Cenários de qualificação da população adulta no Concelho de Vendas Novas	94
5.5 O tempo, as instituições e as modalidades de formação (Perspectiva cronológica)	108
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
6.1 Conclusões	112
6.2 Limitações do estudo e perspectivas futuras	118
BIBLIOGRAFIA GERAL	120
Livros e artigos	120
Outros documentos	129
Legislação	130

Anexo I: Grelhas de análise de conteúdo

Anexo II: Matrizes de caracterização das entidades/instituições formadoras

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALV	Aprendizagem ao longo da vida
ANQ I.P.	Agência Nacional para a Qualificação (Instituto Público)
CE	Conselho da Europa
CLAS	Conselho Local de Acção Social
CNO	Centro Novas Oportunidades
CRSE	Comissão da reforma do sistema educativo
DGEP	Direcção-Geral de Educação Permanente
DS	Diagnóstico Social
EA	Educação de adultos
EF	Educação formal
EFA	Educação e formação de adultos
EFLA	Educação e formação ao longo da vida
EI	Educação informal
ELV	Educação ao longo da vida
ENF	Educação não formal
EP	Educação permanente
ER	Ensino Recorrente
FM	Formação Modular
IEFP I.P.	Instituto de Emprego e Formação Profissional (Instituto Público)
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SIGO	Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFCD	Unidade de Formação de Curta Duração
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Arquitectura/síntese da educação extra-escolar	34
Quadro II – Arquitectura/síntese do ensino recorrente	38
Quadro III – Caracterização dos desempregados no concelho de Vendas Novas (Julho 2010 – Julho 2011)	62
Quadro IV – População residente no concelho de Vendas Novas, em 2001 e 2011	63
Quadro V – Nível de instrução e taxa de analfabetismo da população residente, em 1991 e 2001	64
Quadro VI – Documentos analisados	80
Quadro VII – Categorias e subcategorias	81
Quadro VIII – Entidades formadoras sediadas no concelho de Vendas Novas (2000 – 2010)	89
Quadro IX – Entidades formadoras não sediadas no concelho de Vendas Novas (2000 – 2010)	89
Quadro X – Cartografia da oferta formativa e educativa para adultos no Concelho de Vendas Novas (2000 - 2001)	91
Quadro XI – Associações do Concelho de Vendas Novas	93

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Evolução do número de Centros RVCC e de Centros Novas Oportunidades	46
Gráfico II – Índice de qualificação académica da população que sabe ler e escrever, por freguesia (%) em 2001	65
Gráfico III – N.º de alunos que concluíram o ER (2000 – 2009)	98
Gráfico IV – N.º de certificações de nível básico escolar	100
Gráfico V – N.º de certificações de nível secundário escolar	100
Gráfico VI – Estado - Processos de RVCC	101
Gráfico VII – N.º de adultos que frequentaram cursos EFA (2007 – 2010)	101
Gráfico VIII – Caracterização face ao emprego dos adultos que frequentaram cursos EFA de nível secundário (CE e DC)	102
Gráfico IX – N.º de adultos certificados em cursos EFA (2009 - 2010)	102
Gráfico X – Caracterização face ao género dos adultos que obtiveram certificações em cursos EFA (2009 - 2010)	103
Gráfico XI – Caracterização face ao género da população que frequentou cursos de FM	104
Gráfico XII – N.º de adultos que concluíram o 3.ºciclo (2000 – 2010)	104
Gráfico XIII – N.º de adultos que concluíram o ensino secundário (2000 – 2010)	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento do Município em estudo a nível nacional e regional	35
Figura 2 – Freguesias do Concelho de Vendas Novas	36
Figura 3 – Cronologia das modalidades de formação disponibilizadas aos adultos no concelho de Vendas Novas, (2000 – 2010)	111
Figura 4 - Oferta educativa/formativa certificada para adultos no concelho de Vendas Novas, (2000 – 2010)	115

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I: Grelhas de análise de conteúdo	136
Anexo II: Matrizes de caracterização das entidades/instituições formadoras	151

INTRODUÇÃO

A sociedade em que vivemos assiste a momentos de grande complexidade social, económica e política, consequência da permanente evolução científica, do progresso tecnológico e simultaneamente das desigualdades sociais e culturais, cada vez mais acentuadas.

A educação, que Delors (1996) aponta como a chave do futuro, nem sempre acompanha as mudanças e as evoluções sociais e políticas. Segundo este autor, a educação constitui um factor preponderante no acompanhamento e participação activa, de forma crítica, dos cidadãos na vida democrática do país. Rodrigues & Nóvoa (2005) referem que a globalização e o progresso tecnológico devem impulsionar os indivíduos na procura de formas de actualização de conhecimentos e de reciclagem profissional, desenvolvendo competências necessárias às frequentes mudanças profissionais.

O Conselho Europeu de Lisboa realizado em Março de 2000, do qual resultou o Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, formalizou um momento decisivo na orientação das políticas e acções a adoptar na União Europeia. As conclusões deste Encontro revelam que a Europa entrou indiscutivelmente na Era do Conhecimento, em que a educação ao longo da vida reúne todas as actividades significativas de aprendizagem: as formais, não formais e informais, assim como a inevitável complementaridade das mesmas. A aprendizagem ao longo da vida é entendida como um processo permanente, que contempla, por um lado, a dimensão temporal da aprendizagem (*lifelong*), por outro, a multiplicidade de espaços e contextos (*lifewide*).

Neste Memorando, projectou-se para a década que agora terminou, a possibilidade de todos os cidadãos europeus poderem beneficiar de oportunidades idênticas para se adaptarem à exigências das mutações sociais e económicas de modo a adquirirem competências necessárias a uma participação activa na construção do futuro da Europa.

A nível nacional, a atenção dispensada à formação, não só pelo poder político como também pelos cidadãos em geral, tem vindo a adquirir cada vez mais visibilidade. É evidente que a oferta aumentou, sobretudo a partir da década de noventa, muito influenciada pela crescente disponibilidade de fundos e programas comunitários orientados não só para a formação profissional, como também para a elevação da escolaridade da população adulta que, em algumas circunstâncias, beneficiou de programas destinados a promover o desenvolvimento rural e regional e a combater a pobreza e a exclusão social (Freitas, 2007).

O conhecimento da realidade escolar, no âmbito da educação e formação para adultos, através do Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis, das Novas Oportunidades para Adultos em processos de RVCC, incluindo os cursos EFA, abriu um espaço de reflexão sobre a forma como o sistema educativo se adaptou, ou melhor se está a adaptar, ao novo paradigma social numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

Contextualização do estudo

Este trabalho surge no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Variante de Avaliação Educacional – e pretende abordar uma temática relacionada com a Educação e Formação de Adultos.

Segundo Pacheco (1992) Toda a reforma implica, não só, uma mudança estratégica no quadro normativo da política educativa, com opções a nível político, ideológico, social e cultural e, mas também, uma inovação a nível mais concreto das práticas educativas e dos contextos imediatos da acção dos professores e dos diversos agentes educativos. Uma reforma educativa, como o afirmam Gonzalez & Escudero (1987, p.21), *envolve “uma inter-relação entre uma realidade subjectiva (a das pessoas) e uma realidade objectiva (a do contexto organizacional)”*. Uma reforma educativa bem ou mal sucedida não pode traduzir-se pelas mudanças introduzidas por uma via personalizada, mas sim pelas mudanças que implicam uma modificação estrutural, de acordo com um conjunto de necessidades, resultados específicos, meios e métodos adequados.

No entender de Almeida & Freire (2008), qualquer investigação é conduzida tendo em vista esclarecer uma dúvida, replicar um fenómeno, testar uma teoria ou buscar soluções para um problema.

No trabalho de investigação que nos propomos realizar o problema reside em procurar conhecer como têm evoluído os investimentos locais e regionais a cargo de entidades públicas e privadas em matéria de educação de adultos num Concelho do Distrito de Évora, nomeadamente Vendas Novas na década de 2000 a 2010.

Subjacente a esta problemática surge a seguinte questão central:

Qual a oferta educativa e formativa certificada dirigida à população adulta do Concelho de Vendas Novas na década de 2000 a 2010?

O interesse pela elaboração desta investigação nasce, por um lado, das tendências nacionais que estão orientadas para uma aposta no aumento da qualificação da população portuguesa e, por outro, do interesse e experiências pessoais e profissionais na área da educação e formação para adultos.

Consideramos a escolha da temática pertinente, uma vez que a educação de adultos está hoje numa encruzilhada, resultado das transformações ocorridas na última década, na Europa, muito em particular em Portugal, no que se refere à concepção e desenvolvimento de um sistema de educação e formação de adultos, com a introdução e promoção de Cursos de Educação e Formação de Adultos/Formações Modulares e do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Integrados na ainda “jovem” Iniciativa Novas Oportunidades, tem – se assistido a uma consolidação e integração destas medidas de política, que tornou possível responder em larga escala ao também imenso problema de baixas qualificações da população portuguesa.

Os objectivos do estudo

A partir de um primeiro contacto com autores e conceitos no campo da educação e das políticas educativas orientadas para adultos e de uma prematura investigação no terreno, foram definidos os seguintes objectivos:

- Identificar as entidades responsáveis pela oferta educativa e formativa destinada à população adulta do Concelho de Vendas Novas na década de 2000 - 2010;
- Identificar as modalidades de educação e formação destinadas aos adultos do Concelho de Vendas Novas, durante o período em estudo;
- Estudar as tendências de desenvolvimento da educação e formação de adultos no Concelho de Vendas Novas, entre 2000 e 2010;
- Caracterizar, quanto ao sexo, faixa etária e níveis de habilitação e qualificação académica e profissional, a população que frequentou cursos de educação e formação durante o mesmo período;
- Obter informações que possam contribuir para outros estudos similares.

Estrutura da Dissertação

Este trabalho está estruturado numa introdução, que remete muito sumariamente para a temática em estudo, apresentando, em seguida, o contexto que a fez emergir, os objectivos que determinam o nosso percurso, e este plano orientador. Posteriormente, divide – se em duas partes.

A primeira subdivide-se em dois capítulos que, no seu conjunto, nos conduzem ao enquadramento teórico da investigação:

- No Capítulo 1, são abordados, de forma reflexiva, noções, conceitos e princípios de educação e formação de adultos, nos diversos contextos de aprendizagem proporcionados ao longo da vida.
- No Capítulo 2, tendo por base o suporte legislativo e as orientações nacionais e internacionais, efectuamos uma “viagem” não muito longínqua

pelos principais acontecimentos em matéria de educação e formação de adultos, desde a Revolução de Abril até à actualidade.

A segunda parte diz respeito ao estudo empírico e apresenta-se subdividida em quatro capítulos:

- No Capítulo 3, caracterizamos o concelho de Vendas Novas nos aspectos considerados relevantes para melhor conhecer a população em estudo, nomeadamente, enquadramento territorial, nível sócio – económico, análise demográfica e níveis de instrução;
- No Capítulo 4, apresentamos a fundamentação sobre a metodologia adoptada, numa perspectiva qualitativa/descritiva e explicitamos as etapas que percorremos durante o nosso trabalho de investigação;
- No Capítulo 5, procedemos à apresentação e análise descritiva dos dados disponíveis;
- No Capítulo 6, expressamos as conclusões onde tecemos algumas considerações em torno da problemática em estudo e onde avaliamos o grau de cumprimento dos objectivos que nos propusemos atingir. Procuramos igualmente nesta parte do trabalho, após uma análise reflexiva, perspectivar estudos futuros.

PARTE I

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Os domínios teóricos que serão abordados ao longo desta primeira parte do trabalho são essenciais para clarificar o quadro conceptual em que o objecto de estudo se insere, assim como, os pressupostos e os princípios orientadores da pesquisa.

CAPÍTULO I - BREVES REFLEXÕES EM TORNO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

No presente capítulo, serão abordados, de forma reflexiva, noções, conceitos e princípios da educação e formação de adultos, nos diversos contextos de aprendizagem proporcionados ao longo da vida.

1.1 “Educação de Adultos” ou “Formação de Adultos”: ambiguidade de significados

As designações “Educação de adultos” e “Formação de adultos” são frequentemente confundidas, sendo que, muitas vezes é difícil delimitar fronteiras entre elas. No entanto, alguns autores associam a primeira a processos de alfabetização e a segunda à formação profissional.

A “Educação de adultos” pode estar ligada a metodologias escolarizadas aliadas a práticas de ensino recorrente, ou, num sentido mais lato, corresponder a processos educativos que ocorrem ao longo de toda a vida – educação permanente. Esta concepção de educação surgiu como consequência das alterações tecnológicas e respectiva evolução sócio-económica que caracterizaram o ambiente do pós-guerra, na década de setenta e pressupõe que o processo educativo acontece em diferentes espaços sociais, é permanente, comunitário e perpetua-se desde o nascimento até à morte. Saliente-se o importante contributo dado pela UNESCO, para a implementação e desenvolvimento do conceito de educação permanente.

A designação de formação contínua de adultos, numa perspectiva de actualização e aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas no âmbito profissional, esteve associada, e ainda parece estar, a aprendizagens efectuadas na idade adulta. Este processo constituiu uma nova fase do processo educativo, cuja função era profissionalizante.

Segundo Antunes (2001), a educação de adultos refere-se não só aos adultos do presente que necessitam de educação/formação, mas também aos jovens que é necessário continuar a educar/formar ao longo da sua vida adulta. Eles serão os adultos do futuro. Emerge a ideia de que os espaços educativos, deixam de estar confinados ao ambiente escolar. A sociedade e o homem interagem numa combinação, que propicia diferentes ambientes e formas de aprendizagem com vista à auto-realização dos indivíduos.

Guy Avanzin, na sua obra intitulada “L´education des adultes”, propõe para as designações em análise as seguintes definições:

“a formação dos adultos tende a aumentar a competência inicial do sujeito no domínio próprio da sua actividade, em função do seu estatuto: é o que designa a noção de “reciclagem” e, por vezes, a de “reconversão profissional; a educação dos adultos visa alargar a polivalência, mas sem modificar o estatuto, tendo em vista os tempos livres ou uma mais sólida cultura geral” (1996, p.12).

Na perspectiva de Honoré:

“O termo educação serviu durante muito tempo para designar a acção dos adultos sobre as crianças (...). Quando se fala hoje de educação permanente, aparece com facilidade a imagem de alguns adultos agindo sobre outros adultos que substituem as crianças. A educação representou, na vida social, durante demasiado tempo, o seu aspecto de reprodução e de transmissão para que possa, sem dificuldade, alargar o seu sentido ao fenómeno vital, nos seus aspectos evolutivos, tanto individuais como colectivos” (1997, p.114).

Para o mesmo autor, formação é entendida como: “ *um processo de diferenciação e de activação energética, exercendo-se em todos os níveis da vida e do pensamento, cuja experiência não consiste em suportá-la mas ter nela uma participação activa*” (Ibidem, p.146).

Segundo Canário (1999), para que educação e formação assumam um novo significado, importa redefinir os objectivos da formação, para que estes não

permaneçam associados a uma preparação para o trabalho, mas sim um processo de aprendizagem no e pelo trabalho.

Não temos a pretensão de esgotar esta temática, nem seria fácil, como já foi anteriormente referido, delimitar fronteiras entre formação e educação, pelo que, ao longo deste trabalho, utilizaremos a designação de educação de adultos em representação da educação e formação de adultos.

Segundo Silvestre (2003), o eixo educação – formação assenta numa interacção comunicativa que advém da sociedade e que se traduz numa complementaridade que torna praticamente impossível delimitar espaços e tempos quer para uma quer para outra.

Saliente-se a importância que é atribuída à educação, no sentido da humanização e na consequente capacidade da humanidade para controlar o seu próprio desenvolvimento. Segundo o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI, a educação deve dotar cada um de nós de capacidades que promovam o desenvolvimento social.

1.2A vida é uma escola: educação formal, não formal e informal

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação” (Brandão, 1981, p.1).

O termo educação de adultos é considerado neste trabalho, no seu sentido mais lato, como a totalidade dos processos educativos presentes ao longo da vida. Engloba a alfabetização, o ensino recorrente, a formação profissional, a educação extra – escolar, ou seja, todas as modalidades educativas, formais, não formais ou informais.

Na actualidade, já não existem dúvidas de que a educação do homem, não acontece só no espaço escolar, vai acontecendo, na e ao longo da vida, de uma

forma permanente, em momentos de interacção com os outros e com o meio, nas e com as experiências vividas.

As modalidades educativas não escolares assumem cada vez mais relevância nas sociedades actuais. *“A educação/formação não se limita a um dado período da vida de cada um, mas é co-extensiva dessa mesma vida”* (Silva & Rothes, 1998, p.95).

Segundo Faure (1972), de uma forma consciente ou não, o homem sempre se instruiu, educou e formou ao longo da vida, quer pela influência do meio, quer pelas consequências das suas experiências, das concepções de vida e conteúdos do saber que vão delineando os seus comportamentos.

A existência da escola, enquanto instituição, é relativamente recente e antes da criação da escola pública, a educação das crianças competia à família. Como consequência da industrialização, as necessidades de mão – de – obra qualificada aumentaram e, no séc. XIX, assistiu-se a um desenvolvimento acelerado do sistema educativo escolar. Contudo, as alterações sócio – económicas que ocorreram após o final da II Guerra Mundial, denunciaram as fragilidades de um sistema, até então considerado como único e privilegiado de acesso ao saber e ao conhecimento.

A Crise Mundial na Educação, referenciada por Coombs (1968), e os resultados de diagnósticos e avaliações efectuadas a instituições escolares, evidenciaram um deficiente contributo para a evolução das sociedades no sentido de um desenvolvimento integrado e sustentado. Os constrangimentos e as limitações do sistema escolar tradicional promoveram um interesse sucessivamente crescente pelas modalidades não escolares da educação, no sentido de completarem, ou até mesmo de, em muitas situações, substituírem a escola.

A tomada de consciência de que a escola não é a única fonte potenciadora de aprendizagem, nem o local exclusivo onde se preparam as pessoas para a vida, associada à sua incapacidade em dar resposta às necessidades cada vez mais

permanentes e diversificadas dos indivíduos, fez surgir outros meios educativos paralelos, não escolares, designados não formais e informais (ENF/EI).

Da Conferência Internacional sobre a Crise na Educação no Mundo, em 1967, surgiu a necessidade de distinguir os conceitos de educação formal, educação não formal e educação informal. Em Março de 1988, a CRSE, define a educação formal (EF), como uma educação organizada, sequencial, ministrada nas escolas, com uma estrutura e plano de estudos organizados, que conduz de um modo geral, a um determinado nível, oficializado por um diploma. Nestes termos, associar a EF à educação escolar ministrada nas instituições convencionais pode parecer legítimo.

A ENF foi definida pela mesma Comissão como uma educação que embora seja estruturada e conduzir a uma certificação, difere da EF por permitir uma adaptação dos conteúdos/programas às características dos destinatários. Por outro lado, os tempos e os espaços destinados à formação são flexíveis e adaptados a cada grupo em concreto.

A EI inclui todas as possibilidades educativas que poderão acontecer, de forma permanente, não organizada, ao longo da vida dos indivíduos. Pode ser intencional ou não, sendo considerada educativa pelos efeitos que produz, nomeadamente na alteração dos conhecimentos, competências, comportamentos e atitudes desses indivíduos.

Contrariamente às duas categorias anteriores, a EI não acontece de forma intencional, não sendo muitas vezes reconhecida pelos próprios indivíduos, como um contributo para o enriquecimento dos seus conhecimentos e competências.

Pelo exposto, parece - nos que a fronteira entre os três conceitos, anteriormente explanados, é ténue, sendo que, qualquer deles poderá estar associado à escola. De igual forma somos levados a considerar que estas diferentes modalidades de “fazer” educação dão o seu contributo para que as sociedades evoluam de forma equilibrada e sustentada.

Segundo Faure (1972), a acção educativa deve ser entendida como aquela que vai para além das instituições, dos programas, dos conteúdos e dos métodos,

para passar a ser um processo do homem que, através da diversidade das suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar – se sempre mais ele próprio.

Nesta linha de pensamento, podemos considerar que a educação permanente e ao longo da vida dizem respeito a cada um de nós, não só como alvos dessa educação mas também como participantes activos nelas (Silvestre, 2003, p.59). Ainda na perspectiva deste autor, é com base nesta dupla dimensão, que se pode afirmar que, na sociedade actual, para a educação e a formação dos indivíduos contribuem, de forma complementar, a EF, a ENF e a EI.

Concluimos este ponto da nossa breve reflexão com as palavras de Cavaco,

“em virtude das alterações económicas e sociais das sociedades modernas os adultos tornam-se um grupo prioritário em termos de intervenção educativa. A capacidade de aprender através da experiência reveste-se de uma importância capital, surgindo assim a valorização das modalidades educativas não formal e informal, como complementares da educação formal” (2002, pp 27-28).

1.3 Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida

De entre os paradigmas educacionais que acompanham a história da educação, a “educação ao longo da vida” ocupa um lugar especial. Na realidade, *“a ideia de que a vida e a aprendizagem avançam ou deviam avançar a par e passo, remonta aos primeiros textos conhecidos que orientam a humanidade”* (Kallen, 1996, p.17).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Aprendizagem ao Longo da Vida surgia com a designação de Educação ao Longo da Vida e merecia especial atenção por parte de Organizações Internacionais como a UNESCO, a OCDE e o Conselho da Europa, cujos documentos elaborados reflectiam objectivos globais comuns no âmbito das políticas de ELV; a (re)organização do sistema educativo com o objectivo de abarcar todos os momentos da vida, por forma a possibilitar uma

igualdade de oportunidades de acesso à educação a toda a população e o alargamento do ensino pós-obrigatório à totalidade da vida.

O Conselho da Europa (1970) introduziu, nos anos sessenta, o tema da Educação Permanente. Esta era considerada um padrão de educação global capaz de dar resposta às necessidades individuais e diversificadas dos jovens e adultos, no âmbito da educação da nova sociedade europeia. Eram então três, os princípios da nova política do Conselho da Europa: igualização, participação e globalização.

Para Lengrand (1970), um dos mentores da elaboração do conceito de Educação ao Longo da Vida da UNESCO, a Educação Permanente contempla os diferentes momentos de formação, dando importância à globalidade e continuidade do desenvolvimento da pessoa, na medida em que concebe programas e instrumentos de educação que estabeleçam um *continuum* entre as necessidades e a formação geral, o ensino da profissão, a expressão cultural com, e para as quais os indivíduos se completam e realizem.

No relatório *“Learning to be”*, da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação presidida por Edgar Faure (1972), a educação é entendida como um processo global, sendo a Educação Permanente a expressão de uma relação envolvente entre todas as formas e momentos do acto educativo. *“A filosofia subjacente ao trabalho “Learning to be”, pode caracterizar-se como um novo “humanismo” que vai beber ao desejo do homem de aprender, e que torna possível trabalhar rumo a uma sociedade nova e mais humana...”* (Kallen, 1996, p.19).

Para a OCDE, os objectivos da educação contínua/permanente eram essencialmente económicos. As linhas orientadoras desta organização, na década de setenta, integram a educação formal inicial, a educação de adultos e a formação no trabalho, num único enquadramento político, cujos objectivos se relacionam com um conjunto de objectivos educacionais, económicos e sociais comuns.

A situação económica, que se viveu em meados da década de setenta, motivada pela “crise do petróleo”, contribuiu para, que nos países ocidentais, as taxas de desemprego disparassem, entrando a Europa numa recessão económica com consequentes reduções nas verbas orçamentais destinadas à educação. Em finais desta década, a EP encontrava-se quase exclusivamente associada à formação profissional e ao prolongamento da escolaridade obrigatória.

O crescente desemprego, consequência, em parte, do progresso tecnológico, a competitividade e as novas exigências de mercado constituíram, nos anos noventa, factores que vieram contribuir para acentuar a diferença entre *educação* e *aprendizagem* ao longo da vida. A aprendizagem, depende do indivíduo, é da sua responsabilidade usufruir das ofertas formativas de modo a garantir a empregabilidade. A educação deve ser assegurada por instâncias superiores, com políticas públicas que permitam o acesso de todos de forma imparcial à formação e ao conhecimento.

Na actualidade, a ALV constitui uma responsabilidade acrescida para os cidadãos que, perante o mundo do trabalho instável, têm que conseguir tirar partido das oportunidades de diversa natureza, muito concretamente, ao nível das ofertas formativas.

A educação não é, por si só, um direito social. Parece ser considerada também um dever económico de cada um, que passou a ser “responsabilizado” pelo nível de competitividade da empresa onde desenvolve a sua actividade profissional. A educação é cada vez mais um factor essencial para a competição no mercado de trabalho global.

A OCDE (1996) encara a ALV, como uma estratégia do século XXI, ao apostar no desenvolvimento pessoal, ao reforçar valores democráticos, ao cultivar a vida em comunidade, ao procurar manter a coesão social, ao promover a inovação, a produtividade e o crescimento económico.

Pensamos que neste momento se torna pertinente colocarmos a seguinte questão: será a aprendizagem ao longo da vida uma realidade ou uma utopia?

Como tem vindo a acontecer em muitos outros domínios sociais, a ALV tem sido submetida a desafios sucessivos numa época classificada nos dias de hoje por transição entre paradigmas. Alguns destes desafios relacionam-se com a multiplicidade de fontes e formas de aprendizagem, da possibilidade dos indivíduos desempenharem ao mesmo tempo, diferentes papéis na sociedade, podendo ser, por exemplo, estudante, trabalhador, pai/mãe de família (Carvalho, 2009).

Segundo Finguer & Ansún (2003), não se aprende por se ter aprendido, aprende-se por se ter mudado uma situação, por ter melhorado o nível de vida, aprende-se para ter mais justiça, para ser mais competente, para participar democraticamente na sociedade.

Para Siteo (2006), a ALV significa que, se uma pessoa tem o desejo de aprender, ela terá condições de fazê-lo, independentemente de onde e quando isso ocorre. No entender deste autor, existem três factores que concorrem em simultâneo para que tal aconteça; predisposição para a aprendizagem, a existência de ambientes de aprendizagem (centros, escolas, empresas, etc) e agentes de aprendizagem, sendo que, esta aprendizagem deverá estar em consonância com as necessidades do mercado de trabalho se o objectivo for o combate ao desemprego.

Siteo (2006) refere ainda que a aprendizagem que acontece na escola e durante a vida profissional, deve ser um prolongamento das aprendizagens que acontecem na infância e na terceira idade, numa interacção permanente com o mundo.

Tendo em conta os novos desafios da sociedade, a ALV tende a proporcionar aos indivíduos oportunidades de aquisição de competências que lhes permitirão trabalhar mais e melhor, para que as entidades patronais se tornem mais competitivas perante uma economia global.

A ALV também está muitas vezes associada à educação e formação de adultos, se esta for entendida numa perspectiva de retorno aos estudos interrompidos na infância ou na juventude, quer por motivos financeiros quer pelo desempenho escolar menos satisfatório. Os desafios económicos das sociedades modernas não são compatíveis com défices de qualificação, pelo que uma formação adquirida mais tardiamente poderá traduzir-se em ganhos, nomeadamente ao nível da empregabilidade e eventualmente em salário.

A concepção de “aprendizagem de recuperação”, utilizada por Carvalho (2009), no documento “Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007”, quando se refere à educação de adultos está, de acordo com a autora, felizmente ultrapassada. É com base neste inquérito que a Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P. argumenta que,

“as oportunidades oferecidas pelos novos recursos do conhecimento e da aprendizagem, como por exemplo, as novas tecnologias da informação e da comunicação, proporcionam uma grande flexibilização e autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes intervir mais proactivamente do que antes face aos desafios incessantes da inovação e do progresso. Neste contexto assiste-se a uma valorização económica e social das aprendizagens não formais e informais, sobretudo as que condicionam cada vez mais a mobilidade profissional e a empregabilidade nas condições instáveis dos mercados de trabalho actuais” (Ibidem, p.39).

No entender dos mais cépticos, a ALV poderá ser uma utopia, mas não deixa de ser uma realidade, a avaliar pelas recentes conclusões emanadas da Conferência Internacional sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, que decorreu em Lisboa, na Universidade Aberta, em Outubro de 2010,

“A ALV surge hoje como factor determinante para uma adaptação da Europa: à globalização das economias e da concorrência; à evolução das estruturas sociais e familiares; à evolução demográfica, ao envelhecimento generalizado e ao aumento das migrações; à heterogeneidade/diversidade cultural das suas (novas) populações; à transição da sociedade industrial para a sociedade da informação e do conhecimento; à mudança dos processos de produção e das formas de organização do trabalho; à aceleração das mutações tecnológicas e ao impacto da tecnologia digital”(Sales, 2010, Conferência Internacional Sobre ALV – Balanço e Perspectivas).

Finalizamos este ponto da nossa dissertação com mais uma referência que vem salientar a importância atribuída na actualidade à ALV; *“pela sua profunda dimensão e impacto social, a ALV é a marca distintiva da(s) nova(s) sociedade(s) do século XXI”* (Sales, 2010, Conferência Internacional Sobre ALV – Balanço e Perspectivas).

1.4 A aprendizagem ao longo da vida e a sociedade do conhecimento

Iniciamos o desenvolvimento desta temática, com uma definição clássica de Aprendizagem ao Longo da Vida: *“todas as actividades de aprendizagem intencional desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não formais ou informais, com o objectivo de adquirir, desenvolver ou melhorar os conhecimentos, as aptidões e as competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou profissional”* (Sales, 2010, Conferência Internacional Sobre ALV – Balanço e Perspectivas).

Em análise, esta definição remete-nos por um lado, para a amplitude de “cenários” de aprendizagem com que nos deparamos no nosso quotidiano e por outro para a dimensão temporal da aprendizagem (*lifelong*) e para a multiplicidade de espaços e contextos de aprendizagem (*lifewide*).

Caeiro (2010) considera quatro, as dimensões implícitas no conceito de ALV: realização pessoal, cidadania activa, integração social, empregabilidade e adaptabilidade.

Na Europa, remontam aos anos 90, as reflexões que em muito têm contribuído para aproximar o conceito de sociedade de conhecimento com o de ALV. O “Livro Branco Sobre a Educação e a Formação” (CE, 1995) surgiu com a pretensão de *“colocar a Europa na via da sociedade cognitiva, baseada na aquisição de conhecimentos, onde ensinar e aprender são um processo contínuo ao longo da vida”*.

No entender de Lima, Afonso & Estêvão (1999, p.40), *“a integração de Portugal na sociedade do conhecimento é, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º92/98, de 25 de Junho, um imperativo nacional, competindo à educação e formação de adultos prosseguir este desiderato”* (1999, p.40). Ainda de acordo com estes autores, a integração nesta sociedade deve ser garantido de igual forma por todos de modo a assegurar uma igualdade de oportunidades, evitando a exclusão social, no sentido da promoção de uma cidadania activa.

Em Março de 2000, as conclusões do Conselho da Europa confirmam que a aposta na aprendizagem ao longo da vida deve acompanhar uma transição bem sucedida para uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento.

Caeiro (2010) salienta que a estratégia para atingir este objectivo reside no desenvolvimento do ensino e da qualificação, no sentido de oferecer oportunidades de formação a cada cidadão em todas as etapas da sua vida, em conjunto com o objectivo da promoção da empregabilidade e da integração social mediante o investimento nos conhecimentos e nas competências dos cidadãos, com o objectivo de desenvolver uma sociedade da informação para todos e favorecendo a mobilidade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento constitui uma vantagem competitiva, senão a principal e pode ser considerado uma mais valia de âmbito económico e social, indispensável para o desenvolvimento humano à escala mundial. Na actualidade, tudo acontece muito rapidamente: o que é hoje novo, amanhã pode estar desactualizado, pelo que, deve ser atribuída cada vez mais importância à formação ao longo da vida, factor central no contexto de uma sociedade

globalizada em que o conhecimento e a inovação tecnológica são fontes de riqueza, poder e acesso ao mercado de trabalho.

No *Livro Verde para a Sociedade de Informação* em Portugal, “Sociedade da Informação” é uma expressão que se refere:

“a um modo de desenvolvimento social e económico em que: a aquisição, armazenamento, o processamento, a valorização, a transmissão, a distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais” (MSI, 1997, p.5).

Caeiro (2010) considera que o conhecimento é hoje a principal base do exercício da cidadania e o grande impulsionador da riqueza e bem-estar das pessoas e dos povos. As economias que evidenciam sinais de prosperidade e que acompanharam a globalização, são as que deram ênfase ao conhecimento nas suas mais diversas vertentes.

A facilidade com que é possível efectuar troca de informações, com recurso às novas tecnologias, permite-nos classificar a sociedade actual como a sociedade do conhecimento, estando os indivíduos cada vez mais cientes de que conhecimento é poder.

As alterações constantes que ocorrem ao nível das tecnologias geram uma necessidade de adaptação e de actualização permanente dos indivíduos para conseguirem ultrapassar e dar resposta aos problemas do seu quotidiano. Por este motivo, nas sociedades actuais, cada indivíduo terá de ser um “*participante activo e autónomo, aprendendo a aprender ao longo da vida*” (Simão, 2002, p. 86).

Como referem Novak & Gowin (1999, p.9), na sociedade do conhecimento, “*torna-se imperioso que cada sujeito aprenda a aprender*”, o que implica que cada pessoa deve ser responsável pela construção do seu saber. A predisposição para aprender faz parte da condição do ser humano. Aprender é uma necessidade inata e vai manifestar-se ao longo de toda a vida.

Segundo o *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, os próprios indivíduos são os actores principais das sociedades do conhecimento. Acima de tudo, o que conta é a capacidade humana de criar conhecimento e de o usar eficaz e inteligentemente, em contextos de mutação contínua.

1.5 Educação e aprendizagem ao longo da vida: contributos para a elevação da escolaridade e da empregabilidade

Nos últimos anos, a temática dos problemas da formação, do emprego e do desemprego tem merecido um lugar de destaque na agenda internacional, em particular na União Europeia. As tendências económicas e da sociedade em geral, assim como a globalização, a sociedade do conhecimento, as mudanças significativas nas estruturas familiares, o impacto da tecnologia digital e o fenómeno da desertificação, são exemplos de desafios e ao mesmo tempo vantagens com que a União Europeia bem como os seus cidadãos se deparam. A aquisição contínua de conhecimentos e competências constituem oportunidades de comunicação e de emprego de que os cidadãos podem beneficiar e são simultaneamente instrumentos que possibilitam uma participação activa na sociedade.

Em Março de 2000, O Conselho Europeu de Lisboa assinala um momento decisivo na orientação das políticas e acções a adoptar na União Europeia. As conclusões desta Cimeira afirmam que a Europa entrou indiscutivelmente na Era do Conhecimento, com todas as implicações inerentes para a vida cultural, económica e social. Neste contexto, modelos de aprendizagem, vida e trabalho estão a alterar-se em conformidade. Este processo significa que a mudança afecta não só os indivíduos, mas também os procedimentos convencionalmente estabelecidos. De acordo com o *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, a ALV surge como toda e qualquer actividade de aprendizagem, devendo esta ser entendida numa perspectiva de melhoria de conhecimentos, aptidões e competências.

A Estratégia lançada durante este Conselho teve como objectivos tornar a União Europeia a economia mais competitiva do mundo e alcançar o pleno emprego até 2010. Desenvolvida em vários Conselhos Europeus posteriores ao de Lisboa, esta estratégia assenta em três pilares:

- **Um pilar económico** que deve preparar a transição para uma economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento; é dada prioridade à necessidade permanente de adaptação à evolução da sociedade de informação e aos esforços a realizar em matéria de investigação e desenvolvimento;
- **Um pilar social** que deverá permitir modernizar o modelo social europeu graças ao investimento nos recursos humanos e à luta contra a exclusão social; os Estados-Membros são instados a investir na educação e na formação, e a desenvolver uma política activa a favor do emprego, de modo a facilitar a transição para a economia do conhecimento;
- **Um pilar ambiental**, acrescentado no Conselho Europeu de Gotemburgo, em Junho de 2001, que chama a atenção para a necessidade de dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos naturais.

Em 1996, ano em que foi assinalado o *Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida*, foram definidas orientações para que todos os cidadãos tivessem acesso ao saber ao longo da vida, numa perspectiva de acompanhamento da sociedade da informação e do progresso científico e tecnológico. Neste contexto, do Livro Branco da Comissão *Ensinar e Aprender Rumo à Sociedade Cognitiva* de 1995, constam várias recomendações e propostas relacionados com cinco objectivos prioritários: “*aproximar a escola da empresa; lutar contra a exclusão; dominar três línguas comunitárias; assegurar a igualdade de tratamento entre o investimento físico e o investimento em formação*”.

No Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação no Século XXI, coordenado por Jacques Delors, em 1996, publicado com o nome *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, são quatro as aprendizagens essenciais que,

ao longo da vida, constituem para cada indivíduo os pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser, sendo que, este último integra os outros três primeiros.

Na actualidade, a aprendizagem ao longo da vida deixou de ser apenas uma componente da educação e formação, devendo afirmar-se e evidenciar-se como um princípio orientador da oferta e da participação num processo contínuo de aprendizagem, intemporal e independente do contexto em que ocorra.

É notória a importância dada ao investimento em capital humano, prova de que é reconhecido o seu contributo, não só para o crescimento económico, como também para o desenvolvimento e coesão da sociedade no seu todo e em particular pela criação de oportunidades de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Saliente-se, no entanto, que, à sociedade do conhecimento, estão associadas consequências menos favoráveis e benéficas para os cidadãos, na medida em que podem reforçar desigualdades e a exclusão social. Neste contexto o papel da educação revela-se preponderante.

Consideramos urgente que as entidades públicas e privadas, promotoras de “cenários” de aprendizagem, assim como as empresas, órgãos locais e regionais, através de acções concertadas e do estabelecimento de parcerias, promovam uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida em que as actividades de educação sejam intemporais, formais, não formais e informais.

A “V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos” preconiza que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efectiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. Neste contexto, a educação de adultos torna-se mais do que um direito: é a chave para o século XXI (Delors, 1996).

Podemos dizer que, em virtude das sociedades baseadas no conhecimento que têm surgido em todo o mundo, a educação de adultos e a educação continuada têm sofrido profundas transformações, tendo-se tornado uma necessidade tanto nas comunidades como nos locais de trabalho.

As novas exigências da sociedade e as expectativas de crescimento profissional determinam uma permanente actualização de conhecimentos e aquisição de competências por parte dos cidadãos. *“As novas profissões pressupõem uma nova concepção de trabalhador, mais próximo do artesão independente do que do trabalhador de um processo de fabrico em cadeia – mais empreendedor, mais culto, com horror à rotina, polivalente e com flexibilidade organizacional. O saber é hoje um fluído complexo”* (Nogueira, 1996, p.56).

A elevação da escolaridade não deve esgotar-se na certificação das habilitações, pressupõe a ascensão social, com a possibilidade de acesso a melhores empregos ou até de ingressar no ensino superior. Sequencialmente, empregabilidade surge como a capacidade de adequação do indivíduo às novas necessidades e dinâmicas dos mercados de trabalho.

Consideramos que a educação permanente e continuada, deve constituir um direito de todas as pessoas, independentemente da sua idade, habilitações, origem étnica, percurso ou actividade profissional, à aquisição de saberes e competências, que possibilitem um desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a prática de uma cidadania activa.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: POLÍTICAS E TENDÊNCIAS

Com apoio no suporte legislativo e nas orientações nacionais e internacionais, este capítulo pretende levar-nos a efectuar uma retrospectiva não muito longínqua pela educação e formação de adultos desde a Revolução de Abril até à actualidade.

2.1 Enquadramento legal da educação e formação de adultos em Portugal desde 1974 até à actualidade

2.1.1 O Período de 1974 a 1998

2.1.1.1 A criação do Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Base de Adultos (PNAEBA)

As reformas introduzidas por Veiga Simão, na última fase do Governo do Estado Novo, caracterizaram-se pelo Projecto do Sistema Escolar e pela publicação da Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional (Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro), através do qual foi instituída a Direcção-Geral da Educação Permanente destinada a preparar a educação da população adulta através da promoção de actividades educativas no âmbito da educação extra-escolar.

A criação da DGEP surge na sequência das pressões internacionais que resultaram quer da Conferência Internacional da UNESCO sobre educação de adultos (Montreal, 1960), quer do Congresso Mundial dos Ministros da Educação sobre Eliminação do Analfabetismo, que decorreu em Teerão, no ano de 1965. No seguimento destes trabalhos, resultou a preocupação em investir na alfabetização enquanto estratégia indispensável para preparar os adultos para as novas tecnologias, proporcionando-lhes não só a sua evolução pessoal permanente, como também a contribuição para a evolução da sociedade em que estão inseridos.

Não obstante princípios tão nobres e pertinentes, a DGEP não passou de mera intenção (Lima et al, 1988), não chegando a dispor de lei orgânica, uma vez que se manteve até 1980 sem um diploma orgânico.

Em Portugal, a educação e formação de adultos tem sofrido diversas flutuações desde 1974. Poder-se-á dizer que nas três décadas subsequentes, as políticas educativas destinadas à população adulta foram descontínuas. Segundo Lima (2005, p.31), *“o motivo terá sido a ausência de grandes instituições educativas ou movimentos sociais com impacto na educação de adultos”*.

Se nos reportarmos à data da revolução de 74, o panorama referente à escolarização da população portuguesa não era muito auspicioso. Cerca de um quarto da população portuguesa era analfabeta, a escolarização dos mais novos era reduzida e os estudantes universitários muito escassos. A implementação de uma verdadeira educação de adultos, capaz de proporcionar a participação de todos, sem excepção, em iniciativas de educação e formação ao longo da vida não aconteceu devido a quase meio século de um governo autoritário que impediu que o país saísse de uma apatia intelectual, ainda que durante este período tenha existido alguma tentativa de combater o analfabetismo dos adultos.

Numa época conturbada, de grandes agitações sociais motivadas pela instabilidade política, em que mais de 30 por cento dos adultos recenseados eram analfabetos, não parecia haver dúvidas de que a grande aposta teria de passar pela educação e formação de adultos. Foi a partir da Revolução de Abril de 1974 que se deu início a uma actividade mais orientada e reflectida da EFA. Para tal, contribuiu a definição da Lei – Quadro da Educação de Base de Adultos.

A 14 de Novembro de 1979, foi aprovada a Lei n.º 3/ 79, de 10 de Janeiro, referente à eliminação do analfabetismo e à educação base de adultos na medida em que favorecia o acesso dos adultos que assim o quisessem, aos diferentes níveis de escolaridade obrigatória, nessa altura alargada de quatro para seis anos. Esta lei tinha por base quatro planos estratégicos: o conceptual, o dos princípios, o metodológico e o das estruturas. No plano conceptual, a alfabetização passaria a desenvolver-se a partir da aprendizagem da leitura e da escrita, acompanhada de outros programas de educação não formal e que a

alfabetização era entendida na dupla perspectiva da valorização pessoal dos adultos e da sua progressiva participação na vida cultural, social e política, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática e independente. Relativamente aos princípios a responsabilidade e iniciativa do Estado concretizam-se no reconhecimento e apoio das iniciativas de outras entidades como: associações de educação popular, colectividades de cultura e recreio, cooperativas de cultura, organizações populares de base territorial, organizações sindicais, comissões de trabalhadores e organizações confessionais. No que concerne à metodologia, era função do Governo desenvolver um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA) integrado num plano mais abrangente de educação de adultos. Foi criado o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adulto (CANAEB), ao qual cabia a responsabilidade de sensibilização da consciência nacional e de acompanhamento e avaliação do Plano.

Nesta altura, fixaram-se objectivos ao PNAEBA conferindo grande responsabilização interventiva ao Estado. Foram definidos os seguintes objectivos para a EA:

- o desenvolvimento cultural e educativo da população, tendo em vista a sua valorização pessoal e a sua progressiva participação na vida cultural, social e política;
- assegurar, de modo permanente, a satisfação das necessidades básicas de educação formal e informal de adultos, através da implementação gradual em todo o país, de um sistema regionalizado que assegure a mobilização e a participação das populações, coordene a utilização de todos os recursos educativos e constitua o embrião de um sistema de educação permanente;
- assegurar as condições para que todos os adultos que o desejassem tivessem acesso à alfabetização e progressivamente, aos graus de escolaridade obrigatória;
- assegurar a melhoria da qualidade pedagógica das acções de alfabetização e de educação de base dos adultos.

De acordo com o ponto 3 do art. 1.º da Lei 3/79, de 10 de Janeiro, que determinou a elaboração do PNAEBA,

“(...) o Estado reconhece e apoia as iniciativas existentes nos domínios da alfabetização e educação de base de adultos, designadamente as de associações de educação popular, de colectividades de cultura e de recreio, de cooperativas de cultura, de organizações populares de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações confessionais”.

Segundo Melo, o PNAEBA

“reunia todas as condições necessárias - e suficientes - para, pelo menos no âmbito da alfabetização e educação de base dos adultos, se desenvolver uma prática inovadora a muitos títulos inédita, de convergência criadora entre os princípios de abertura do acesso, os da educação permanente e os da educação popular” (1981, pp. 377-378).

Neste contexto, o PNAEBA constituía uma oportunidade para todos os indivíduos adultos, na medida em que permitia o regresso à educação e o acesso à alfabetização. Por outro lado, também está presente neste plano a preocupação em seguir as orientações internacionais da UNESCO, resultantes das Conferências de Tóquio (1972), e da reunião de Nairobi (1976), nomeadamente na relação entre a educação e a capacidade de interagir de forma consciente com o mundo em permanente transformação.

No ano lectivo de 1972/1973, foi autorizado o ensino liceal nocturno em apenas três Liceus. Foi também então permitido o acesso à Universidade, a adultos sem a escolaridade regular e com idade superior a 25 anos, através do designado “exame ad hoc”. No ano lectivo de 1975/1976, foram unificados o ensino liceal e o ensino técnico e, em 1978 (Despacho Normativo n.º140-A/78), na sequência do ensino unificado, foram criados os Cursos Complementares, dando possibilidades de entrada na vida activa ou de prosseguimento de estudos.

Em 13 de Julho de 1976, através da Portaria n.º219, de 13 de Julho de 1976, são alterados os processos de avaliação e de certificação dos adultos e considera-se não ser importante a existência de programas rígidos. De certa forma consideradas revolucionárias, as orientações educativas passavam pela definição

de capacidades a desenvolver e a demonstrar pelos adultos, em função dos seus interesses ou áreas de interesse.

Em 1979, é criada, no Ministério da Educação, a Direcção Geral da Educação de Adultos, que resulta da Direcção Geral da Educação Permanente, cuja principal função é “Participar na formulação da política de educação de adultos, numa perspectiva de educação permanente, e contribuir para a sua execução” (Decreto-lei nº 534/79, de 31 de Dezembro).

O relatório de avaliação efectuado ao PNAEBA revelou algumas fragilidades, tanto no que concerne à sua aplicação como aos seus princípios. De acordo com Lima e seus colaboradores (1998), um dos principais constrangimentos foi a redução deste plano à escolarização e à alfabetização. Ainda no que se refere à sua aplicação, estes autores referem que também existiram condicionalismos de ordem política, administrativa e organizacional que impediram a concretização dos objectivos inicialmente propostos.

No entanto, este plano, não executado na totalidade, foi considerado por Nogueira (1996) não só corajoso na medida em que foi pioneiro numa abordagem globalizante e realista da educação de adultos nacional assim como actual porque seguiu orientações recentes nacionais e internacionais no âmbito da educação de adultos.

Segundo Silvestre, *“o PNAEBA foi importante na medida em que revogou todo o passado e relançou o futuro da EFA”* (2003, p.115).

Em Portugal, do PNAEBA ficaram algumas experiências da educação recorrente, mais concretamente, a elaboração de um relatório sobre a educação recorrente de adultos, e o lançamento da estrutura de um projecto experimental por unidades capitalizáveis.

Decorrida a primeira década após o 25 de Abril, fica a desilusão perante os resultados obtidos e a não conclusão deste plano educativo específico para adultos, estando cada vez mais a educação de adultos identificada com a alfabetização e, por isso, reduzida à escolarização (Rodrigues & Nóvoa, 2005).

A extinção do PNAEBA, em 1985, cuja duração foi metade do previsto coincidiu com o aparecimento de um outro, marcado por uma proposta de reforma do sistema educativo, que antecede a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro). É neste contexto que surge o Projecto Experimental de Reestruturação dos Cursos Nocturnos do ensino Preparatório e Secundário – Despacho Normativo n.º73/86, de 25 de Agosto, onde se define que a partir de 1986/87 o mesmo seja implementado.

Em Outubro de 1986, é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, designada legalmente de Lei n.º46/86, de 14 de Outubro que, em princípio, deveria conceder à educação de adultos a importância que o PNEABA lhe atribuiu.

Segundo Nogueira, a LBSE

“vem dar ao sistema educativo português um novo organograma formatado à volta da educação pré-escolar, educação escolar e educação extra-escolar, deixando margens para as modalidades especiais de educação escolar, traduzidas na educação especial, formação profissional, ensino recorrente de adultos, ensino à distância e ensino de português no estrangeiro” (1996, p. 143).

A reformulação da Lei Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei n.º3/87, de 3 de Janeiro) permitiu a criação de serviços desconcentrados, as Direcções Regionais, com competências diversificadas, incluindo a área de apoio e extensão educativa e educação de adultos.

A apoiar esta Reforma Educativa, encontrava-se o Programa Operacional de Desenvolvimento da Educação para Portugal (PRODEP), que incluía num dos seus catorze subprogramas, a Educação de Adultos. Desenvolvido entre 1989 e 1994, teve como objectivos proporcionar a escolaridade obrigatória e atribuir uma formação profissional de nível I. Saliente-se que são também os fundos comunitários que permitem ao Instituto de Emprego e Formação Profissional aumentar a promoção da formação profissional. Este programa fica a constituir um dos mais vultuosos instrumentos do sector, a desenvolver no período de 1989-1993, a ser apoiado por fundos estruturais comunitários.

No âmbito da aplicação desta Lei e da reforma a ela associada, surge o Conselho Nacional de Educação, regulamentado pela Lei n.º31/87, de 9 de Julho. Este órgão tinha funções consultivas, ao qual competia emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre questões educativas, por iniciativa própria ou emanadas de outras entidades. Nesta altura é extinto o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

A 9 de Fevereiro, é publicado o Decreto-Lei n.º74/91, que passa a ser a nova Lei Quadro para a Educação de Adultos em Portugal. *“Esta lei está estruturada à volta de duas vertentes centrais: o ensino recorrente e a educação extra-escolar”* (Nogueira, 1996, p. 148).

2.1.1.2 A educação extra-escolar, um contributo para o desenvolvimento comunitário local

“Embora conceptualmente definido em termos amplos e polifacetados, o campo da educação de adultos foi historicamente marcado pelas orientações políticas, pelas práticas educativas e pelos métodos de intervenção da educação popular” (Lima, 2006, p.15).

Com Gruntvig, na Dinamarca, considerado o “pai da escola do povo” surgiu um dos movimentos que promoveram a educação de adultos em ambientes não formais. Baseado no voluntarismo, este modelo emancipatório e liberal, não tinha como principal objectivo preparar os adultos para o mundo do trabalho. Os motivos subjacentes a estas iniciativas, eram de natureza cultural, social e indirectamente política.

Estes movimentos de “educação popular”, visavam a “emancipação social e cultural” dos trabalhadores e só muito remotamente se encontravam associados ao trabalho, se considerarmos que em algumas situações contribuíam para aumentar a capacidade dos trabalhadores defenderem os seus interesses junto da entidade patronal.

As ligações à educação formal eram muito ténues, ocorrendo por vezes situações em que implicitamente eram criadas condições que permitiam desenvolver competências ao nível da leitura e da escrita.

O Decreto-Lei n.º 384/76, de 20 de Maio, promove e facilita a criação de “associações de educação popular”. Com este normativo surge a tentativa de transferir do Estado para a sociedade civil (casa do povo, autarquias, comissões de moradores, sociedades e associações desportivas, culturais, sindicatos...) algumas responsabilidades educativas e de cidadania. O apoio do Estado passa pelo aspecto económico – financeiro, material didáctico e pedagógico, logístico, com medidas legislativas para promover e desenvolver acções de animação ou divulgação sócio - cultural. Segundo o normativo supracitado, *“a organização colectiva das populações, numa base de associativismo, é um passo fundamental para a sua própria educação, numa perspectiva libertadora, assim como para a construção sólida de uma nova sociedade democrática”*.

Para Nóvoa & Finger (1988), a EFA deve envolver as populações não descurando os seus interesses, necessidades, problemas, experiências e histórias de vida. Neste entendimento, no Decreto-Lei n.º384/76, de 20 de Maio, no seu art. 1.º são consideradas associações de educação popular as que tiverem como objectivos:

- " - Promover actividades de carácter cultural e educativo que possibilitem a aprendizagem colectiva das relações entre os indivíduos, os grupos sociais e o meio em que vivem;*
- Fomentar a criação de cursos escolares específicos para adultos, nomeadamente a alfabetização, como base para a ininterrupta educação e formação cultural dos cidadãos;*
- Organizar actividades colectivas ou individuais destinadas à recolha e ao estudo de temas de interesse local, tendo em vista a protecção do património cultural da região (tradição oral e outras) ”.*

No entender de Lima,

“as políticas educativas em Portugal, nas últimas décadas, têm desvalorizado a educação popular de adultos, de tipo não escolar, que acontecem em cooperativas e associações, para favorecerem a educação escolar considerada por este autor, de segunda oportunidade, através do ensino recorrente e da formação profissional” (2006, p.16).

A educação popular não se limita a grupos ou públicos específicos, deve, ser a fonte de uma cultura comum construída a partir dos contributos de todos os membros da comunidade, acrescentando contributos exteriores destinados a ajudar à integração desta comunidade em comunidades mais largas: regional, nacional, internacional. Assim sendo, a educação popular deve também promover o desenvolvimento local “sustentável” através da formação de pessoas conscientes, da sua força e das capacidades de iniciativa e de controlo do presente e do futuro.

Reportamo-nos mais uma vez ao período pós-revolução de Abril de 1974, durante o qual se assistiu a um incremento nas acções de educação de adultos com origem em associações comunitárias, ligadas a projectos de desenvolvimento local. Com o apoio do Estado, estas acções visavam a promoção cultural e social das populações locais, particularmente dos meios rurais, e a melhoria dos seus níveis educativos.

Numa tentativa de delimitar o conceito de Educação Extra-Escolar, apresentamos as seguintes definições:

“entendida como englobadora de actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e de iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal” (Nogueira, 1996, p.143);

“não significa que se realize fora da escola mas para além da escola, no sentido de que ela não segue o paradigma escolar” (Pires, 1995, p. 29).

Consagrados na LBSE, mais concretamente na secção III, art.23.º, são objectivos da educação extra-escolar (Quadro I), permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da

formação escolar ou em suprimento da sua carência. A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa. Ainda no âmbito da LBSE, são vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- “ - Eliminar o analfabetismo literal e funcional;*
- Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;*
- Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;*
- Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;*
- Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;*
- Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural”.*

Quadro I - Arquitectura/síntese da Educação Extra-Escolar

ENSINO EXTRA-ESCOLAR (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro de 1986)	
Definição (art. 13º)	Conjunto de actividades educativas e culturais de natureza sistemática, sequenciais ou alternadas, organizadas fora do sistema escolar, num quadro de iniciativas múltiplas, públicas ou privadas, podendo articular-se com o ensino recorrente e a educação escolar. Os conteúdos curriculares poderão, eventualmente, ser reconhecidos e creditados como equivalência ao ensino recorrente.
Objectivos (art. 14º)	Promover o desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências em substituição ou complemento da educação escolar, combater o analfabetismo literal e funcional: promover a ocupação criativa e qualitativa dos tempos livres, numa perspectiva de educação permanente, com actividades de natureza diversa, organizadas de forma flexível e diversificada.
Partenários/Entidades Promotoras (art. 15º)	O Estado e outras entidades públicas e privadas (as constantes do art. 23º, pf 5º LBSE), apoiadas e incentivadas pelo Estado desde que o valor educativo e formativo seja assegurado. Dá-se a possibilidade aos parceiros sociais de intervirem em cooperação, nas acções e projectos.
Condições de acesso	A estipular pelas entidades promotoras de acordo com a natureza e os objectivos das diversas actividades.
Formadores e Animadores (art. 17º)	A recrutar pelas entidades promotoras de acordo com critérios que garantam o valor educativo e a qualidade pedagógica das acções.

Fonte: Nogueira, 1996, p.149

Na sequência da mesma lei, foram criados serviços desconcentrados, as Direcções Regionais (Decreto-Lei n.º3/87, de 3 de Janeiro), com competências delegadas diversas, inclusive na área de apoio e extensão educativa e educação de adultos.

Ainda de acordo com a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (LBSE), na secção III, art. 23.º, é da responsabilidade do Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

Posteriormente à LBSE, foram publicados outros normativos que regulamentam a educação extra-escolar, nomeadamente o Decreto-Lei n.º74/91 de 9 de Fevereiro que, no seu Capítulo III, art. 13.º, define educação extra-escolar como o conjunto de actividades educativas e culturais de natureza sistemática, sequenciais ou alternadas, organizadas fora do sistema escolar, realizadas num quadro de iniciativas múltiplas, públicas ou privadas, podendo articular-se com o ensino recorrente e a educação escolar.

A regulamentação dos cursos realizados no âmbito da educação extra-escolar surge com o Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 27 de Agosto. Em seguida foi regulamentada a atribuição de bolsas, mediante concurso público regional a pessoas que prestem trabalho voluntário no âmbito da educação de adultos.

A Lei 19 – A/96, de 29 de Junho, regulamentada pelo Decreto-Lei nº196/97, de 31 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº84/2000, de 11 de Maio, criou o Rendimento Mínimo Garantido instituindo uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social e um Programa de Inserção. O objectivo da medida, visa, assim, por um lado, atribuir uma prestação pecuniária de montante variável e carácter temporário, de forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e, por outro lado, o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional. A Lei n.º13/2003, de 29 de Maio revoga o RMG e cria o Rendimento Social de Inserção que foi alargado a todo o território português, a partir de 1 de Julho de 1997, sendo a educação e formação obrigatória em todos os projectos de RMG. Neste sentido, a educação extra-escolar e o ensino recorrente têm sido uma mais valia, uma vez que têm permitido desenvolver acções no âmbito da promoção de atitudes de solidariedade social e da participação na vida da comunidade.

Lima refere que as iniciativas desencadeadas a partir do ano 2000 em termos de educação e formação de adultos ao nível dos cursos EFA e do RVCC, contribuíram para diversificar e aumentar as ofertas educativas e deram ênfase às certificações, não se articulando com dinâmicas associativas, comunitárias ou de desenvolvimento local que confirmam relevo à lógica da educação popular e a dinâmicas educativas de tipo não formal nela inspiradas (2006, p.17).

Melo (2005, p.110) argumenta que *“sem educação e formação de adultos, não há um verdadeiro desenvolvimento local, haverá sim um certo número de decisões de tipo tecnocrático, de tipo burocrático, de tipo economicista”*. Na verdade, os recursos humanos são cada vez mais valorizados. É, por isso, de extrema importância, formar cidadãos informados, conscientes e por conseguinte dotados de uma crescente capacidade interventiva numa sociedade cada vez mais exigente e em permanente mudança.

O Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro, que criou a educação extra – escolar, foi revogado pela Portaria n.º 1100/2010 de 22 de Outubro. A presente portaria aprova o programa de formação em competências básicas, que visa a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação e a sua posterior integração, enquanto formandos, em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) de nível B1 ou B1+B2 ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico. Os formandos devem adquirir as competências básicas que permitam e estimulem a continuação da sua formação. Podem integrar este programa, indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham frequentado o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente ou que, tendo frequentado, não demonstrem possuir as competências básicas de leitura, escrita e cálculo. A título excepcional e mediante autorização de entidades superiores, jovens com idade inferior a 18 anos, podem ter acesso a esta formação.

2.1.1.3 Ensino recorrente de adultos: um ensino de 2.ª oportunidade ou um projecto inacabado?

O ensino recorrente surgiu na Europa, em 1970, com a designação de educação recorrente, como uma estratégia educativa global dirigida a todo o ensino pós – obrigatório, no âmbito de uma educação permanente ao longo da vida. Segundo Antunes *et al*, o ER era considerado uma modalidade educativa com o seguinte conceito:

“de segunda oportunidade, destinada a todos os que se viram compelidos a abandonar o sistema formal de ensino e a ingressar no mercado de trabalho, entrando irremediavelmente no segundo elo da

cadeia educação – trabalho – reforma, padrão de vida dominante nas sociedades ocidentais” (1985, p.5).

Ainda na perspectiva desta autora, a educação recorrente poderia contribuir para alterações profundas nos sistemas educativos, sociais, políticos e económicos, convertendo a educação numa ferramenta essencial às sociedades do futuro.

Para Tuijnman, *“a educação recorrente pode constituir uma estratégia capaz de promover a democracia participativa e a igualdade de oportunidades, de garantir a liberdade de escolha individual e de facilitar o desencadear duma política económica de pleno emprego sem inflação”* (1991, p.20). Esta perspectiva de educação recorrente, reflecte um contributo da educação para o desenvolvimento dos países.

O conceito de ER surge na legislação portuguesa sobretudo a partir da LBSE. É uma modalidade especial de educação, destinada aos indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência do ensino regular. Competia ao Departamento da Educação Básica e ao Departamento do Ensino Secundário, respectivamente, através do Núcleo de Educação Recorrente e Extra-Escolar e do Núcleo do Ensino Secundário, promover e assegurar um sistema de educação recorrente da adultos e de educação extra-escolar. Existiam equipas de trabalho para a educação de adultos nas Direcções Regionais de Educação e nos Centros de Área Educativa dependentes das anteriores. Localmente, as acções de educação de adultos concretizam-se com base no trabalho desenvolvido pelos Coordenadores Concelhios da Educação de Adultos.

O Decreto-Lei n.º 74/91, de 9 de Fevereiro estabelece o quadro geral de organização e desenvolvimento da educação de adultos nas suas vertentes de ensino recorrente e de educação extra-escolar.

Quadro II - Arquitectura/síntese do Ensino Recorrente

ENSINO RECORRENTE (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro de 1986)	
Definição (art.4º)	Modalidade especial de educação escolar, visando essencialmente a obtenção de certificados escolares equivalentes ao sistema regular de ensino, organizada de acordo com os grupos etários a que se destina, a experiência de vida adquirida e ao nível de conhecimentos.
Objectivos (art. 5º)	Assegurar uma escolaridade obrigatória de segunda oportunidade; atenuar os desequilíbrios entre os diversos grupos etários no que respeita aos seus níveis educativos.
Organização (art. 6º)	Compreende como níveis, o ensino básico e secundário; visa no primeiro ciclo a eliminação do analfabetismo e, no segundo e terceiro ciclos, o prosseguimento de estudos ou o desenvolvimento de algumas competências profissionais.
Condições de Acesso (art. 7º)	A idade mínima para acesso a estes cursos é de 15 anos para o ensino básico e de 18 para o ensino secundário: prevê o reconhecimento dos saberes adquiridos, designadamente através da educação extra-escolar, mediante formas de creditação a definir.
Partenários/Entidades Promotoras (art. 15º)	Estabelecimentos de ensino público, particular ou cooperativo, ou quaisquer entidades públicas ou privadas, sendo livre a sua criação garantida que seja a qualidade científica e pedagógica e assegurado o respectivo reconhecimento oficial.
Incentivos	O Estado apoia a criação e financiamento dos cursos mediante apoios diversificados e em função do plano de actividades apresentado e da avaliação da sua execução.
Planos Curriculares (art. 10º)	Design próprio, independentes do ensino escolar para melhor responderem às características dos destinatários, inclusão de componentes com carácter regional e de natureza artística ou profissional.

Fonte: Nogueira, 1996, p. 148

O ER compreende níveis de ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e ensino secundário, podendo ter acesso a esta modalidade de formação, respectivamente, indivíduos a partir dos 15 anos e dos 18 anos de idade (Quadro II).

Os cursos do ER visam a eliminação do analfabetismo (1.º ciclo), a atribuição do diploma do ensino de escolaridade obrigatória (2.º ou 3.º ciclo, consoante a idade dos indivíduos), o prosseguimento dos estudos e o desenvolvimento de algumas competências profissionais (3.º ciclo e ensino secundário desenvolvidos por unidades capitalizáveis).

Esta modalidade de ensino tem, como filosofia, a adaptação a diferentes grupos de indivíduos, privilegiando por isso uma pedagogia diferenciada, com um incentivo ao desenvolvimento da autonomia dos educandos/formandos. As abordagens das temáticas são pluridisciplinares podendo existir pluridocência em algumas áreas disciplinares.

Segundo a LBSE art. 20º, n.º4, o ER de adultos “atribui os mesmos diplomas e certificados pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudo organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrado”.

Existe, no entanto, algum cepticismo relativamente ao ER para adultos. Lima considera que o ER, passou a ser o meio para canalizar os alunos, com insucesso escolar, provenientes do ensino regular, “a Educação de Adultos não poderá continuar a ser dominada pela necessidade de dar resposta educativa aos jovens em idade escolar que o sistema regular rejeita” (Lima, 1994, p.70).

2.1.2 O Período de 1999 a 2010

2.1.2.1 Da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) à Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV)

A Conferência de Hamburgo, promovida pela UNESCO em 1997, constituiu um marco importante no estabelecimento de uma relação cada vez mais estreita entre a EA e o desenvolvimento sustentado e equitativo da humanidade.

No documento elaborado a partir desta conferência, salientam-se dois aspectos fundamentais: a imprescindível melhoria ao nível da produção que exige competências cada vez exigentes, e o desenvolvimento de novas capacidades de adaptação produtiva a uma procura de emprego em mudança permanente ao longo da vida laboral. Estas passam também a ser questões que a EA deve abordar, comprometendo-se a promover o direito ao trabalho e o direito à EA relacionado com o trabalho:

- b) *“fazendo com que a EA relacionada com o trabalho possa conferir as competências e capacidades específicas para a entrada no mercado de trabalho e mobilidade ocupacional, e melhorar a capacidade dos indivíduos para participarem em modelos de emprego diversificados”;*
- d) *“garantindo que os conhecimentos e capacidades informalmente adquiridos são plenamente reconhecidos”;*
- e) *“acentuando o poderoso papel da educação profissional de adultos no processo de aprendizagem ao longo da vida” (UNESCO, 1997:45).*

Para Melo, Lima & Almeida, *“a educação e a formação global dos cidadãos ao longo de toda a vida constituem uma condição necessária para o desenvolvimento económico e social, o que implica dar particular atenção à educação permanente e de adultos”* (2002, p.114).

Em 1997, aquando da Cimeira do Luxemburgo, dedicada ao emprego, os Chefes de Estado e de Governo lançaram a Estratégia Europeia de Emprego com o objectivo de coordenar as políticas nacionais nesta matéria. Pretendia-se conciliar esforços ao nível da coordenação das políticas nacionais ao nível do emprego, e responsabilizar os Estados Membros a seguir um conjunto de objectivos e de metas comuns, centradas em torno de quatro pilares: **empregabilidade, espírito empresarial, adaptabilidade e igualdade de oportunidades.**

Na perspectiva de Trigo, e na sequência desta Cimeira, em Portugal o Plano Nacional de Emprego assegurou

“uma estratégia e um sentido, através da articulação entre os domínios da educação, formação, emprego e do reconhecimento dos processos de aprendizagem não formais, nomeadamente os ligados aos contextos de vida, de trabalho e de acções não certificadas formalmente; um programa, através da institucionalização do programa Sociedade s@ber +, visando a educação e a formação dos adultos” (2002, p.121).

A preocupação em dar resposta a estas orientações levou à criação de um Grupo de Trabalho¹, que apresentou linhas orientadoras para o desenvolvimento de uma Agência Nacional que criasse as condições necessárias para a construção de um sistema dotado de consenso político e social, sob a tutela conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, visando uma articulação coerente

¹ Este Grupo de Trabalho foi constituído por docentes da Universidade do Minho (Licínio Lima, Almerindo Janela Afonso e Carlos Estêvão).

e harmoniosa entre as práticas e as políticas de Educação e Formação de Adultos.

Em Maio de 1998, este Grupo de Trabalho, apresentou a proposta de criação de uma instituição independente cuja estratégia apontava para a construção de um sistema descentralizado, autónomo e desvinculado do sistema escolar.

Em 28 de Setembro de 1999, viria a ser criada a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro), sob a tutela dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, cuja Comissão Instaladora tomou posse em Abril de 1999.

Ana Benavente, na Revista *Saber Mais*, salientou os objectivos da ANEFA

“(...) esse projecto significa passar a barreira do som! Queremos reconhecer a cada adulto o direito a ver formalmente validados os seus saberes, o que significa um grande esforço prévio para definir as competências que são necessárias para o 6.ºano, o 9.ºano e ensino secundário. (...) Tudo isto é realmente um grande desafio, sobretudo se tivermos em conta que, segundo a nossa concepção de educação e formação de adultos, em todas as instituições, em todos os espaços sociais, desde as autarquias, às empresas, às associações culturais, recreativas, de carácter educativo, pode e deve haver essa oferta. (...) Esta Agência (...) vem animar, incentivar, coordenar aquilo que corresponderá, cada vez mais, a uma dinâmica social” (Benavente, 1999, pp 5-6).

No que concerne à sua acção, Lima reconhece o mérito no domínio do reconhecimento, validação e certificação de competências, bem como o carácter inovador na concepção de cursos de formação, mas critica a sua limitação em termos de estruturas e recursos locais, bem como a ausência de uma política pública para a EA (2003, p.141).

A intervenção da ANEFA, enquanto Instituto Público, baseou-se num modelo de educação e formação de adultos que deu ênfase aos percursos de vida e às competências adquiridas em ambientes de aprendizagem formais, não formais e informais através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Por outro lado, foram propostos outros itinerários formativos que conciliam a formação escolar com a formação qualificante.

De uma forma sintética as orientações da ANEFA centram-se em quatro medidas fundamentais:

- **O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** (RVCC), desenvolvido com base no Referencial de Competências - Chave de nível básico;
- **Os Cursos de Educação e Formação de Adultos** (Cursos EFA) que se destinam a adultos maiores de 18 anos que não possuem a escolaridade básica de 9 anos, sem qualificação profissional, empregados ou desempregados;
- **As acções S@ber+**, de curta duração, que se destinam a adultos empregados independentemente da habilitação escolar ou qualificação profissional que possuam e têm como objectivo o aperfeiçoamento ou a aquisição de competências profissionais ou pessoais nas mais variadas temáticas;
- A criação de uma **Rede de Clubes S@ber+**, que pretendem funcionar como espaços de acolhimento, informação, orientação e convívio de adultos que procuram novos conhecimentos e competências numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com o Despacho Conjunto nº1083/2000, de 20 de Novembro, à ANEFA competia também elaborar normativos que possibilitassem às entidades formadoras oferecer percursos flexíveis de formação destinados a pessoas adultas, garantindo-lhes uma certificação escolar e profissional.

São objectivos do PRODEP III (2000-2006), a promoção da aprendizagem ao longo da vida e a melhoria da empregabilidade da população activa. Estes vão de encontro aos desafios do início do século XXI, nomeadamente o aumento preocupante do desemprego e a necessidade urgente de mão-de-obra qualificada.

Três anos depois da criação da ANEFA, em 2002, o XV Governo Constitucional, extingue esta agência, remetendo as suas atribuições à Direcção-Geral de Formação Vocacional (Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro).

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Educação, aprovada em Conselho de Ministros de 6 de Agosto de 2002, um dos objectivos da reforma estrutural que motivou a criação da DGFV é o seguinte:

“desafio da qualificação de recursos humanos em termos conformes ao papel de Portugal na União Europeia e no mundo e às necessidades de competitividade da economia global, e a integração entre as políticas e os sistemas de educação e as políticas e os sistemas de formação ao longo da vida. Esta integração visa prosseguir objectivos, quer de qualificação inicial de jovens com competências profissionais necessárias à sua transição adequada para a vida activa (...), quer do desenvolvimento da aquisição de aprendizagens por adultos, num modelo de formação ao longo da vida”.

2.1.2.2 O Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Como já foi referido no ponto anterior, uma das funções da ANEFA foi a criação de um sistema de reconhecimento e validação das aprendizagens informais dos adultos, tendo como objectivo a certificação escolar e profissional assim como motivar os adultos para a aprendizagem ao longo da vida.

A problemática do reconhecimento e da validação das aprendizagens e das competências adquiridas em contextos não formais e informais é recente e apresenta-se como um dos principais desafios para a sociedade ocidental, nomeadamente para os países da União Europeia, onde tem sido feito um esforço no sentido da implementação destas práticas.

Podemos considerar que a valorização e certificação das aprendizagens não - formais e informais, em Portugal assim como noutros países da Europa, assumiu alguma relevância no Conselho Europeu de Lisboa, realizado em Março de 2000. Com a aprovação, pela Comissão Europeia, daquela que viria a designar-se “Estratégia de Lisboa”, surgiu o “Memorando sobre Aprendizagens ao Longo da Vida” (CCE, 2000).

As conclusões emanadas deste Conselho confirmam que a aposta na aprendizagem ao longo da vida deve acompanhar uma transição bem sucedida para uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento e na inovação. Nesta Cimeira, procurou-se encontrar soluções para problemáticas à escala europeia como sejam a competitividade, a qualidade do emprego aliada à sua manutenção a médio e longo prazo (op. cit. p. 3).

A justificar o enquadramento da realidade portuguesa nestas preocupações, encontram-se os dados dos censos de 2001 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística; dos 4 700 000 activos, cerca de 2 400 000 não possuíam a escolaridade de nove anos.

Perante uma tão baixa qualificação, parecia ser urgente não só diversificar as ofertas ao nível da educação e formação de adultos, como também alargar as oportunidades a todos os cidadãos, sobretudo aos menos escolarizados e aos activos empregados e desempregados, de verem reconhecidos, validados e certificados os conhecimentos e competências adquiridas nos mais variados contextos de aprendizagem formal, não formal e informal, incluindo as experiências pessoais e profissionais (CCE, 2000).

Em 2001, através da Portaria nº1082-A, de 5 de Setembro, foi criada uma rede nacional de centros de RVCC, a partir da qual se promoveu o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. O processo de certificação inclui uma apresentação a um júri externo e, quando houver necessidade por parte dos adultos, uma formação complementar. Estes centros podem ser promovidos por entidades públicas ou privadas acreditadas pela ANEFA.

Podiam ter acesso a este Sistema de RVCC, todos os adultos com mais de 18 anos que pretendessem ver reconhecidas as suas competências e saberes adquiridos ao longo da vida, tanto a nível pessoal como profissional e oficial.

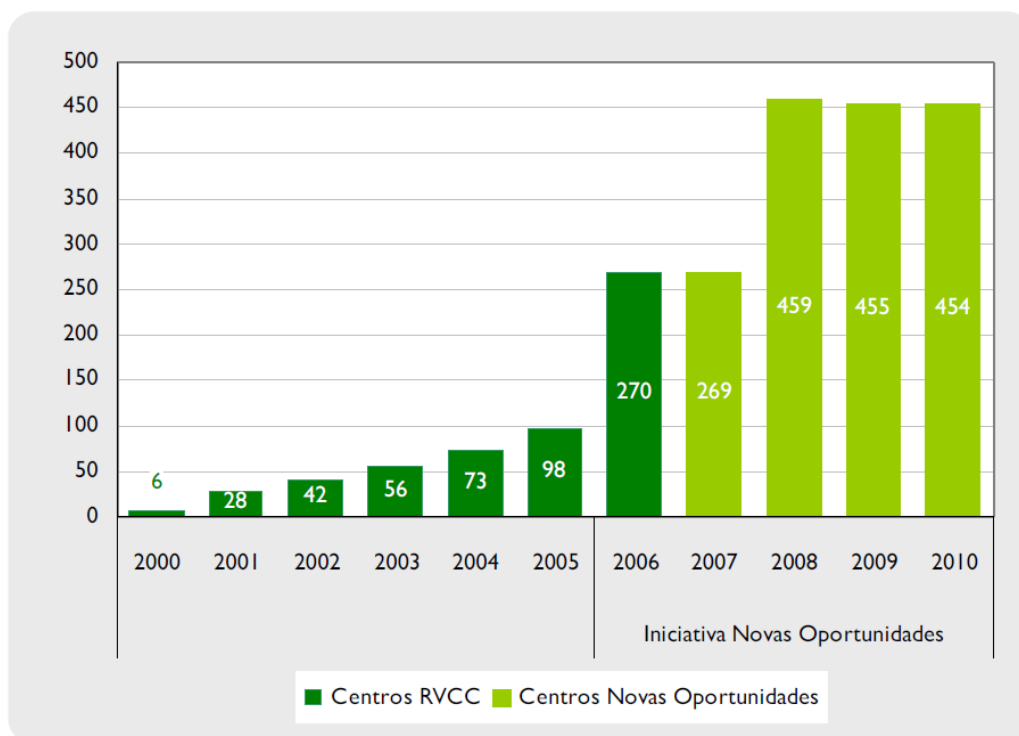
Seguindo as orientações da ANEFA, *“(...) o processo de reconhecimento pessoal das competências proporciona ao adulto ocasiões de reflexão e avaliação da sua experiência de vida, levando-o à identificação das suas competências e*

promovendo a construção de projectos pessoais e profissionais significativos” (2001, p.13).

O Sistema Nacional de RVCC – nível básico – deveria estruturar-se a partir do referencial de competências - chave de educação e formação de adultos da ANEFA organizado em três níveis: básico 3, básico 2 e básico 1, abrangendo quatro áreas de competências - chave: Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Tecnologias da Informação e da Comunicação e Cidadania e Empregabilidade.

Em Novembro de 2000, surgiram os primeiros seis centros em regime de observação: na Região Norte, Associação Industrial do Minho (AIMinho), Associação Nacional de Oficinas e Projectos (ANOP); na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a Escola Nacional de Bombeiros (ENB) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Formação Profissional do Seixal e, por fim, na Região do Alentejo, a Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME).

Consistia um objectivo da ANQ I.P., um alargamento da rede de centros, até 2006, a um ritmo de 14 centros por ano. Em 2006, são criados mais 54 centros de RVCC, totalizando 270 no final deste ano. Em 2010, dos 454 centros existentes a nível nacional, 448 existem em Portugal Continental e apenas 6 na região Autónoma da Madeira (Gráfico I).

Gráfico I - Evolução do número de Centros RVCC e de Centros Novas Oportunidades

Fonte: Agência Nacional para a Qualificação I. P., 30 de Setembro de 2010

2.1.2.3 A Agência Nacional para a Qualificação I.P. (ANQ I.P.) e o plano estratégico da Iniciativa Novas Oportunidades

Na sequência do que já foi referido, a ANEFA manteve-se em funções durante três anos, acabando por ser extinta, dando lugar à Direcção Geral de Formação Vocacional (DGFV) – criada pelo Decreto-lei nº 208/2002, de 17 de Outubro.

A DGFV entra em regime de instalação sendo articulada entre os Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho. A comissão instaladora da DGFV assegura, em resultado exclusivo deste diploma, a prossecução das atribuições da ANEFA.

A extinção da ANEFA integra uma das reestruturações previstas na Lei Orgânica do Ministério da Educação. Segundo o diploma, as atribuições da Agência passam para a Direcção-Geral de Formação Vocacional. Apesar desta certeza legislativa, as dúvidas quanto ao futuro da educação de adultos, em Portugal, permanecem ainda por esclarecer.

Para Canário (2000), com a criação deste novo organismo, a lógica de educação e de formação de adultos é colocada definitivamente (pelo menos até à actualidade) na empregabilidade, na produtividade e na competitividade económica.

À DGFV sucedeu a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), criada pelo Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho de 2007. O termo educação e formação (que compunham o nome da ANEFA ou da DGFV) desaparecem dando lugar à qualificação.

Segundo o pensamento de Cartaxo,

“a história da educação e formação de adultos é deveras interessante, quase que poderíamos dizer, irónica, pois nasceu de movimentos associativos, de reivindicações de massas e de acções estatais, com intuítos de uniformizar e garantir igualdade de direitos e de condições de acesso a todos, mas, actualmente, é um campo competitivo, onde reina uma guerra silenciosa entre quem é mais qualificado e onde assistimos a uma corrida contínua ao armamento (formações)” (2009, p.20).

A constatação de que os investimentos na qualificação da população portuguesa estão a corresponder às expectativas, conduz ao alargamento de forma gradual do sistema de certificação ao nível secundário.

A Iniciativa Novas Oportunidades do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, apresentada publicamente no dia 14 de Dezembro de 2005, contempla na actualidade dois eixos distintos: um que estrutura vias profissionalizantes de qualificação para os jovens e um outro orientado para a população adulta que não concluiu o ensino secundário.

O eixo dirigido à população activa (empregada ou desempregada) revela-se como uma Nova Oportunidade para todos aqueles que interromperam a frequência escolar e que manifestem interesse em recomeçar um percurso de qualificação. Esta oportunidade concretiza-se através de percursos de educação e formação ou de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (nível básico, secundário ou profissional), estes últimos desenvolvidos na Rede Nacional de Centros Novas Oportunidades. O grande objectivo era certificar 600 mil adultos através de processos de RVCC e abranger 350 mil através de Cursos de Educação e Formação de Adultos entre 2006 e 2010. Os dados estatísticos

revelavam que são 3.500.000 os portugueses que não têm o ensino secundário completo entre a população activa (16 - 65anos). A implementação desta iniciativa possibilitou o envolvimento de mais de 1,2 milhões de adultos em processos de qualificação, dos quais 34% já estão certificados.

A obtenção de resultados decorrentes da aposta no nível secundário de educação como patamar mínimo de qualificação da população portuguesa, a valorização social do investimento daqueles que apostaram na sua formação escolar e profissional, o reforço do número e diversidade de actores associados à dinamização desta Iniciativa, bem como a consolidação de uma rede que assegure respostas de proximidade aos públicos através dos Centros Novas Oportunidades – porta de entrada para percursos de qualificação - constituem-se como desafios chave da Iniciativa.

O Catálogo Nacional de Qualificações é um instrumento fundamental de todo o Sistema Nacional de Qualificações, pois permite a flexibilização e a modularização de ofertas como os Cursos EFA, as FM Certificadas e os Cursos de Aprendizagem (estes direccionados para jovens).

Em 2007, a população adulta portuguesa activa alcançou a oportunidade de ver reconhecidas, validadas e certificadas as suas competências até ao 12.º ano. Foi também criado um novo Referencial de Competências – Chave do qual constam três grandes áreas de competências: Cidadania e Profissionalidade, Sociedade, Tecnologia e Ciência e Cultura Língua e Comunicação. Este referencial foi publicado em Setembro de 2006, a sua implementação iniciou-se em 2007 com um conjunto limitado de Centros Novas Oportunidades e viria a ser gradualmente alargado a toda a rede. Saliente – se que a designação de Centros de RVCC, foi substituída por Centros Novas Oportunidades, cuja rede contava, em 2010, com 454 centros (ANQ I.P., 2010).

Constitui missão da ANQ I.P., coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, assumindo um papel dinamizador do cumprimento das metas definidas pela Iniciativa Novas Oportunidades. No quadro da estratégia de

qualificação da população portuguesa, que tem como principal objectivo promover a generalização do nível secundário como patamar mínimo de qualificação, a intervenção da ANQ é dirigida à concretização das metas definidas e à promoção da relevância e qualidade da educação e da formação profissional. A Rede de Centros Novas Oportunidades e o Catálogo Nacional de Qualificações constituem instrumentos centrais desta estratégia, sendo a sua estruturação e dinamização dois objectivos prioritários de intervenção da ANQ (ANQ I.P., 2010).

O enquadramento legal da Iniciativa Novas Oportunidades contempla um conjunto de princípios materializados em diplomas que reflectem o reconhecimento da importância da educação e formação.

Os Centros Novas Oportunidades são um dos operadores do Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro) que se articulam e complementam no actual sistema de educação e formação de adultos, com entidades formadoras públicas e privadas para o desenvolvimento de Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), Formações Modulares Certificadas, ou outras possibilidades de conclusão do ensino secundário para quem frequentou, sem completar, planos de estudo que já não se encontram em vigor (Portaria nº 230/2008, para os primeiros e o Decreto-Lei nº 357/2007, para estes últimos) (ANQ, 2010, p.10).

Mais recentemente, em finais do ano 2010, foram mais uma vez implementadas medidas com vista à redução do desemprego e à elevação das qualificações dos adultos activos portugueses, através de parcerias estabelecidas entre o IEFP, a ANQ e os Centros Novas Oportunidades. Mais concretamente, o IEFP e a ANQ encaminham adultos desempregados sem o 12.º ano completo, inscritos nos centros de emprego, para a Rede Nacional de Centros Novas Oportunidades, sendo posteriormente integrados em percursos de qualificação como os anteriormente referidos, incluindo o Programa de Formação em Competências Básicas, criado pela Portaria nº 1100/2010, de 22 de Outubro. Saliente-se a preocupação por parte dos técnicos de encaminhamento na adequação dos percursos de qualificação ao perfil e necessidades dos candidatos.

Os processos RVCC são uma das modalidades do actual Sistema Nacional de Qualificações, podendo apenas ser desenvolvidos nos Centros Novas Oportunidades, de acordo com metodologias e técnicas específicas. As condições de acesso aos processos de RVCC variam consoante o nível de escolaridade pretendido. No caso do nível secundário são condições exigidas, a idade superior a 18 anos e 3 anos de experiência profissional. O desenvolvimento destes percursos de qualificação depende sempre do diagnóstico inicial realizado por um técnico especializado nesta função e têm por base uma metodologia própria. Os candidatos com menos de 23 anos são preferencialmente encaminhados após o diagnóstico para Cursos EFA. Nos candidatos a nível secundário cerca de 1/3 têm já frequência formal deste nível de ensino. Para estes, o Decreto-Lei nº357/2007, define precisamente os procedimentos e as condições de acesso a diversas vias de conclusão do nível secundário de educação e respectiva certificação.

Nos Centros Novas Oportunidades, a figura do técnico de encaminhamento tem, entre outras, a função de encaminhar estes candidatos, para o percurso formativo que melhor se adequa à sua situação.

A Portaria nº 370/2008, de 21 de Maio (que revoga as Portarias nº 1082-A/2001, de 8 de Setembro, nº 286-A/2002, de 15 de Março e nº 86/2007, de 12 de Janeiro) regulamenta a criação e o funcionamento dos Centros cujas atribuições são para além da referida anteriormente, nomeadamente o encaminhamento para as ofertas de educação e formação que melhor se adequem ao perfil, necessidades e expectativas dos adultos e o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, para efeitos de posicionamento em percursos de qualificação ou para a obtenção de um nível de escolaridade e de qualificação.

Os cursos EFA têm vindo, desde 2000, através do Despacho Conjunto n.º 1083/2000, de 20 de Novembro a afirmar-se como uma medida de política pública para a qualificação de adultos. Através da Iniciativa Novas Oportunidades, assistiu-se à expansão desta modalidade de formação, não só com o aumento dos cursos de nível básico como também com a criação de uma nova oferta para o nível secundário.

A Portaria n.º 817/2007, de 27 de Junho, define o regime jurídico dos cursos EFA, de nível básico e secundário e de níveis 2 e 3 de formação profissional. Assistiu-se, nesta altura, a um alargamento da rede destes cursos aos estabelecimentos de ensino com as necessárias adaptações e alterações nos respectivos planos curriculares.

Através da Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, são efectuados ajustamentos no regime jurídico destes cursos e, ao mesmo tempo, são regulamentadas as formações modulares, constituindo estas, mais uma oferta formativa integrada na estratégia nacional para a qualificação da população adulta.

Mais recentemente, a Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro, vem revogar o Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro e aprova um programa de formação em competências básicas destinado a adultos que pretendem elevar as suas qualificações. Este programa tem como objectivo principal a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação e a sua posterior integração, enquanto formandos, em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) de nível B1 ou B1+B2 ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico.

2.1.2.4 O Quadro Comunitário de Apoio – O Quadro de Referência Estratégica Nacional

Por Resolução do Conselho de Ministros nº173/2007, de 17 de Outubro, o Governo, depois de estabelecido o acordo com os parceiros sociais, decidiu aprovar a *“Reforma da Formação Profissional, o Sistema Nacional de Qualificações, integrando o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Caderneta Individual de Competências, e o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões”* (Mendonça & Carneiro, 2009, p.63).

Constituem objectivos da formação profissional:

- incrementar o número de indivíduos com acesso a formação, tanto inicial como contínua, nas várias fases da vida;
- manter o investimento na formação, através de ofertas formativas adaptadas às necessidades sentidas pelos trabalhadores, sem descuidar as questões da competitividade e das necessidades das empresas, assegurando uma eficaz rentabilização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

“O Catálogo Nacional de Qualificações é desenvolvido em articulação com a implementação do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008) e do Quadro Nacional de Qualificações” (Ibidem, p.67).

Necessariamente, o financiamento para assegurar as estratégias de qualificação, da população portuguesa provém do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013, através do Programa Operacional Potencial Humano (maior programa operacional de sempre). Estas medidas são reconhecidas, nacional e internacionalmente, pelo seu contributo para o crescimento económico, para o emprego e para a coesão social.

Por Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida, os Estados-membros foram aconselhados a utilizar este instrumento como referência para que, até 2012, sejam promovidas ligações estreitas com os sistemas nacionais, a fim de melhorar a mobilidade dos cidadãos e facilitar o reconhecimento dos resultados da aprendizagem.

Como já foi referenciado em pontos anteriores, em Portugal, o Sistema Nacional de Qualificações, tem criando os documentos necessários, sendo um deles o Quadro Nacional de Qualificações, que, não só tem facilitado o acesso e a progressão na formação, como também tem contribuído para a promoção da transparência, da mobilidade e da comparabilidade das qualificações.

2.2 Instrumentos locais de orientação educativa

A Lei nº159/99, de 14 de Setembro, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, estabelece para as autarquias locais, as atribuições e competências na área educativa.

De acordo com o art. 13º, da Lei nº159/99, os municípios passam a dispor, entre outras, de atribuições nos seguintes domínios:

- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Acção social.

Segundo o art. 14º, as freguesias passam a dispor, entre outras, de atribuições nos seguintes domínios:

- c) Educação;
- d) Cultura, tempos livres e desporto;
- f) Acção social.

São ainda competências dos órgãos municipais, a elaboração da carta escolar a integrar nos Planos Directores Municipais e a criação dos Conselhos Municipais de Educação.

A Lei nº 159/99, no n.º2 do seu art. 19º, transfere para as Câmaras Municipais a responsabilidade pela elaboração da Carta Educativa e a criação dos Conselhos Municipais de Educação. A regulamentação desta lei ocorreu com o Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro, e veio reforçar a necessidade de transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, com o objectivo de criar um instrumento de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista uma melhor utilização dos recursos educativos, de acordo com a realidade socioeconómica e demográfica de cada município.

O Conselho Municipal de Educação é,

“uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de padrões de eficiência e eficácia do mesmo” (Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro).

De entre as competências deste órgão, salienta-se o acompanhamento do processo de elaboração e actualização da Carta Educativa.

Os vários elementos que integram o Conselho Municipal de Educação, representam a autarquia, o Ministério da Educação, as instituições dos ensinos superior público e privado, o pessoal docente da educação pré-escolar, básica e secundária pública, estabelecimentos de ensino privado, as associações de pais e encarregados de educação, as associações de estudantes, os serviços de saúde, os serviços de emprego e formação profissional, os serviços públicos da área da juventude e do desporto e as forças de segurança. Esta representatividade ocorre desde que as estruturas referidas existam no concelho.

No seu desígnio, a Carta Educativa tem como principal objectivo contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano. Na actualidade, as organizações escolares são confrontadas com desafios, que invocam uma visão prospectiva, criativa e pró-activa na definição dos seus projectos e objectivos a alcançar, surgindo estas preferencialmente como “centros educativos de aprendizagem”, numa perspectiva de desenvolvimento estratégico dos Concelhos.

Pelo exposto, a Carta Educativa é, na sua essência, um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) em que intervêm, além da Câmara Municipal, outros organismos, a diversos níveis e com diferentes graus de competência, nomeadamente:

- Conselhos Municipais de Educação;
- Direcções Regionais de Educação;

- Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação;
- Comissões de Coordenação Regional;
- E outros: Associações de Municípios.

A Carta Educativa é pois um instrumento estruturante da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo local, entendido numa perspectiva de Território Educativo, não limitado ao espaço tradicionalmente reservado à escola, mas reconhecendo a diversidade de experiências informais ao nível social, económico e cultural, a oportunidade de valorizar e multiplicar a experiência educativa. Este documento tem como grandes finalidades a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º46/86) e dos normativos aí preconizados, especificamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de reordenamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, procurando rentabilizar o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de atenuar as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso à educação numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

“Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- *Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio - cultural;*
- *Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;*
- *Definir prioridades;*
- *Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;*

- *Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico” (Martins, 2000, p.8).*

A Carta Educativa concelhia deve ser entendida, à luz do actual paradigma educativo, como um documento que atribui um novo sentido à educação: uma educação para todos ao longo da vida e a progressiva territorialização dos modos de pensar e fazer educação.

Existem outros suportes documentais locais, nomeadamente os Planos de Desenvolvimento Social, elaborados com base em Diagnósticos Sociais efectuados ao concelho, que norteiam as intervenções prioritárias ao nível da rede social. Os Diagnósticos Sociais constituem – se como instrumentos dinâmicos sujeitos a actualização periódica, resultam da participação dos diferentes parceiros sociais e, permitem o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da detecção dos problemas prioritários e respectiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

É a partir deste conjunto de referências, assente nas prioridades identificadas que vão ser elaborados os Planos de Intervenção concelhios anuais, através dos quais se procurará atingir os objectivos específicos traçados e as metas especificadas nos Planos de Desenvolvimento Social. Com o intuito de melhorar o desempenho das parcerias deverão estes Planos ser objecto de momentos de avaliação periódicos/final.

PARTE II

A INVESTIGAÇÃO

Nesta parte do trabalho apresentamos e esclarecemos todos os procedimentos metodológicos empreendidos ao longo deste estudo empírico. Seguidamente, procedemos à apresentação dos dados disponíveis, à sua análise e interpretação. Numa fase posterior, são apresentadas as conclusões obtidas na análise do conjunto de dados, elaboradas as sínteses, estabelecidas as relações consideradas pertinentes para o estudo em causa. Finalmente, deixamos recomendações e sugestões que possam potenciar futuras investigações.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS

O presente capítulo inicia-se com uma breve apresentação sobre as origens de Vendas Novas e pretende dar a conhecer o concelho, nos seguintes quadrantes: territorial, sócio - económico, demográfico e educacional.

Vendas Novas – “Era uma vez uma princesa ...”

“Era uma vez...

Uma certa princesa que, quase sem querer, ajudou a decidir existência de Vendas Novas, uma princesa que quando casou com um príncipe do outro lado da fronteira, desencadeou a decisão de seu pai, el - rei D. João V, mandar construir um Palácio Real para nele pernoitarem à ida para o Caia e na vinda de lá, a caminho de Lisboa.

Vendas Novas viveu duzentos anos uma vida apagada quase sem história. Até que um dia, como num conto de fadas, um rei, dito Magnânimo, mandou erguer, na charneca quase deserta, um palácio real...E tudo para que dois noivos reais - a princesa das Astúrias e o príncipe do Brasil - encontrassem na estrada a verdadeira pousada da felicidade. Tal facto veio a revelar-se decisivo quanto ao futuro, pois sedimentou, em definitivo, as condições para a afirmação da localidade, atribuindo-lhe existência no mapa de caminhos do país.

O Palácio passou até a designar-se por Palácio das Passagens contribuindo decisivamente para o desenvolvimento das Vendas Novas.

Data de 16 de Dezembro de 1573 o aforamento a Francisco Gonçalves e a sua mulher Margarida para aí edificarem uma venda. É o mais antigo documento referente ao povoamento de Vendas Novas. Segundo Severim de Faria "As Vendas Novas são edificadas modernamente no princípio do reinado de el-rei D. Sebastião". As Vendas Novas nasceram, ganharam direito a existir e lentamente foram alcançando um outro estatuto de umas novas vendas que começaram aparecendo na charneca deserta para servir os que seguiam por essa nova paragem”(Pais,1985).

3.1 Enquadramento territorial do Concelho

O concelho de Vendas Novas localiza-se na região do Alentejo, pertence ao distrito de Évora e tem por limites, a Norte e Nascente, o concelho de Montemor-o-Novo, a Sul o concelho Alcácer do Sal, e a Poente, os concelhos de Palmela e Montijo (Fig.1). O concelho de Vendas Novas é parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região do Alentejo Central corresponde a uma NUT² de nível III.

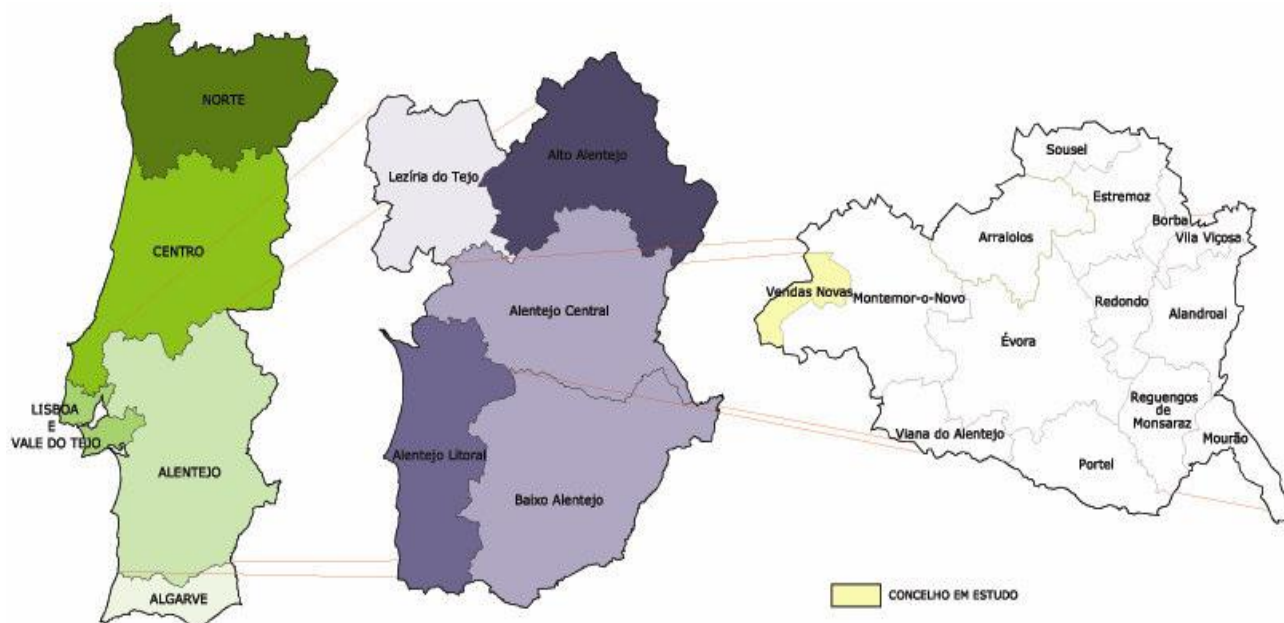


Fig. 1 – Enquadramento do Município em estudo a nível nacional e regional

(Fonte: Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas)

A sede do concelho encontra-se localizada a cerca de 85 quilómetros de Lisboa, 151 Km de Badajoz/Espanha e 55 km de Évora (sede do distrito).

² Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos criada pelo Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro com vista a estabelecer uma harmonia entre as divisões territoriais utilizadas para fins estatísticos. Esta nomenclatura tem vários níveis geográficos conforme o nível de desagregação assumido (por exemplo, o nível II, no Continente, é composto pelas unidades: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve)

O Concelho (Fig.2) é constituído por duas freguesias - Vendas Novas e Landeira - e é um dos mais pequenos da região (225,1 km²). A freguesia de Vendas Novas, onde se localiza a sede de concelho, ocupa 71% da área total do concelho.



Fig. 2 - Freguesias do Concelho de Vendas Novas

(Fonte: Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas)

Para efeitos estatísticos (INE), o concelho é constituído por 9 lugares, como tal considerados. O povoamento, em termos populacionais, é dominado pela sede de Concelho, seguindo-se, os lugares de Landeira (na freguesia com o mesmo nome) e Foros de Afeiteira (na freguesia de Vendas Novas).

No conjunto, apenas a freguesia que constitui a sede de Concelho, apresenta uma dimensão demográfica suficiente para a viabilização de funções centrais de nível satisfatório, tendo em vista a qualidade de vida dos residentes.

3.2 Caracterização sócio – económica

As condições socioeconómicas, das quais se destacam os factores inerentes aos processos de criação e distribuição da riqueza, determinam as condições de trabalho, de habitação, de acesso à instrução, à cultura, à justiça e à segurança, aos serviços de saúde, de educação e de apoio social, aos meios de

comunicação, ao usufruto do espaço público, estando os rendimentos das famílias e dos indivíduos, o seu modo de vida e as suas escolhas, na base da sua capacidade de realização e esperança de vida.

O emprego no concelho de Vendas Novas encontra-se especializado em dois grandes sectores: Agricultura e Silvicultura, por um lado, e Indústria do Material de Transporte, por outro. A freguesia de Vendas Novas, contrariamente ao verificado na freguesia da Landeira, apresenta-se mais industrializada, sendo fortemente especializada no sector dos materiais de transporte, consequência da localização no Parque Industrial de Vendas Novas de empresas como a Karmann Ghia, Kendrion e a Shotic Europa (todas com actividades relacionadas com os componentes automóveis) e, perto do Parque Industrial, a Edscha Arjal (sistemas técnicos para automóveis), e ainda a VN Automóveis (montagem e reparação de automóveis). São, todas elas, empresas de média e grande dimensão em termos de pessoal ao serviço. Inversamente, a freguesia da Landeira apresenta uma forte especialização no sector da agricultura, sendo das poucas freguesias do Alentejo Central nesta situação. Nos últimos anos, tem-se assistido a uma expansão das áreas profissionais associadas ao apoio a idosos e a crianças.

Merece realce o facto de Vendas Novas ser um concelho que apresenta uma elevada concentração de emprego, o que pode constituir-se como uma situação potenciadora de risco no mercado de trabalho, no caso de se verificarem deslocalizações ou falências de empresas.

Segundo dados do IEFP, o concelho de Vendas Novas registou, entre Julho de 2010 e Julho de 2011, uma redução de 15,3%, na taxa de desemprego (378 desempregados em Julho de 2010 e 320 em Julho de 2011), como se pode confirmar pela análise do Quadro III. O peso do concelho na região, relativamente a este indicador é de 1,5%.

Comparativamente a Abril de 2007, em que o número de desempregados era de 308, registou-se um ligeiro crescimento, continuando as mulheres a ter uma maior representatividade neste índice (em Abril de 2007 eram 159 as mulheres desempregadas, e os homens 149).

Quadro III – Caracterização dos desempregados no concelho de Vendas Novas (Julho 2010 - Julho 2011)

Julho de 2010	Categoria		Género		Grupo Etário		Tempo Inscrição		Habilitações Literárias						N.º Desemp.
Unidade Geográfica	1.º Emprego	Novo emprego	Mulheres	Homens	< 25 anos	>= 25 anos	< 1 ano	>= 1 ano	< 4 anos	4 anos	(6,9)anos	(11,12)anos	Bachar.	Licen.	
Vendas Novas	47	331	212	166	69	309	290	88	26	68	166	91	3	24	378
Distrito de Évora	674	6710	4088	3296	1067	6317	5177	2207	481	1839	2857	1540	98	569	7384
Total Região Alentejo	2020	21328	12623	10725	3320	20028	16477	6871	1872	5728	9455	4622	198	1463	23348
Julho de 2011															
Vendas Novas	26	294	167	153	52	268	239	81	14	59	122	95	4	26	320
Distrito de Évora	616	5841	3481	2976	995	5462	4450	2007	388	1382	2419	1603	83	582	6457
Total Região Alentejo	1935	19112	11417	9630	2924	18123	14291	6756	1647	4668	8226	4641	188	1677	21047

Fonte: IEFP, Direcção de Serviços de Estudos

3.3 Dados Demográficos

Os resultados preliminares dos censos de 2011 revelam que, entre 2001 e 2011, o concelho de Vendas Novas registou um ligeiro aumento populacional (mais 218 habitantes), ao contrário do que se verifica na maioria dos concelhos da Região. O Alentejo Central, onde este concelho se encontra inserido, revelou uma diminuição no número de habitantes (menos 6 118 habitantes), consequência do decréscimo verificado na maioria dos concelhos que integram esta NUTIII. Só alguns centros urbanos, como é o caso de Évora, Viana do Alentejo e o próprio concelho de Vendas Novas, registaram um crescimento populacional.

Quadro IV – População residente em 2001 e 2011

Unidade Geográfica	2001	2011	Variação (2001-2011)
	Total	Total	
Concelho de Vendas Novas	11 619	11 837	1,87%
Alentejo Central	173 646	167 434	-3,71%
Portugal	10 356 117	10 555 853	1,89%

Fonte: INE, Censos 2001, 2011

Os dados disponíveis, resultantes dos censos de 2011, são ainda muito escassos. No entanto, ainda que desactualizados, decidimos apresentar aqueles de que dispomos, relativos a alguns indicadores, que permitirão caracterizar a população do concelho.

O concelho de Vendas Novas revela um relativo desequilíbrio nos extremos da pirâmide etária – população idosa prevaiente face à população jovem – traduzindo os sintomas de um processo de envelhecimento populacional, sem prejuízo, todavia, sobre a bolsa de factor humano, com a proporção da população em idade activa acima do limiar dos 60%. Segundo dados do INE – Estimativas Provisórias da População Residente, em 2005, no concelho de Vendas Novas, 13% da população tinha entre 0 e 14 anos, 10% representava a faixa etária dos 15 aos 24 anos, entre 25 e 64 anos encontrava-se 54% da população, e 23% era

o valor correspondente aos indivíduos com mais de 65 anos. Esta tendência já se verificava aquando dos censos de 2001.

3.4 Níveis de instrução da população residente

Entre 1991 e 2001, o nível de instrução da população residente no concelho de Vendas Novas aumentou (Quadro V). A importância da população analfabeta no Concelho, aferida pela taxa de analfabetismo (que relaciona a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever com o total de população com 10 ou mais anos), enquadra-se entre a situação nacional, mais positiva, e os valores menos favoráveis encontrados para a Região.

Quadro V – Nível de instrução e taxa de analfabetismo da população residente em 1991 e 2001

	País		Alentejo Central		Vendas Novas			
	1991	2001	1991	2001	1991		2001	
	%	%	%	%	Nº	%	Nº	%
Sem nenhum nível de ensino	26,3	19,7	34,1	25,2	3219	30,7	2726	23,5
Ensino pré-escolar - A frequentar	1,6	1,8	1,4	1,8	101	1,0	195	1,7
1º Ciclo - Completo	29,0	25,2	27,4	25,5	3145	30,0	3330	28,7
1º Ciclo - A frequentar	6,6	4,9	5,8	4,3	545	5,2	448	3,9
2º Ciclo - Completo	10,2	10,5	8,8	9,2	958	9,1	1094	9,4
2º Ciclo - A frequentar	3,6	2,7	3,2	2,3	319	3,0	228	2,0
3º Ciclo - Completo	5,1	9,9	4,6	9,0	518	4,9	1154	9,9
3º Ciclo - A frequentar	4,5	3,4	4,2	3,1	527	5,0	335	2,9
Ensino secundário - Completo	4,1	6,9	3,5	6,6	315	3,0	781	6,7
Ensino secundário - A frequentar	3,0	3,7	2,7	3,5	397	3,8	397	3,4
Ensino médio - Completo	1,0	0,6	0,9	0,5	79	0,8	62	0,5
Ensino superior - Completo, Incompleto ou a frequentar	4,9	10,8	3,5	9,0	353	3,4	869	7,5
População residente	100,0	100,0	100,0	100,0	10476	100,0	11619	100,0
Taxa de analfabetismo	11,0	9,0	19,4	14,8		16,4		13,0

Fonte: INE, Censos 1991, 2001

(In Carta Educativa de Concelho de Vendas Novas 2006)

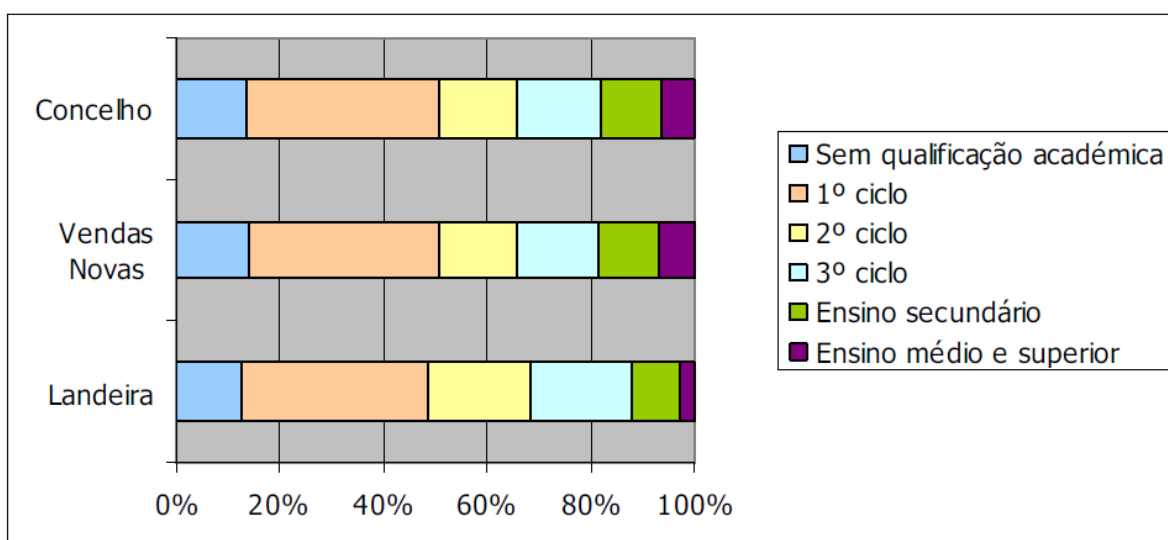
Em 2001, cerca de 13% das pessoas residentes no concelho de Vendas Novas com mais de 9 anos não sabiam ler nem escrever, valor que, no entanto, desceu 3,4% relativamente a 1991.

Em relação à população que possui um nível de instrução completo, regista-se um claro domínio do 1º ciclo do ensino básico em relação a todos os outros níveis, situação que é mais acentuada no Concelho mas também se detecta à escala regional e nacional. Mais de ¼ da população do Concelho apenas possui este grau de ensino.

Os outros níveis de ensino registam percentagens equivalentes ou superiores à média regional e equivalentes ou inferiores ao padrão nacional. A população com formação superior (completa ou não) tem um peso inferior no município do que à escala regional ou nacional. Salienta-se o incremento da população possuidora de um título de qualquer dos níveis de ensino superiores ao 1º ciclo, entre 1991 e 2001.

Quanto à população que se encontrava a frequentar determinado nível de instrução, constata-se, para a década em causa, uma diminuição generalizada da população estudantil concelhia, tendo apenas aumentado a população que se encontra a frequentar o ensino pré-escolar.

Gráfico II – Índice de Qualificação Académica da população que sabe ler e escrever, por freguesia (%), em 2001



Fonte: INE, Censos 2001

(In Carta Educativa de Concelho de Vendas Novas 2006)

O perfil de qualificação académica da população que sabe ler e escrever residente nas duas freguesias do Concelho, revela que, na freguesia onde se localiza a sede de concelho, há uma maior proporção de pessoas que concluíram níveis de instrução superiores ao 3º ciclo. É também nesta freguesia que assume maior importância relativa o conjunto de pessoas que apenas concluíram o 1º ciclo ou têm uma escolaridade inferior.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A opção pela metodologia a seguir é um passo importante que determina a obtenção de respostas adequadas às questões de investigação e objectivos, na medida em que é a partir desta que se definem as linhas de orientação, os métodos e os procedimentos a considerar na investigação.

4.1 Da formulação do problema às opções metodológicas

A investigação, segundo Tuckman (2005), é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas a questões. Um trabalho de investigação deve começar pela formulação de um problema, sugerido por uma pergunta de partida. Esta questão de partida deve apresentar atributos de “clareza”, de “exequibilidade” e de “pertinência” (p. 44), que permitam “compreender melhor os fenómenos e os acontecimentos observáveis e interpretá-los mais acertadamente” (Quivy & Campenhoudt, 1998, pp.43-44). O desenvolvimento deste processo requer a concepção e a realização de um processo conceptual e metodológico. Existem problemas que requerem uma abordagem quantitativa outros uma abordagem qualitativa, e ainda outros que conjugam as duas abordagens. É importante salientar que não é a metodologia que determina a pesquisa, mas sim o problema que se pretende resolver.

Segundo Pacheco (1995, p.9), “a investigação educativa consiste num processo sistemático, flexível e objecto de indagação que contribui para explicar e compreender os fenómenos educativos e é uma actividade de natureza cognitiva”. Já Coutinho (2007, p.50) refere que, “quando se fala em investigação educativa, dois requisitos se impõem: que seja científica – pautada pela sistematicidade e pelo rigor – e que seja pedagógica – adequada ao objecto de estudo”.

A metodologia utilizada na recolha dos dados deverá ser coerente com o tipo de estudo e paradigma onde se insere. Como referem Huberman & Miles (1991, p.22), *“les données qualitatives sont séduisantes. Elles permettent des descriptions et explications riches et solidement fondées de processus ancrés*

dans un contexte local. Avec les données qualitatives, on peut, respecter la dimension temporelle, évaluer la causalité locale et formuler des explications feconds”. Justificamos a escolha metodológica, tendo em vista a adequação do tema aos objectivos do trabalho.

De acordo com Bell (2004, p.20), *“a abordagem adoptada e os métodos de recolha de informação seleccionados dependerão da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretenda obter”*.

Bogdan e Biklen (1994, p.47-50), consideram que a investigação qualitativa possui as seguintes características:

- i. a fonte directa de dados é o ambiente natural, em que o investigador é o instrumento principal;
- ii. é descritiva;
- iii. valoriza o processo e não os resultados ou produtos;
- iv. os dados são analisados de forma indutiva;
- v. o significado assume uma importância primordial.

A este respeito, Pacheco (1995, p.18) refere que a investigação qualitativa, *“...proporciona aos investigadores em educação um conhecimento intrínseco aos próprios acontecimentos, possibilitando-lhes uma melhor compreensão do real, com a subjectividade que estará sempre presente, pela conjugação do rigor e da objectividade na recolha, análise e interpretação dos dados”*.

Pelo exposto, e tendo em conta os objectivos que nos nortearam na procura de resposta à questão de partida, torna-se claro, a nossa opção por uma metodologia qualitativa, uma vez que consideramos que a nossa investigação se integra no paradigma qualitativo/ interpretativo, cada vez mais referenciado nas investigações em educação. Pretende-se valorizar a investigação em ambiente natural, em que o investigador constitui o principal instrumento de recolha de dados. A posição que ocupamos no concelho em estudo, tem-nos dado a possibilidade de uma observação directa, de conversas informais e a participação

natural, no quotidiano do instrumento de pesquisa do tipo etnográfico. É com alguma naturalidade que vamos fazendo uma análise do que vamos observando. O conhecimento de grande parte dos factos, dá-nos ainda facilmente a entender a realidade vivida.

Segundo Bogdan & Birklen (1994), a escolha de um estudo/problema, depende de vários factores, tais como: uma oportunidade surgida, pertinência e actualidade de um tema, curiosidade, importância para o encontro de novas estratégias, a localização das fontes, interesse e motivação por uma temática e o conhecimento do “estado da arte” do campo em que se trabalha e as experiências vividas pelo investigador.

Para Tuckman (2005), existem cinco aspectos fundamentais associados à formulação de um problema:

- Deve estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis;
- A sua formulação deve ser clara e sem ambiguidade;
- Deve ser formulado em forma de questão;
- Deve poder ser testado por métodos empíricos, isto é, a recolha de dados deve corresponder à questão formulada;
- Não deve representar qualquer atitude moral ou ética.

No nosso caso, a definição do problema surgiu, não só através de um primeiro contacto com a literatura como também através da nossa experiência e vivências no âmbito da educação de adultos.

O problema subjacente a este estudo, leva-nos a procurar conhecer como têm evoluído os investimentos locais e regionais a cargo de entidades públicas e privadas em matéria de educação de adultos num Concelho do Distrito de Évora, nomeadamente Vendas Novas.

4.2 Objectivos da investigação

A delimitação do problema permitiu formular a seguinte questão central, *“Qual a oferta educativa e formativa certificada dirigida à população adulta do Concelho de Vendas Novas na década de 2000 - 2010?”*, a partir da qual definimos os seguintes objectivos:

- Identificar as entidades responsáveis pela oferta educativa e formativa destinada à população adulta do Concelho de Vendas Novas na década de 2000-2010;
- Identificar as modalidades e áreas de educação e formação, dirigidas à população adulta do Concelho de Vendas Novas, durante o período em estudo;
- Estudar as tendências de desenvolvimento da educação e formação de adultos no Concelho de Vendas Novas entre 2000 e 2010;
- Caracterizar tendo em conta o sexo, a faixa etária e os níveis de habilitação a população que frequentou cursos de educação e formação durante o mesmo período;
- Obter informações que possam contribuir para outros estudos similares.

4.3 Técnica de recolha de dados e tratamento da informação recolhida

A análise documental é *“uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”* (Chaumier, citado em Bardin, 1977, p. 45).

A análise de documentos pode ser usada para complementar a informação obtida por outros métodos, com o objectivo de encontrar nos documentos informações úteis para o objecto em estudo, ou pelo contrário ser o método de pesquisa central, ou mesmo exclusivo, de um projecto e, neste caso, os documentos são alvo de estudo por si próprios (Bell, 2004).

Na análise documental, segundo Flores (1994, p.16), *“um dado suporta uma informação sobre a realidade, implica uma elaboração conceptual dessa*

informação e o modo de expressá-la que possibilite a sua conservação e comunicação” e um documento, segundo Bell (2004), consiste numa impressão deixada num objecto físico por um ser humano e pode apresentar-se sob a forma de fotografias, de filmes, de diapositivos, de endereços electrónicos, impressa, entre outras.

Na linha de pensamento de Flores (1994), documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise obedece a uma série de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com o objectivo de lhes ser atribuído um significado relevante relativamente a um problema em estudo. A análise documental, engloba numa primeira fase a recolha dos documentos e posteriormente a sua análise designada por análise de conteúdo.

Para Quivy & Campenhoudt (2003), os dados documentais podem ser de natureza estatística ou em forma de texto, sendo que a sua selecção deve ser controlada, depender do tempo disponível para a investigação e não influenciada pelos resultados que pretendemos obter.

Para garantir o rigor e qualidade dos dados recolhidos e das conclusões da investigação, é necessário que esta possua duas características fundamentais: a validade e a fidelidade. São estas que poderão garantir ao investigador que o resultado das observações efectuadas é o mais correcto. A validade deve ser entendida como a adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos.

Tuckman (2000, p.8) refere dois tipos de validade: validade interna e validade externa, sendo que um estudo tem validade interna quando o *“seu resultado está em função do programa ou abordagem a testar”* e tem validade externa *“se os resultados obtidos forem aplicáveis no terreno a outros programas ou abordagens similares”*. A validade externa está directamente ligada à confiança nos resultados da investigação, a fim de ser possível generalizá-los. *“A validade externa tem pouco valor sem um razoável grau de validade interna, dando confiança às nossas conclusões, antes de tentarmos generalizá-las”* (Ibidem,p.9). Segundo Coutinho (2007), num projecto de investigação, importante existir

equilíbrio entre os dois tipos de validade, pelo que, o investigador, deverá procurar atingir um nível satisfatório de validade interna, para que a investigação possa ser conclusiva. Simultaneamente deverá tentar que ela se mantenha integrada na realidade em estudo, para ser representativa e generalizável, isto é, ter validade externa.

A fidelidade dos resultados refere o grau de confiança ou exactidão que podemos ter na informação obtida. Os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem. A fidelidade do instrumento está associada ao processo de codificação de que ele dispõe.

A análise de documentos, como todos os métodos reveste-se de vantagens e de limitações. Seguindo o pensamento de diversos autores, as vantagens da análise documental são:

- Permite evitar o recurso abusivo às sondagens e aos inquéritos por questionário (Quivy & Campenhoudt, 2003);
- Os documentos, geralmente, podem obter-se gratuitamente ou a baixo custo e proporcionam informações sobre ocorrências passadas que não se observaram ou assistiram (Igea *et al.*, 1995).

Por outro lado, algumas limitações desta metodologia relacionam-se com os seguintes factos:

- o acesso aos documentos nem sempre é fácil (Quivy & Campenhoudt, 2003);
- os documentos podem não ter toda a informação detalhada ou podem ter sido falseados, alterados ou forjados (Igea *et al.*, 1995);
- por vezes, os investigadores não explicitam as ferramentas conceptuais e lógicas que usaram para chegar a determinadas conclusões sobre a realidade estudada (Flores, 1994).

Pelo que foi exposto e tendo em conta a natureza do estudo, parece-nos que a técnica de recolha de dados melhor adequada ao nosso estudo é a análise

documental. Esta análise recaiu sobre “*documentos oficiais*” (Bogdan & Bliken, 1994) e de “*dados quantitativos*” (*Idem*:1994) dos quais se retirou a informação a ser analisada. No nosso estudo, a pesquisa documental “*apresenta-se como um método de recolha de dados e de verificação de dados*” (Saint-Georges, 1997, p.30).

Foi condição necessária, para a selecção dos documentos, que os mesmos contivessem informações úteis ao propósito da investigação, indo assim de encontro dos objectivos por nós pré-definidos.

Procurámos, assim que o “*corpus documental*” escolhido para o nosso estudo obedecesse aos princípios da “*representatividade*”, da “*pertinência*” e da “*homogeneidade*” (Bardin, 2007, pp 90-92).

Para procedermos à análise e interpretação dos documentos recorreremos à análise de conteúdo. A análise de conteúdo é definida por Bardin (2007, p.37), como um “*conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição o conteúdo das mensagens*” com a finalidade de formular “*inferências*” (Krippendorff, 1980), “*com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas*” (Vala, 2007, p.104). Para Bardin (2007), inferir é extrair uma consequência a partir de outras já aceites como verdadeiras.

Após a definição do contexto territorial e da delimitação temporal, em que iríamos incidir o nosso estudo, chegou o momento, da nossa entrada no terreno ou trabalho de campo o que obedece a um conjunto de normas que torna viável a selecção e articulação de técnicas com o objectivo de se poder desenvolver o processo de verificação empírica.

O desenho de pesquisa que definimos e seguimos foi o proposto por Bardin (2007), e compreende três etapas: 1.^o) a pré-análise; 2.^o) a exploração do material; 3.^o) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Numa primeira fase (pré-análise), procedemos à recolha de documentos e à (re)formulação dos objectivos. Os documentos escolhidos e que constituem o *corpus* de análise foram produzidos independentemente da pesquisa (Vala,

2007). A nossa análise incidiu sobre a Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas (2006/2011) (D1) e sobre os Diagnósticos Sociais do Concelho de Vendas Novas referentes aos ciclos 2003/2006 e 2007/2010 (respectivamente D2 e D3). Para além destes documentos, foram analisados os dados oficiais fornecidos pelas entidades formadoras e promotoras de cursos para adultos do concelho durante o período de 2000 a 2010 e documentos com dados oficiais recolhidos na plataforma SIGO. Foram também efectuadas pesquisas em arquivos existentes na Direcção Regional do Alentejo, para recolha de dados que permitiram o posterior cruzamento e confirmação da informação fornecida pelas entidades formadoras. Esta informação foi sistematizada em matrizes de caracterização (Anexo II), e sujeita, tal como a textual a uma análise de conteúdo.

Os documentos seleccionados obedecem, como já foi referido, à *“regra da representatividade”*, pois são os mais representativos em função dos objectivos definidos; à *“regra da homogeneidade”*, pois obedecem a critérios precisos de escolha; à *“regra da pertinência”*, pois são adequados enquanto fonte de informação correspondendo aos objectivos que originaram a análise (Bardin, 2007, pp 90-92).

Salientamos que a escolha dos documentos para a investigação garantiu o princípio da credibilidade das informações, uma vez que constituem fontes primárias.

Foi necessário efectuar um pedido ao Sr. Director Regional de Educação do Alentejo para a consulta dos arquivos *in loco* assim como para a recolha de dados estatísticos a partir da Plataforma SIGO, o qual foi deferido.

Contactámos o Sr. Director da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas com o objectivo de obter informações sobre as entidades responsáveis pela qualificação dos colaboradores das pequenas e médias empresas aí instaladas.

A segunda etapa (exploração do material), coincide com a codificação, em que os dados brutos são transformados de forma organizada e *“agregados em unidades, as quais, permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo”* (Holsti, in Bardin, 2007, p.97). A codificação, segundo Bardin (2007, p.97), *“corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – os*

dados em bruto”. Segundo Pacheco (1995, p.102), a tarefa de codificar consiste *“na ordenação dos dados de forma lógica, coerente e sucinta”*.

No prosseguimento do nosso trabalho, desenvolvemos duas acções que segundo Bardin (2007), são fundamentais:

- A escolha de unidades de registo (recorte): unidade de significação a codificar;
- A escolha de categorias (classificação e agregação).

A categorização possibilita a reunião de um grande número de informações de uma forma esquemática para correlacionar classes de acontecimentos e ordená-los. As categorias por nós definidas, apresentam as seguintes qualidades:

“a pertinência (adaptada ao conteúdo e ao objectivo do estudo); a exclusividade (cada elemento só é classificado numa categoria); a objectividade e fidelidade (codificadores diferentes chegam a resultados iguais); a homogeneidade (cada conjunto categorial foi construído com um critério único); a produtividade (permite fazer inferências e deduções lógica; a exaustividade (permite acolher todas as unidades de registo pertinentes para o objecto de pesquisa)” (Bardin, 2007, pp. 90-92; Esteves, 2006, pp. 112-113).

O nosso processo de categorização (Anexo I), foi sofrendo ajustes constantes e sistemáticos.

Para Vala (2007, p.116), *“não há questões de específicas de validade na análise de conteúdo. Como em qualquer outro procedimento de investigação, também neste o investigador deve assegurar-se e deve assegurar os seus leitores de que mediu o que pretendia medir”*. Segundo Esteves (2006, p.123), a validade da categorização, *“passa pelo facto de ela se coadunar com os objectivos definidos, logo ser pertinente e, na medida do possível, produtiva”*.

Relativamente à fidelidade, esta deverá ser avaliada em duas dimensões, a do codificador e a do instrumento de codificação (Ibidem). Ainda segundo esta autora, a fidelidade das categorias *“é tanto mais possível quanto estas não forem ambíguas, ou seja, estiverem claramente definidas, de forma a satisfazerem critérios de objectividade e de exclusão mútua”* (Ibidem).

A fidelidade das categorias por nós elaboradas foi assegurada, através da revisão repetida da nossa classificação de forma a aplicar sempre os mesmos critérios de codificação. Na última etapa, em que nos ocupámos do tratamento dos resultados, da inferência e da tentativa de encontrar respostas para os objectivos norteadores da investigação, procurámos sempre que possível relacionar os dados obtidos com a fundamentação teórica, pois segundo Bardin (2007), é a fundamentação teórica que atribui significado à interpretação.

A tarefa de elaboração das categorias e das respectivas subcategorias, procurou alinhar-se com os objectivos da pesquisa e teve por base o enquadramento teórico e o *corpus documental* seleccionado (Quadro VI). Salientamos, que o estabelecimento definitivo da categorização configurou-se um processo moroso, várias vezes reformulado e testado até chegarmos ao sistema categorial final que apresentamos no Quadro VII.

Quadro VI – Documentos analisados

Documentos oficiais	Código de Identificação
Carta Educativa	D1
Diagnóstico Social (Ciclo 2003/2006)	D2
Diagnóstico Social (Ciclo 2007/2010)	D3
Matriz de caracterização da EB nº1 de Vendas Novas	D4
Matriz de caracterização da ESVN	D5
Matriz de caracterização do CNO da ESVN	D6
Matriz de caracterização da ATP D. Carlos I	D7
Matriz de caracterização da PROFOC	D8
Matriz de caracterização da INOVINTER	D9
Matriz de caracterização do IEFP	D10
Matriz de caracterização da COMPETIR	D11

Quadro VII – Categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
C1. Políticas nacionais e locais de educação e formação de adultos	Sub.1 Entidades/instituições formadoras Sub.2 Estratégias locais a adoptar Sub.3 Oportunidades Sub.4 Ameaças Sub.5 Aspectos positivos Sub.6 Aspectos negativos
C2. Oferta educativa/formativa certificada	Sub.1 Modalidades de formação Sub.2 Áreas de formação Sub.3 Níveis de qualificação Sub.4 Destinatários

A Categoria 1 (C1), “Políticas nacionais e locais de educação e formação de adultos”, tem a finalidade de avaliar as tendências de desenvolvimento da educação e formação para adultos no concelho.

As subcategorias seleccionadas foram as que de seguida elencamos:

- *Sub.1 “Entidades/instituições formadoras”* - nesta subcategoria pretendemos identificar as entidades que desenvolveram cursos para adultos no concelho durante o período considerado;
- *Sub.2 “Objectivos e estratégias a adoptar”* - pretendemos com esta subcategoria, conhecer quais as linhas orientadoras para o concelho, em matéria de educação de adultos na última década;
- *Sub.3,4,5 e 6 “Oportunidades, ameaças, aspectos positivos e negativos”* – estas subcategorias, relacionam-se com um conjunto de informações mais concretamente, as potencialidades e constrangimentos do concelho e são reveladoras da capacidade de concretização dos objectivos através das estratégias definidas.

A Categoria 2 (C2), “Oferta educativa/formativa certificada”, tem por objectivo identificar as oportunidades de formação certificada que a população adulta do concelho beneficiou durante a última década.

Para esta categoria, foram elaboradas as seguintes subcategorias:

- *Sub.1 “Modalidades de formação”* – com esta subcategoria pretendemos identificar os tipos de cursos oferecidos aos adultos do concelho;
- *Sub.2 “Áreas de formação”* – é nosso propósito identificar quais as temáticas desenvolvidas nos diversos percursos de formação oferecidos;
- *Sub.3 “Níveis de qualificação”* – objectivamos conhecer quais os níveis de qualificação proporcionados pelas ofertas formativas disponibilizadas;
- *Sub.4 “Destinatários”* – procuramos conhecer qual o perfil dos adultos que frequentaram percursos de formação durante o período em estudo.

CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÃO DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este é o momento da nossa dissertação em que é efectuado o tratamento dos resultados, a inferência, a interpretação e a procura de significados para os objectivos norteadores da investigação. Durante esta fase, é necessário voltar aos fundamentos teóricos, pertinentes à investigação, pois são eles que nos dão o suporte e as perspectivas significativas para o estudo. Segundo Bardin (2007), a relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação.

As grelhas de análise de conteúdo, assim como as matrizes de caracterização das entidades formadoras, encontram-se em Anexo, respectivamente I e II.

5.1 A Carta Educativa do Concelho (2006): que orientações para a qualificação da população adulta?

As autarquias têm vindo a ser progressivamente referenciadas como instâncias nucleares quer de participação e parceria nas políticas educativas nacionais, quer de promoção e orientação das políticas educativas locais.

Na sequência do que foi exposto no Capítulo 2, a Carta Educativa é o suporte essencial para um conhecimento profundo e abrangente de todas as potencialidades e ofertas educativas existentes no concelho ao dispor da educação e dos seus agentes. A Carta Educativa é um documento de extrema importância na medida em que tem como grandes objectivos o desenvolvimento dos indivíduos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano, a promoção da melhoria contínua do sistema educativo local e o ordenamento da rede de ofertas educativas e formativas.

A Carta Educativa é um instrumento dinâmico sujeito a actualizações periódicas, se possível anuais, resultantes da participação dos diferentes parceiros. A sua análise, D1, permitiu identificar as instituições e as entidades de carácter

educativo/formativo, que ofereceram e promoveram cursos para a população adulta do concelho (C2) (Sub.1), as quais passamos a designar:

- Escola Básica nº1 de Vendas Novas
- Escola Secundária de Vendas Novas
- Associação Técnico Profissional D. Carlos I
- Centro de formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional

De acordo com este documento, são objectivos e estratégias a adoptar para o concelho (Sub.2), entre 2006 e 2011, a definição de políticas educativas que tenham como objectivos:

- i. eliminar o analfabetismo, a iliteracia, assim como o insucesso e o abandono escolares;
- ii. maximizar os recursos educativos no sentido de reorganizar a rede de estabelecimentos de ensino e formação qualificando a oferta formativa;
- iii. garantir o ensino básico para todos; assegurar o sucesso das parcerias entre os diferentes actores envolvidos no sistema educativo tanto privados como públicos através de uma articulação eficaz dos objectivos estratégicos;
- iv. afirmar a Escola Secundária de Vendas Novas, como um pólo de ensino de qualidade, com recursos humanos e físicos que permitam assegurar ofertas educativas e formativas capazes de satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, tanto ao nível do ensino secundário, como do técnico – profissional ou profissionalizante;
- v. articular objectivos estratégicos entre o sector público e o sector privado a nível dos processos de certificação e validação de competências.

Neste contexto, podemos inferir que as políticas locais materializadas nas orientações da Carta Educativa, no âmbito da educação e formação de adultos, tendem a seguir os objectivos estratégicos da União Europeia, no sentido do desenvolvimento dos sistemas de educação, de formação e da aprendizagem ao longo da vida. Segundo o Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, as orientações políticas e acções a adoptar na União Europeia para a década que agora terminou, tinham como objectivo dar a possibilidade de todos os cidadãos europeus poderem beneficiar de oportunidades idênticas para se adaptarem à exigências das mutações sociais e económicas de modo a adquirirem competências necessárias a uma participação activa na construção do futuro da Europa.

Os dados recolhidos revelam-nos que é evidente a preocupação dos agentes educativos e das entidades responsáveis locais e regionais, com a redução da taxa de analfabetismo e a elevação dos níveis de escolaridade e de qualificação da população concelhia.

5.2 O Conselho Local de Acção Social de Vendas Novas (CLAS)

O Programa Rede Social surge com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro e é promovido e dinamizado pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, nomeadamente através do Instituto de Segurança Social.

A Rede Social tem como finalidade conjugar as políticas de diversos sectores: saúde, emprego, educação e formação profissional, habitação, segurança, ambiente entre outros.

O Programa Rede Social materializa-se através da criação do Conselho Local de Acção Social, que é uma parceria constituída por entidades públicas e privadas que actuam no mesmo território.

No Conselho Local de Acção Social de Vendas Novas, existe desde 2003, tendo os seus planos de acção, (Plano de Desenvolvimento Social - PDS) sido elaborados com base em diagnósticos sociais (DS) efectuados ao concelho.

No nosso estudo, foram analisados os diagnósticos sociais efectuados em dois momentos, 2003 e 2007 (respectivamente D2 e D3). As análises SWOT realizadas ao concelho evidenciaram potencialidades e fragilidades a partir das quais os parceiros que integram o CLAS, elaboraram planos de acção para os ciclos 2003/2006 e 2007/2010.

No Diagnóstico Social de 2003, D2, voltamos a identificar as entidades formadoras já referidas na Carta Educativa (C1) (Sub.1). A Sociedade do Parque Industrial do concelho oferece condições para os activos, nomeadamente os empregados nas empresas aí sediadas poderem beneficiar de formação profissional contínua, no âmbito do programa da Promoção para a Formação ao Longo da Vida. Despertos para esta situação, contactámos o Sr. Director do Parque Industrial, no sentido de identificar a(s) entidade(s) promotoras e formadoras responsáveis por esta modalidade de formação. Após alguns contactos estabelecidos, foi-nos possível acrescentar ao conjunto das entidades já referenciadas, a PROFOC - Projectos de Formação e Consultoria, Lda.

Salientamos como objectivos e estratégias a adoptar (Sub.2), ainda neste documento, o investimento na formação profissional por um lado por contribuir para a valorização pessoal dos indivíduos e por outro, por promover a adaptação às exigências do mercado de trabalho local.

Para que sejam concretizadas estas políticas (Sub.3 e Sub.5), o concelho dispõe para o ciclo 2003/2006, de: fundos comunitários (QCA III); equipamento cultural recente e qualificado, nomeadamente da biblioteca e do auditório; oferta formativa profissional na área de formação da agricultura proporcionada pela AT D. Carlos I; do Pólo de formação do CEFP de Évora e do INOVINTER; do Centro de Emprego de Montemor - o – Novo; instalações qualificadas nas escolas públicas.

Em contrapartida, de acordo com a análise SWOT realizada, são consideradas fragilidades e aspectos negativos (Sub.4 e Sub.6): a redução significativa dos

Fundos Comunitários a partir de 2006; a conjuntura económica desfavorável; a taxa relativamente elevada de insucesso escolar; ineficácia do trabalho em parceria; a falta de formação dos recursos humanos das instituições locais; a falta de qualificação de mão – de - obra necessária para satisfazer as indústrias locais; o fraco empreendedorismo.

Relativamente ao D3, há a salientar o CNO da Escola Secundária de Vendas Novas que passou a integrar o conjunto das oportunidades de qualificação e de certificação da população (Sub.1).

Neste documento, os objectivos e estratégias a adoptar (Sub.2), consistem em promover a igualdade de oportunidades entre sexos; garantir o ensino primário a todos; desenvolver um programa de parcerias eficaz; promover os direitos económicos, sociais, culturais e civis; investir na empregabilidade através da educação e formação e da qualificação das pessoas.

No âmbito da análise SWOT realizada em 2007, foram identificadas no concelho as seguintes oportunidades e forças positivas (Sub.3 e Sub.5):

- i. a existência de fundos comunitários (POPH);
- ii. a Carta Educativa elaborada em 2006, em vigor até 2011;
- iii. a existência de programas do Ministério da Educação que apoiam o desenvolvimento de actividades na área da educação;
- iv. o Pólo de Formação do INOVINTER, o Centro de Formação Profissional de Évora, o CNO da Escola Secundária de Vendas Novas e a ATP D. Carlos I;
- v. a Rede Social;
- vi. o acesso da população às Novas Tecnologias através do Espaço Internet, proporcionado pela Autarquia;
- vii. projectos desenvolvidos pela Autarquia destinados à população activa;

- viii. a diversidade de parcerias estabelecidas com Federações, Associações, Universidades e Institutos;
- ix. os equipamentos culturais e desportivos de apoio à educação.

Ao nível das ameaças e dos aspectos negativos, salientamos (Sub.4 e Sub.6):

- i. a falta de recursos financeiros;
- ii. a desarticulação/desadequação entre o ensino e o mercado de trabalho; a desigualdade no acesso aos serviços da educação;
- iii. os valores elevados da taxa de analfabetismo do concelho que, segundo os censos de 2001, correspondem a 13%;
- iv. cerca de 29% da população apresenta como nível de instrução só o 1º ciclo do ensino básico;
- v. a inexistência de ofertas ao nível do ensino universitário e politécnico;
- vi. o insucesso e o abandono escolares;
- vii. as instalações escolares sem condições para o desenvolvimento de actividades lúdicas/desportivas ou outras;
- viii. inexistência de uma estratégia articulada no concelho entre escola, família e comunidade;
- ix. falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades;
- x. insuficiente qualificação pessoal e profissional assim como défice de competências pessoais, parentais e profissionais;
- xi. dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional.

Justificamos que, relativamente a este último documento (D3), tomámos como referência a informação disponível e a vivência experienciada em relação às Áreas Temáticas, “Ensino e Formação Profissional” e “Associativismo, Actividades e Equipamentos Culturais, Desportivos e Recreativos”.

Consideramos a análise destes documentos oficiais locais, pertinente e útil para o nosso estudo, uma vez que o seu conteúdo revela, entre outras, as directrizes locais em matéria de educação e formação para a população do concelho, nomeadamente para os adultos que são objecto do nosso estudo.

5.3 Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Certificada para adultos no Concelho de Vendas Novas entre 2000 e 2010

Após a identificação das entidades formadoras e promotoras de ofertas formativas para adultos, procedemos à elaboração das respectivas matrizes de caracterização (Anexo II). A partir dos dados disponíveis, elaborámos os Quadros XIII e XIV, que apresentamos em seguida.

Quadro VIII - Entidades formadoras sediadas no Concelho de Vendas Novas (2000 - 2010)

PÚBLICAS	PRIVADAS
Escola Secundária de Vendas Novas	Associação Técnico Profissional D. Carlos I
Escola Básica n.º1 de Vendas Novas	INOVINTER - Centro de Formação e Inovação Tecnológica

Quadro XIX - Entidades formadoras não sediadas no Concelho de Vendas Novas (2000 - 2010)

PÚBLICAS	PRIVADAS
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	PROFOC – Projectos de Formação e Consultoria, Lda*
	COMPETIR – Formação e Serviços, S.A.**

*Informação fornecida pelo Sr. Director da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas

**Informação recolhida na plataforma SIGO

Atendendo à reduzida dimensão do concelho em estudo, podemos constatar que a diversidade de entidades formadoras/promotoras de cursos de educação e formação identificadas durante o período considerado é significativa:

- i. **Dois estabelecimentos públicos de ensino;**
- ii. **IEFP** - Instituto de serviço público de emprego nacional que visa promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução das políticas de emprego e formação profissional;
- iii. **Associação Técnico Profissional D. Carlos I** - Instituição de Utilidade Pública, sem fins lucrativos cujos objectivos são a promoção profissional, social e cultural do meio rural, através do seu Centro Educativo, conhecido como Escola Agrícola D. Carlos I;
- iv. **INOVINTER** - Centro de Formação e Inovação Tecnológica, com uma Delegação em Vendas Novas, sediado nas instalações do Parque Industrial;
- v. **PROFOC** - Projectos de Formação e Consultoria, Lda, é uma empresa que exerce a sua actividade a três níveis, formação profissional, consultoria e auditorias;
- vi. **COMPETIR** - Formação e Serviços, S.A., que desenvolve formação profissional na qualidade de entidade promotora e formadora.

Não se justificou uma representação territorial das entidades sinalizadas, porque do concelho de Vendas Novas só fazem parte duas freguesias, como já foi anteriormente referido, sendo que a freguesia de Landeira não tem grande expressividade local ao nível da educação e formação de adultos. No entanto, salienta-se a intervenção do INOVINTER na freguesia de Landeira através da implementação do Projecto Formação nas Aldeias e da Escola Secundária de Vendas Novas, que tem desenvolvido itinerância no âmbito dos processos de RVCC, através do seu Centro Novas Oportunidades.

A partir das matrizes (Anexos I a VIII), construídas com base nos dados fornecidos pelas entidades formadoras/promotoras, do processo de categorização e do nosso conhecimento no terreno, foi-nos possível elaborar a cartografia educacional certificada para adultos do concelho de Vendas Novas (Quadro XV).

Quadro X – Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Certificada para adultos no Concelho de Vendas Novas (2000 – 2010)

Instituições/Entidades	Modalidades de Formação
Escola Básica n.º1 de Vendas Novas	Educação Extra-escolar (Cursos de Alfabetização e Sócio-educativos)
	Curso EFA (Nível S de Dupla Certificação)
Escola Secundária de Vendas Novas	Educação Extra-escolar (Cursos de Alfabetização e Sócio-educativos)
	Ensino Recorrente (Unidades, Blocos e Módulos Capitalizáveis do 3.ºCiclo e Secundário)
	Cursos EFA (Nível S de Certificação Escolar e Dupla Certificação)
	Formação Modular Certificada
	CNO
Associação Técnico Profissional D. Carlos I	EFA (Níveis B2, B3 e S de Dupla Certificação)
IEFP	Formação inicial, Formação contínua, Formação para a inclusão
	EFA (Níveis B2, B3, S de Dupla Certificação)
	Formação Modular Certificada
INOVINTER	Formação Modular Certificada (Formação Contínua)
	EFA (B3, S de Dupla Certificação)
PROFOC	Formação Profissional Contínua
COMPETIR	Cursos EFA (Níveis B2+B3 e S de Dupla Certificação)

B2 (Básico 2.º ciclo); B3 (Básico 3.ºciclo); S (Secundário)

A aprendizagem não é um processo exclusivo dos sistemas educativos formais. Hoje, e como no passado, nas comunidades humanas existem diversos espaços e tempos de aprendizagem (Nico, 2002). De acordo com o mesmo autor, às ocasiões e ambientes formais de aprendizagem acrescem ainda as ocasiões não formais e informais de aprendizagem, proporcionadas pelas instituições não escolares.

Foi neste contexto que, e apesar de não se enquadrar directamente no nosso estudo, decidimos inventariar as Associações existentes no Concelho (Quadro XVI) que desenvolveram actividades durante o período em estudo. As Associações e Grupos Recreativos identificados, embora não tenham contribuído directamente para a oferta formativa certificada, no âmbito da educação de adultos, proporcionaram autênticos processos organizados de ensino e de aprendizagem, possibilitando aos seus membros associados e a todos os que participaram nas actividades desenvolvidas a aquisição de competências assim como enriqueceram experiências e percursos de vida. Estas *redes comunitárias de aprendizagem*, que complementam em muitos casos as oportunidades de aprendizagem proporcionadas pelo sistema educativo escolar formal, possibilitaram a muitos adultos, a certificação de competências através de processos de RVCC tanto de nível básico como de nível secundário.

Salienta-se que a cooperação entre as diferentes associações referenciadas e as entidades/instituições formadoras contribuíram favoravelmente para o sucesso das parcerias e consequentemente para elevar o nível de qualificação da população adulta do concelho.

Para a elaboração do Quadro XVI, em muito contribuiu a análise dos documentos fornecidos pelo Conselho Local de Acção Social, do qual a Escola Secundária de Vendas Novas faz parte. Mais uma vez, o conhecimento e a nossa intervenção no terreno tornaram-se elementos facilitadores da recolha e análise da informação a partir de planos de actividades e respectivos relatórios de execução. A análise destes documentos parece-nos bastante pertinente, uma vez que os mesmos resultam de diagnósticos sociais efectuados e revelam as necessidades

prioritárias do concelho aos mais variados níveis, nomeadamente no que respeita à qualificação da população.

Quadro XI – Associações do Concelho de Vendas Novas

FREGUESIA DE VENDAS NOVAS	FREGUESIA DA LANDEIRA
Estrela Futebol Clube	Rancho Folclórico da Landeira
Grupo Recreativo Empregados do comércio	Associação de Jovens da Landeira
Grupo Desportivo da Afeiteira	Associação de Solidariedade Social
Grupo Desportivo das Piçarras	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas
Grupo Desportivo da ARJAL	Sporting Clube da Landeira
Grupo de Danças e Cantares Pioneiros de VN	
Clube Ferroviário	
Grupo de Amigos de Vendas Novas	
Casa do Benfica de Vendas Novas	
Núcleo Sportinguista de Vendas Novas	
Clube Columbófilo	
Clube de Aeromodelismo	
Assoc. de Caçadores e Pescadores de Vendas Novas	
Associação de Solidariedade Renascer de Bombel	
Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Vendas Novas	
Clube de Filatelia de Vendas Novas	
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas	
Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas	
Casa do Povo de Vendas Novas	
Associação de Desenvolvimento Local – A Porta do Alentejo	
Associação de Desenvolvimento Local – A Bússola	

5.4 Cenários de qualificação da população adulta no Concelho de Vendas Novas

A expressividade de cada uma das entidades/instituições promotoras e formadoras de oferta certificada para adultos não é homogénea. A elaboração das matrizes representativas de cada uma dessas entidades e instituições, permitiu-nos traçar um perfil mais ao menos detalhado da respectiva intervenção no concelho. Os dados que agora apresentamos relacionam-se com a C2 – Oferta educativa/formativa certificada (subcategorias 1,2,3,4).

I) Escola Básica n.º1 de Vendas Novas (Anexo II-A) – Sem grande tradição na educação de adultos, este estabelecimento de ensino, estabeleceu parcerias com a Escola Secundária de Vendas Novas e com a Autarquia, sob a supervisão da Direcção Regional de Educação do Alentejo, através da Coordenadora Concelhia da Educação Recorrente, Extra-Escolar e Formação de Adultos e desenvolveu **cursos de alfabetização e sócio - educativos** (sub1) para adultos do concelho. No âmbito da LBSE, a educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade da acção educativa.

Os cursos de alfabetização e sócio - educativos decorreram em regime diurno e pós-laboral e tinham como destinatários, indivíduos com baixa escolaridade, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, activos empregados e desempregados e a população em geral (sub.4). Tinham como objectivos:

- i. o desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e a aquisição de competências em substituição ou como complemento da educação escolar;
- ii. combater o analfabetismo literal e funcional;
- iii. promover a ocupação criativa e qualitativa dos tempos livres, numa perspectiva de educação permanente, com actividades de natureza diversa, organizadas de forma flexível e diversificada (LBSE).

Os cursos de alfabetização foram frequentados por cerca de 15 indivíduos sem escolaridade ou com o 1.º ou 2.º anos de escolaridade. A respectiva taxa de conclusão foi de 100%. Os cursos sócio - educativos desenvolveram-se no âmbito do desenvolvimento pessoal e social e das línguas estrangeiras nomeadamente, alemão (iniciação) e inglês (sub.2). Pela análise dos resultados podemos inferir que a taxa de frequência e de conclusão foi bastante positiva.

Mais recentemente, em 2008, a Escola Básica n.º1, aderiu à Iniciativa Novas Oportunidades, através da abertura de um **curso EFA de dupla certificação de nível IV** (sub.1), de Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho (sub.2), em regime pós-laboral. Este curso é frequentado só por mulheres em número de 13, na sua maioria funcionárias da escola e surgiu a partir de uma necessidade de formação sentida nesta área profissional (sub.4). Não existem dados sobre o número de certificações porque o curso só irá concluir no fim do ano lectivo de 2011.

II) Escola Secundária de Vendas Novas (Anexo II-B) – A Escola Secundária, desde o ano de 2000 até à actualidade, diversificou a sua oferta educativa/formativa disponibilizando para a população adulta do concelho a educação extra-escolar (cursos de alfabetização, cursos sócio – educativos), o ensino recorrente de níveis básico e secundário e mais recentemente cursos EFA de nível secundário (certificação escolar e dupla certificação) e formações modulares certificadas (sub.1).

Com o apoio e incentivo da Autarquia, da Direcção Regional de Educação do Alentejo e o estabelecimento de parcerias com a Escola Básica n.º1 de Vendas Novas e algumas Associações locais, sob a orientação da Coordenadora Concelhia da Educação Recorrente, Extra-Escolar e Formação de Adultos de Vendas Novas, foi possível o desenvolvimento de **cursos de alfabetização e sócio – educativos**. Estes percursos de formação, como foi referido anteriormente, tinham como objectivos promover o desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências em substituição ou como

complemento da educação escolar, combater o analfabetismo e ao mesmo tempo possibilitar a ocupação criativa e formativa dos tempos livres da população.

Ao nível dos cursos de alfabetização, as idades dos formandos variavam entre os 18 e os 64 anos e os cursos sócio – educativos, de uma forma geral, tiveram como destinatários adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 70 anos. Particularizamos os cursos sócio – educativos de línguas estrangeiras, tanto o nível de iniciação como o de continuação em que a faixa etária dos formandos variou entre os 16 e os 70 (sub.4).

Estiveram envolvidos em cursos de alfabetização cerca de 65 adultos, tendo concluído apenas 39. Entre 2003 e 2006, os cursos sócio – educativos oferecidos à população do concelho abrangeram diversas temáticas: línguas estrangeiras (inglês e alemão), português para estrangeiros, informática, macramé, técnicas têxteis, costura, bordados à máquina, tapetes de Arraiolos, saúde e actividade física e bijutaria (sub.2). Os cursos de educação extra – escolar forma frequentados por indivíduos com baixa escolaridade, beneficiários do RSI e pela população em geral (sub.4).

Os **cursos sócio - educativos** não constituem oferta certificada. Parece-nos no entanto, lícito inferir que as competências adquiridas com o desenvolvimento destas ofertas formativas, enriqueceram os percursos de vida dos adultos que os frequentaram, tendo contribuído para a certificação em processos de RVCC. Importa referir o contributo destes cursos para a promoção de atitudes de solidariedade social e da participação na vida da comunidade, para além de serem uma obrigatoriedade para os que beneficiam do RSI.

Constatamos que existe uma preocupação neste caso, das diferentes entidades públicas e privadas em dar cumprimento aos normativos legais (Lei n.46/86, de 14 de Outubro – LBSE) e, ao mesmo tempo, em ir de encontro às necessidades da população ao nível da formação. A educação extra – escolar deverá permitir aos indivíduos que dela beneficiam um aumento dos seus conhecimentos e o desenvolvimento das suas potencialidades. Desta forma poderão as comunidades participar criativa e activamente no desenvolvimento local “sustentável”.

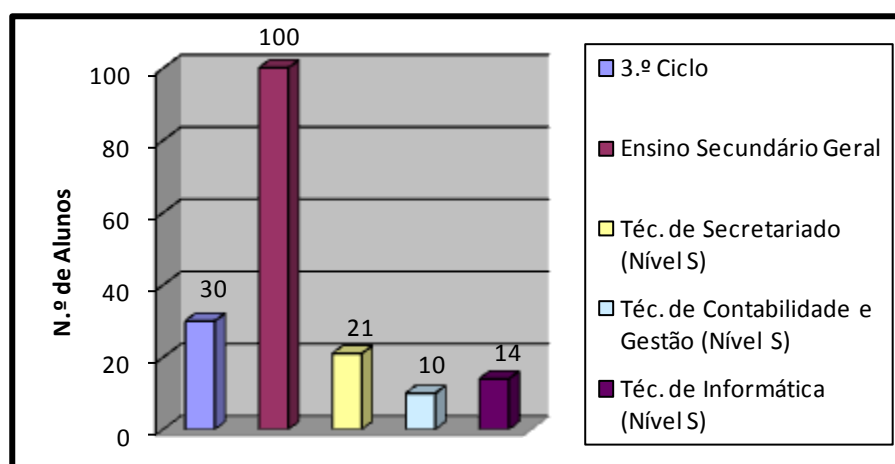
Melo (2005) refere que a ausência de educação e formação de adultos compromete o desenvolvimento local. Na actualidade, os recursos humanos são cada vez mais valorizados, pelo que é de extrema importância formar cidadãos informados, conscientes e por conseguinte mais capacitados para agir numa sociedade em permanente mudança.

O Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro, que criou a educação extra – escolar foi revogado pela recente Portaria n.º 1100/2010 de 22 de Outubro. Esta Portaria aprova o programa de formação em competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação.

Ao nível do **Ensino Recorrente** (sub.1), no período de 2000 a 2009, a ESVN disponibilizou, para a população, cursos do 3.º ciclo do ensino básico (maiores de 15 anos) e do secundário (maiores de 18 anos) (sub.4). Neste nível de ensino, as áreas de formação abrangeram os cursos de técnico de secretariado, tecnológico de contabilidade e gestão e tecnológico de informática (sub.2). Esta modalidade de ensino tem como objectivos assegurar uma escolaridade obrigatória frequentemente designada de “segunda oportunidade”, aos que por variadas razões abandonaram o seu percurso escolar sem o terem concluído.

O nosso conhecimento desta realidade escolar permite-nos justificar que as opções pelas ofertas atrás mencionadas devem-se à existência de recursos humanos na escola e ao facto de serem áreas onde o nível de empregabilidade no concelho ainda era considerado promissor. O encaminhamento dos alunos para cada uma das ofertas era efectuado de acordo com as habilitações de partida e os resultados de um diagnóstico prévio efectuado pelo coordenador dos cursos aos candidatos. Os cursos do ER visavam a obtenção de certificados escolares equivalentes ao sistema de ensino regular e eram organizados em função dos grupos etários a que se destinavam, da experiência de vida adquirida e do nível de conhecimento dos alunos a que se destinavam.

O número de alunos que concluíram esta modalidade de ensino durante o período em estudo está representado no gráfico III. Dos 175 alunos que concluíram esta modalidade de ensino, 30 frequentaram o 3.º ciclo e 145, o ensino secundário.

Gráfico III – N.º de Alunos que concluíram o ER (2000 – 2009)

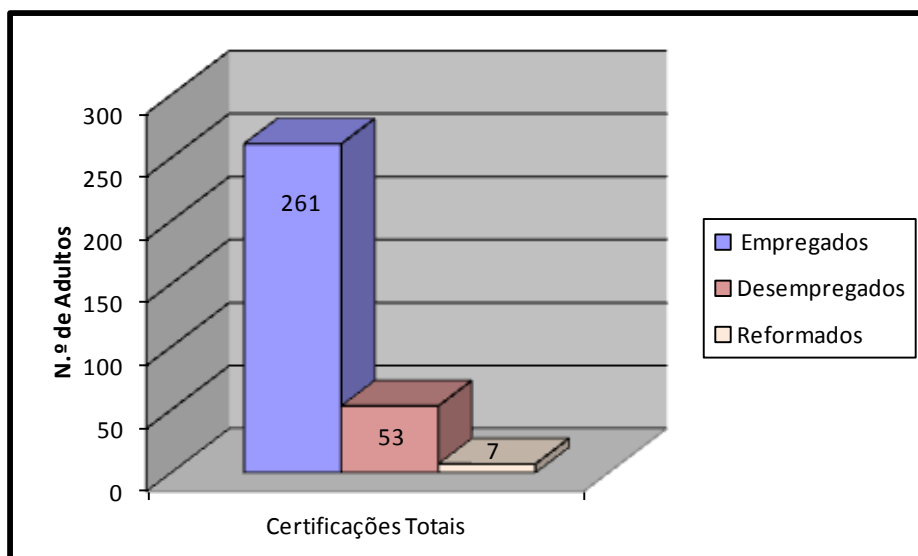
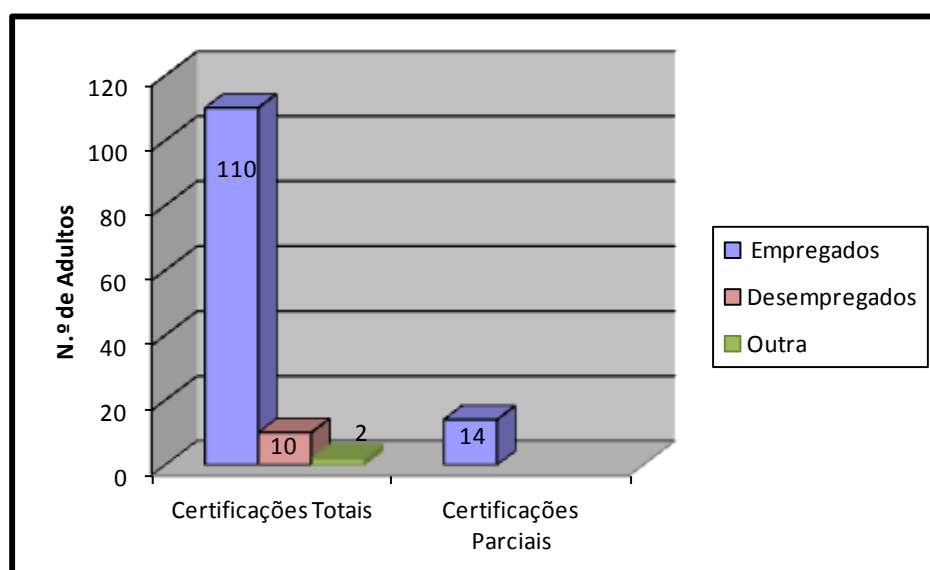
A nossa experiência no ensino recorrente de adultos permitiu – nos constatar que, na realidade, existiram alguns constrangimentos que condicionaram o funcionamento e o sucesso pleno desta modalidade de ensino dirigido a trabalhadores – estudantes e adultos. Se, por um lado, houve intenção da parte das entidades oficiais em reduzir o abandono e o insucesso escolar e garantir uma segunda oportunidade aos que não puderam usufruir do ensino numa primeira oportunidade, por outro, não foi isso que sempre se verificou. As práticas pedagógicas adoptadas em tudo similares às utilizadas no ensino regular, os currículos directivos e tradicionalistas, contribuíram para que também ao nível do ER o insucesso e o abandono fossem significativos. Acresce o facto da inexistência de formação específica para os docentes que abraçaram este desafio, assim como sua dificuldade de adaptação, cuja longa experiência no ensino regular tradicional impediu a adopção de práticas pedagógicas diferenciadas dirigidas à heterogeneidade do público que frequentava esta modalidade de ensino.

No entender de Lima (1994), o ER constituiu um meio para canalizar os alunos com insucesso escolar, provenientes do ensino regular. Para este autor, a educação de adultos, não pode continuar a ser dominada pela necessidade de dar resposta educativa àqueles que o sistema regular de educação rejeitou.

Em 1998, foi efectuado um estudo centrado na avaliação do ER (Pinto *et al*, 1998). Como factores de insucesso, (Alonso, 2000, p.22 e Matos *et al*, 2005, pp.43-45, citados por Nico, 2011, p.27) são apontados os seguintes:

- i. proximidade, no currículo e nas práticas, com o modelo escolar;*
- ii. rigidez do modelo;*
- iii. percursos formativos pouco flexíveis (excessiva carga horária, sobretudo da componente profissionalizante, hoje designada tecnológica);*
- iv. falta de articulação com outros subsistemas de formação;*
- v. inadequação do sistema de unidades capitalizáveis aos mais jovens;*
- vi. ausência de perfil de alguns docentes que ministravam a formação;*
- vii. ausência de meios pedagógicos adequados”.*

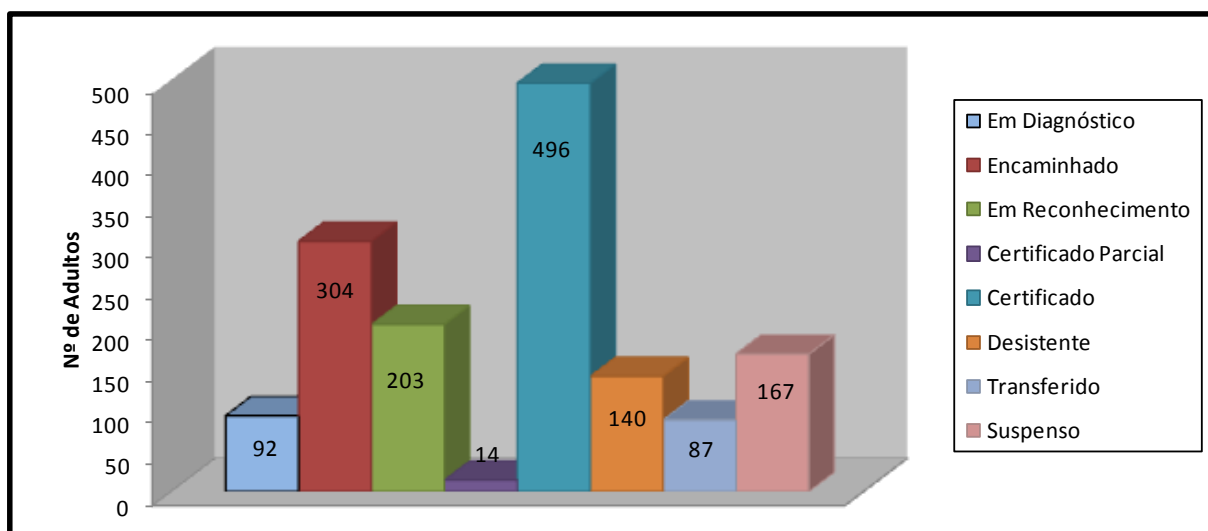
Permanecendo ainda com cursos de ER, a Escola Secundária de Vendas Novas aderiu, em 2006, à Iniciativa Novas Oportunidades, quando criou um Centro Novas Oportunidades, tendo desta forma contribuído para os objectivos nacionais ao nível do alargamento da rede nacional de Centros Novas Oportunidades. Foi a primeira escola pública, em Janeiro de 2007, a certificar adultos de nível básico. Foi igualmente pioneira no desenvolvimento de processos de certificação de competências de nível secundário. Podemos dizer que, à semelhança do que tem acontecido a nível nacional, também a população do concelho de Vendas Novas tem mostrado grande interesse pela Iniciativa Novas Oportunidades (Anexo II-B). Os gráficos IV e V ilustram o número de certificações totais e parciais, obtidas pelos adultos que realizaram processos de RVCC de níveis básico e secundário. Em ambos os níveis de ensino, foi a população activa empregada quem mais beneficiou da oportunidade de ver aumentadas as suas qualificações.

Gráfico IV – N.º de Certificações de Nível Básico Escolar**Gráfico V – N.º de Certificações de Nível Secundário Escolar**

Na sua actividade, o CNO desenvolveu acções de formação de curta duração, adaptadas às necessidades dos adultos, nas áreas de Matemática para a Vida e Linguagem e Comunicação. Os adultos que obtiveram uma certificação parcial de nível secundário, foram encaminhados para outros percursos formativos, no sentido de adquirirem competências e virem mais tarde a concluir o ensino secundário.

Desde a sua inauguração até Dezembro de 2010, o número de adultos que passou pelo Centro Novas Oportunidades de Vendas Novas foi bastante significativo, como ilustra o gráfico VI.

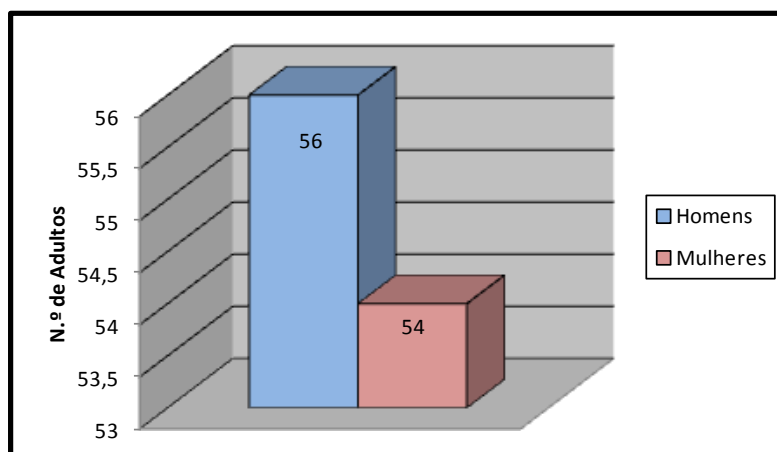
Gráfico VI – Estado – Processos de RVCC



Fonte: Plataforma SIGO (dados retirados em Dezembro de 2010)

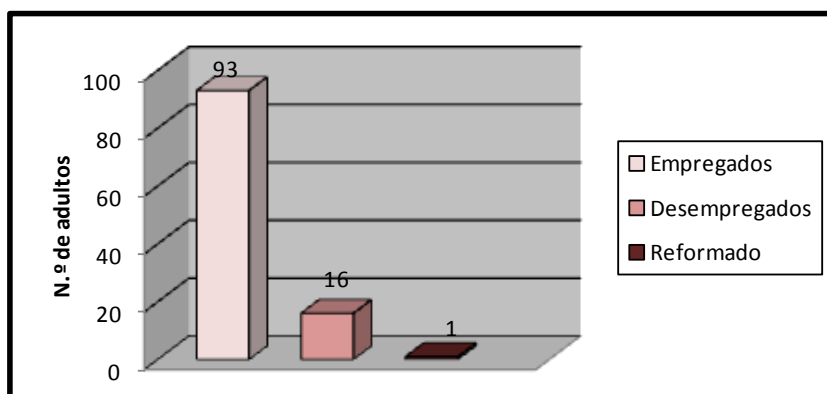
Entre 2007 e 2010, a Escola Secundária incluiu na sua oferta para adultos, **cursos EFA de nível secundário, de certificação escolar e de dupla certificação** (sub.3), estes últimos nas áreas de informática e de contabilidade (sub.2). Até ao momento da elaboração deste estudo, frequentaram esta modalidade de formação cerca de 110 formandos (Quadro VII).

Gráfico VII – Nº de adultos que frequentaram cursos EFA (2007 – 2010)



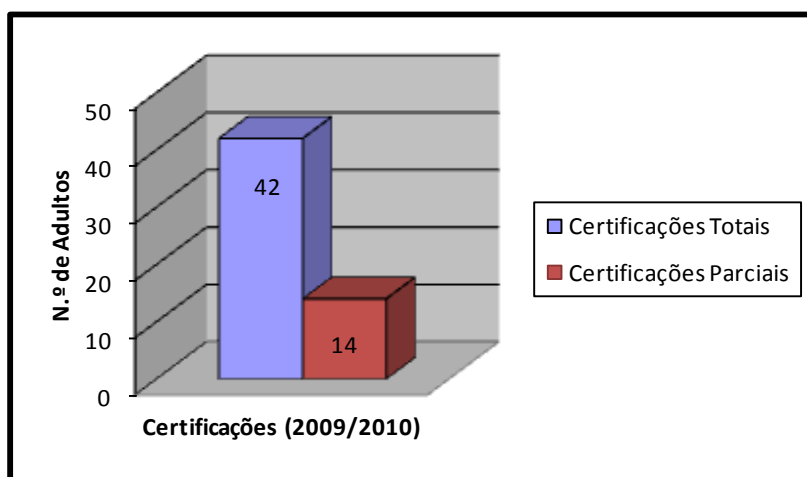
Constatamos que estes percursos de formação são frequentados tanto por indivíduos do sexo masculino como do sexo feminino, sendo evidente a igualdade de oportunidades de acesso à formação que a população do concelho beneficia.

Gráfico VIII – Caracterização face ao emprego dos adultos que frequentam cursos EFA de nível secundário (CE e DC)



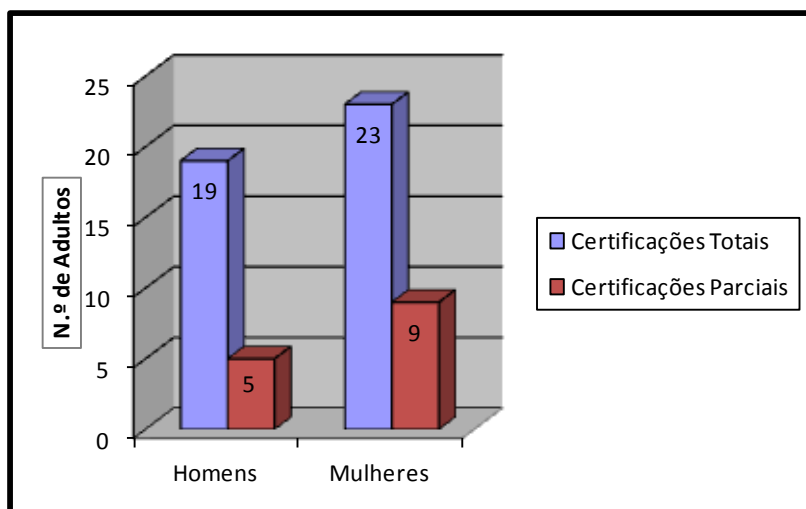
A análise do gráfico VIII evidencia que os adultos activos empregados são os que mais frequentam cursos de educação e formação.

Gráfico IX – Nº de adultos certificados em cursos EFA (2009 - 2010)



O número de certificações obtidas desde 2009 (altura em que terminou o primeiro curso) até 2010, foi de 56, sendo que 42 foram certificações totais e 14 certificações parciais (Gráfico IX).

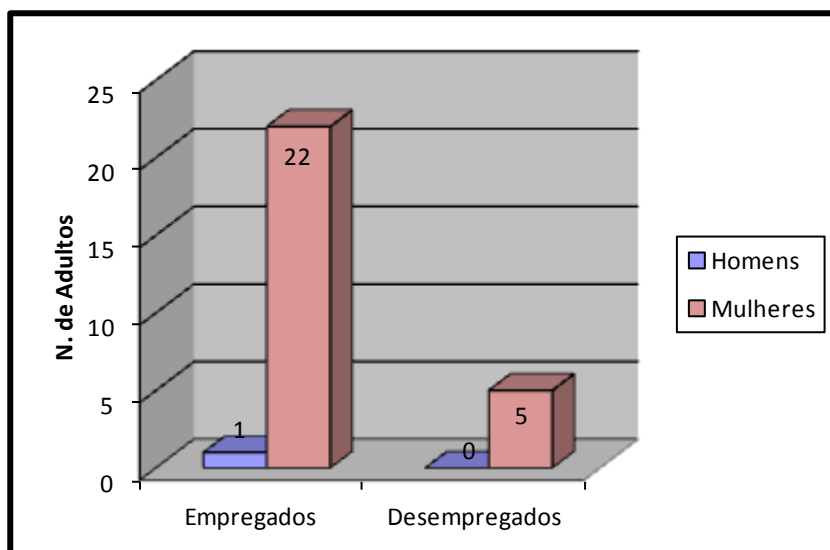
Gráfico X – Caracterização face ao género dos adultos que obtiveram certificações em cursos EFA (2009 - 2010)



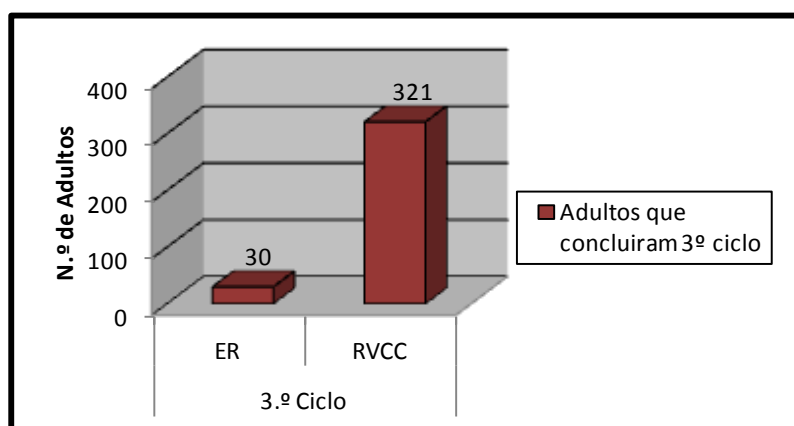
O número de indivíduos do género feminino que obtiveram certificações (totais e parciais) em percursos de formação de nível secundário foi ligeiramente superior ao número de indivíduos do género masculino no mesmo período de tempo (Gráfico X).

A média de idades dos adultos que frequentaram esta modalidade de formação, varia entre os 25 e os 50 anos.

Em 2010, a Escola Secundária iniciou o seu percurso pelas **Formações Modulares Certificadas** nas áreas de Controlo de Qualidade Alimentar e de Serviço de Apoio a Crianças e Jovens (sub.2). Os cursos de FM são frequentados maioritariamente por mulheres empregadas (Gráfico XI), com idades compreendidas entre os 22 e os 54 anos (sub.4). Grande parte dos formandos desempenha actividade profissional na área do curso de FM que frequenta.

Gráfico XI – Caracterização da população que frequentou cursos de FM

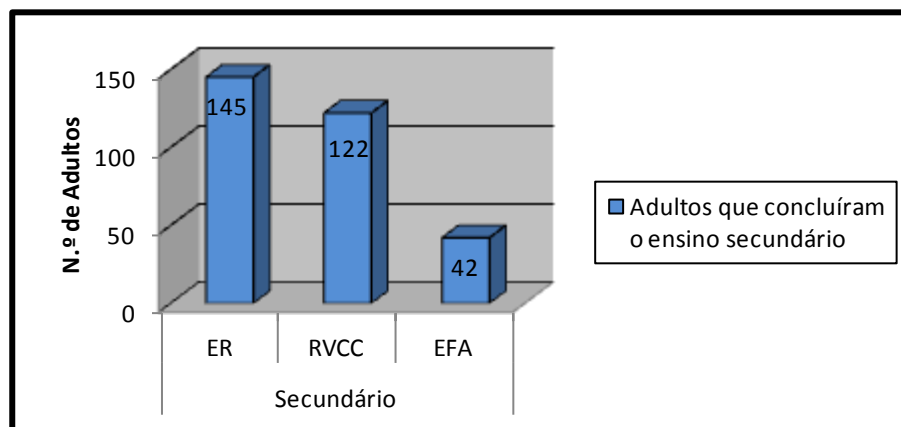
As acções desenvolvidas, a partir de 2007, tanto ao nível do CNO como na escola com cursos EFA e FM, encontram-se abrangidas pelo POPH, Programa Operacional Potencial Humano que constitui uma aposta estratégica na qualificação dos portugueses e no reforço da coesão social.

Gráfico XII – N.º de adultos que concluíram o 3ºciclo (2000 - 2010)

A análise do gráfico XII revela-nos que, desde o ano 2000 até 2010, concluíram o 3ºciclo do ensino básico, 351 adultos. De 2000 até ao ano lectivo de 2006/2007 concluíram, através do ER, apenas 30 adultos. Em 2007, foram certificados na

Escola Secundária, os primeiros adultos através de processos de RVCC. Desde essa data até 2010, concluíram este nível de ensino 321 adultos.

Gráfico XIII – N.º de adultos que concluíram o ensino secundário (2000 - 2010)



De 2000 até 2010, concluíram o percurso formativo de nível secundário 309 adultos (Gráfico XIII). Através do ER, até ao ano lectivo de 2008/2009, concluíram este nível de ensino 145 adultos. A Iniciativa Novas Oportunidades permitiu que 146 adultos concluíssem o ensino secundário, sendo que 122 o realizaram através de processos de RVCC e 42 obtiveram a sua certificação entre 2009 e 2010 através de cursos EFA.

Os resultados apresentados, referentes apenas ao contributo da ESVN como entidade formadora, permitem-nos inferir que desde o ano de 2001 (últimos censos), até ao final de 2010, o nível de instrução da população residente do concelho aumentou, tendo-se registado um aumento do número de indivíduos detentores de habilitações de nível básico e secundário. Em relação ao analfabetismo, embora os dados recolhidos não sejam muito promissores, também será expectável em 2011, uma redução nos valores da referida taxa.

III) Associação Técnico Profissional D. Carlos I (Anexo II-C) – A Associação assinou um protocolo com a Fundação Casa de Bragança e tem tradição na educação e formação de jovens, desde a sua criação em 1987. Em 2005, iniciou processos de qualificação de adultos com **cursos EFA de dupla certificação**, de

nível básico tendo alargado ao nível secundário (sub.1, sub.3). Desde então até 2010, tem ministrado esta modalidade de formação, essencialmente nas áreas da agricultura, floricultura, jardinagem e silvicultura (sub.2), a adultos desempregados, em regime laboral, com idades compreendidas entre os 20 e os 62 anos de idade (sub.4). A totalidade dos formandos que frequentou estas modalidades de formação, corresponde a 134, na sua maioria mulheres. Os dados fornecidos pela entidade permitem-nos ainda inferir que a taxa de sucesso relativamente às certificações dos adultos envolvidos é bastante satisfatória.

IV) PROFOC (Anexo II-D) – Esta entidade formadora, através de **cursos de formação profissional contínua**, contribuiu para a formação profissional contínua e aperfeiçoamento das competências e dos conhecimentos (sub.1) dos funcionários das empresas do concelho sediadas no Parque Industrial (sub.4), durante o período de 2002 a 2007, através do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, com o objectivo de promover a equidade das Políticas de Emprego e Formação. A formação desenvolvida por esta entidade incidiu essencialmente nas áreas da electricidade, mecânica, electrónica, hidráulica, pneumática, informática, qualidade, higiene, saúde e segurança no trabalho e primeiros socorros (sub.2).

V) INOVINTER (Anexo II-E) – Relativamente a esta entidade, os dados que nos foram fornecidos reportam ao período de 2006 até 2010. As modalidades de formação incluídas na oferta formativa desta entidade vão desde a **formação geral** até aos **cursos EFA e formações modulares certificadas**, sendo estas últimas as predominantes a partir de 2008 (sub.1). As áreas de formação disponibilizadas abrangeram as mais variadas temáticas dando, desta forma, a oportunidade de satisfazer as necessidades de formação/qualificação da população (sub.2). As acções desenvolvidas permitiram aos adultos adquirir como habilitação escolar o 3.º ciclo do ensino básico e o nível secundário (sub.3). Para além da habilitação académica a frequências dos percursos de formação permitiu a aquisição de competências profissionais uma vez que a grande maioria das acções desenvolvidas tinham dupla certificação, integrando por isso a

componente tecnológica no plano de formação. Os destinatários são activos empregados e desempregados e adultos à procura do primeiro emprego (sub.4). Podemos inferir, face aos dados de que dispomos, que as áreas de formação podem influenciar as inscrições dos adultos relativamente ao género, no entanto, a maioria dos cursos são frequentados tanto por indivíduos do sexo feminino como do sexo masculino. Os percursos formativos de 2006 a 2007 encontram-se inseridos no POEFDS, Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, o qual visa a promoção da equidade das Políticas de Emprego e Formação. A partir de 2008, as acções de formação desenvolvidas encontram-se abrangidas pelo POPH, Programa Operacional Potencial Humano, cujo contributo visa a qualificação dos portugueses e o reforço na coesão social.

VI) IEFP (Anexo II-F) – Entre 2000 e 2010, esta instituição pública promoveu **cursos de formação inicial**, de **formação contínua**, **cursos EFA** de nível básico e de nível secundário e **formações modulares certificadas** (sub.1 e sub.3). Os dados de que dispomos, permitem-nos inferir que os destinatários são activos empregados, activos desempregados e grupos desfavorecidos (sub.4). As áreas de formação foram bastante diversificadas: construção e reparação de veículos, mecânica e metalúrgica, electricidade, hotelaria e restauração, serviços de apoio à comunidade para jovens e adultos, comércio, informática, contabilidade e gestão, jardinagem e hortofloricultura, indústrias têxteis e línguas estrangeiras (sub.2)..

VII) COMPETIR (Anexo II-G) – Os dados obtidos permitem-nos inferir que esta entidade foi a que teve menos expressividade no concelho. Desenvolveu, entre 2008 e 2011, dois **cursos EFA**, um de nível secundário e outro de nível básico/B2+B3, ambos de dupla certificação (sub.1 e sub.3). O primeiro, de Técnicas de Qualidade (sub.2), para adultos desempregados, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 18 e os 43 anos de idade (sub.4) e o outro, na área de formação da Geriatria (sub.2), para mulheres empregadas, com idades compreendidas entre os 23 e os 62 anos de idades (sub.4). Saliente-se que

neste último, as formandas desempenham, na sua maioria, uma actividade profissional correspondente à área de formação frequentada. Podemos de certa forma inferir que neste caso a formação surgiu como uma necessidade de qualificação profissional. Os formandos que frequentaram estes cursos perfazem o total de 31, em que somente 2 são do género masculino.

Consideramos ainda importante referir que os elementos que integram a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas frequentaram acções de formação, de carácter obrigatório, para o desenvolvimento das respectivas funções. Os cursos de formação decorreram, na sua maioria, fora do concelho e foram dinamizados por profissionais da Escola Nacional de Bombeiros. As áreas temáticas abordadas estavam relacionadas com o desempenho diário das funções dos bombeiros na comunidade vendasnovense e foram as seguintes: **Condução Fora da Estrada, Tripulante de Ambulância de Socorro, Técnicas de Socorrismo e Técnicas de Salvamento e Desencarceramento**. Desde 2000 até 2010, beneficiaram da formação 53 elementos voluntários da corporação do concelho.

5.5 O tempo, as instituições e as modalidades de formação (Perspectiva cronológica)

A educação é, desde há longa data, reconhecida como um importante factor para o desenvolvimento económico e social havendo, entre os decisores políticos, um consenso de que o investimento em educação e formação de qualidade é a chave determinante numa economia mundial crescentemente globalizada.

Torna-se fundamental uma estratégia global que vise preparar o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento e uma estratégia de modernização do modelo social europeu através do investimento nas pessoas e na luta contra a exclusão social. Neste sentido, a educação e a formação são prioridades essenciais e os sistemas de educação e formação terão de adaptar-se às novas realidades do século XXI sendo a aprendizagem ao longo da vida uma política essencial para o desenvolvimento da cidadania, da coesão social e do emprego.

A realidade com que nos confrontámos, durante as pesquisas efectuadas no terreno, permite-nos, a uma escala regional, inferir que as políticas educativas nacionais e locais colocam uma grande aposta na qualificação para habilitar os trabalhadores e a inovação para permitir incorporar as novas tecnologias no sistema produtivo nacional como caminhos para a integração nacional da Sociedade do Conhecimento.

Estamos, neste momento do nosso percurso, em condições de efectuar a cronologia das modalidades de formação disponibilizadas aos adultos do concelho de Vendas Novas no período de 2000 – 2010, (Fig. 3).

Entre 2000 a 2005, o ensino recorrente, a educação extra-escolar com os cursos sócio - educativos e de alfabetização nas escolas públicas eram as únicas modalidades de formação disponíveis para a população adulta. Ao nível das outras entidades, a formação inicial, a formação contínua e de aperfeiçoamento assim como alguns cursos EFA de nível básico (estes com pouca expressividade), representaram as ofertas formativas em funcionamento no concelho.

Em 2005, as ofertas formativas centradas no ensino recorrente, nos cursos nocturnos e na formação profissional já se encontravam em declínio. Cada vez mais, a lógica da educação permanente é substituída pela da *aprendizagem ao longo da vida*. Como oferta educativa, o ensino recorrente e a educação extra-escolar terminaram no ano lectivo 2008/2009, tendo aumentado, sobretudo a partir de 2006, as ofertas de formação no âmbito dos cursos EFA e das FM certificadas. Como já foi referido anteriormente, a partir de 2006, o CNO da Escola Secundária de Vendas Novas constituiu a resposta aos adultos que pretendiam aumentar as suas habilitações através da certificação de competências adquiridas ao longo da vida, nos seus percursos profissional, escolar e pessoal. Em 2008, assistiu-se a um aumento muito significativo da oferta de cursos de FM, sob a forma de Unidades de Formação de Curta Duração de 25 ou 50 horas (inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações) que, integradas no âmbito da formação inicial e contínua de activos, dão a

possibilidade aos adultos de adquirir mais competências escolares e profissionais, com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.

Face ao exposto, consideramos pertinente referir que, no período em que o nosso estudo se insere, a diversidade de áreas de formação oferecidas pelas entidades formadoras tentou dar resposta às necessidades de formação/qualificação da população, nomeadamente no que se refere às actividades profissionais com alguma representatividade na economia do concelho.

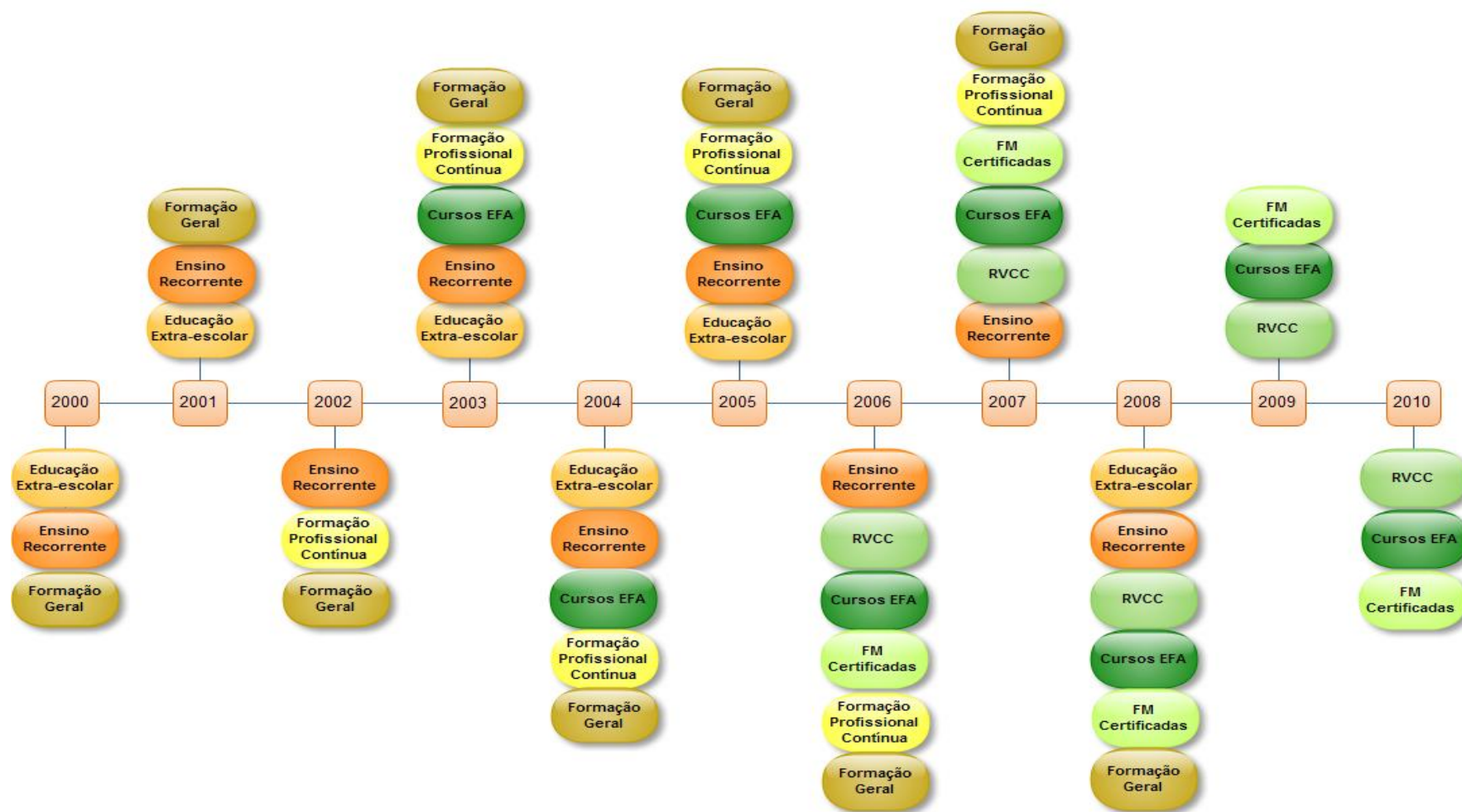


Fig.3 – Cronologia das modalidades de formação disponibilizadas aos adultos no concelho de Vendas Novas (2000 - 2010)

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que chegou o momento de tecermos algumas considerações e de reflectirmos um pouco sobre o percurso efectuado que nos permitiu chegar até este ponto. Uma caminhada repleta de avanços e recuos, de anseios e angústias, que nos permitiu aprender, desenvolver e consolidar competências em investigação e conhecer mais de perto a problemática que é a educação de adultos, muito concretamente, a realidade das ofertas formativas qualificadas para adultos, para além da escola pública.

6.1 Conclusões

Finalizada esta investigação, é altura de efectuar o balanço relativamente ao percurso desenvolvido no sentido de avaliar o grau de concretização dos objectivos inicialmente apresentados neste trabalho.

A experiência e o conhecimento dos pressupostos legislativos e organizacionais em matéria de educação de adultos orientaram a nossa investigação. Procurámos saber até que ponto os investimentos locais e regionais a cargo de entidades públicas e privadas no Concelho de Vendas Novas tiveram, no período de 2000 a 2010, procurado dar resposta aos desafios que a União Europeia preconizou para a Europa e muito concretamente para Portugal.

Nesta linha de pensamento, formulámos a seguinte questão de partida que nos orientou na nossa caminhada desde o início até este ponto da investigação: *Qual a oferta educativa e formativa certificada dirigida à população adulta do Concelho de Vendas Novas na década de 2000 - 2010?*

A educação e a formação são factores de grande relevo para o desenvolvimento dos indivíduos, para a competitividade dos países e para a participação activa dos cidadãos nos processos de mudança social. Neste contexto, os sistemas de educativos dos países mais desenvolvidos estão a ser confrontados com novos

desafios, decorrentes do facto de as novas estruturas económicas e sociais pressuporem uma abertura à diversidade, à inovação e à competitividade, exigindo, em contrapartida, padrões elevados de educação e de formação.

Portugal tem tentado acompanhar este processo, deparando-se, no entanto com problemas decorrentes, entre outros factores, da baixa qualificação dos portugueses. A constatação desta realidade, bem como os desafios lançados a nível europeu, fizeram com que as políticas governamentais passassem a dar especial atenção à melhoria dos níveis de certificação dos adultos portugueses.

Durante a década em que se insere o nosso estudo, a educação de adultos sofreu alterações significativas, experimentando um forte crescimento na sua abrangência e na sua escala.

Relativamente aos eixos estruturantes do Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, documento de referência para este estudo, foram identificados o conhecimento, a qualificação dos cidadãos, a empregabilidade, a valorização da aprendizagem, que como estratégias para tornar a Europa na economia e sociedade do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo. Sustenta-se, em nome do conhecimento, a qualificação dos trabalhadores que deverão dominar um conjunto de competências que lhes permita a participação activa na vida profissional, familiar e em todos os níveis da vida das comunidades, da esfera local à europeia (CEE, 2000).

Neste contexto, a igualdade de oportunidades em todas as vertentes de aprendizagem (formal, não formal e informal) é uma mais valia, tanto mais que os conhecimentos e as competências se repercutem sobre as oportunidades na vida dos cidadãos. Perspectiva-se, assim, uma valorização da aprendizagem, pois assume-se que esta é fundamental para a criação de um sentido de cidadania europeia, sendo essencial a validação da aprendizagem adquirida nos mais variados contextos.

Em síntese, podemos referir que é notória a preocupação no investimento na educação e formação para responder a exigências de carácter económico, sustentando-se que a educação assume os objectivos gerais de promoção da

aprendizagem ao longo da vida e aumento da empregabilidade, da mobilidade e da coesão e integração social de trabalhadores e aprendentes.

A nível local, os documentos de orientação educativa, apontam para um maior e mais concertado investimento na formação profissional não só, como factor que contribui para a valorização dos recursos humanos como também, para a maior adaptabilidade dos indivíduos às mudanças e exigências de trabalho local. Por outro lado, são também objectivos estratégicos para o concelho, a definição de políticas que contribuam para reduzir a taxa de analfabetismo, a iliteracia, o insucesso e o abandono escolares.

A cartografia que nos foi possível elaborar evidencia o grau de concretização destas políticas e ilustra as tendências locais em matéria de educação e formação de adultos, a cargo de entidades públicas e privadas.

Neste contexto, e em síntese, consideramos pertinente tecer as seguintes considerações sobre as ofertas educativas/formativas que integram a cartografia ora elaborada:

- Deram o seu contributo para a elevação do nível de qualificação escolar e de formação profissional da população residente do concelho, sobretudo dos activos empregados;
- Consideramos que o contributo das acções desenvolvidas, para a redução da taxa de analfabetismo no concelho, face aos resultados apresentados, foi residual;
- Em contrapartida, salientamos que relativamente aos censos de 2001, o número de indivíduos do concelho com os níveis de ensino básico e secundário concluídos seja significativamente superior;
- Os percursos e áreas de formação desenvolvidos envolveram de uma maneira geral toda a população adulta, activos empregados e desempregados, grupos desfavorecidos, indivíduos à procura do primeiro emprego, reformados, independentemente do género;

- Constatámos que se existiam áreas de formação mais vocacionadas para profissões desempenhadas por indivíduos do género feminino, outras tinham como destinatários privilegiados indivíduos do género masculino;
- Verificou-se uma preocupação da parte das entidades regionais e locais em orientar e coordenar as ofertas educativas/formativas no sentido de, por um lado, de dar cumprimento aos normativos e, por outro, de colmatar as deficiências de qualificação diagnosticadas na população no concelho;
- Na sequência do ponto anterior, as áreas de formação oferecidas, foram direccionadas para as exigências do mercado de trabalho local, verificando-se deste modo uma articulação entre formação e mercado de trabalho.
- Verificámos que diferentes entidades promotoras/formadoras de cursos para adultos, sobretudo a partir de 2006, disponibilizaram o mesmo tipo de oferta, pelo que, consideramos pertinente inferir, ter existido uma má rentabilização não só de recursos humanos como também de recursos financeiros (Fig.4).

Educação Extra-escolar	<ul style="list-style-type: none"> •Escola Básica N.º 1 de Vendas Novas •Escola Secundária de Vendas Novas
Ensino Recorrente	<ul style="list-style-type: none"> •Escola Secundária de Vendas Novas
Cursos EFA	<ul style="list-style-type: none"> •Escola Básica N.º 1 de Vendas Novas •Escola Secundária de Vendas Novas •Associação Técnico Profissional D. Carlos I •IEFP •INOVINTER •COMPETIR
FM Certificadas	<ul style="list-style-type: none"> •Escola Secundária de Vendas Novas •IEFP •INOVINTER
Formação Profissional Contínua	<ul style="list-style-type: none"> •PROFOC

Fig. 4 – Oferta Educativa e Formativa Certificada para adultos no Concelho de Vendas Novas (2000 – 2010)

Constatámos que foram muito significativas em número e na diversidade, as ofertas de formação colocadas ao dispor da população do concelho de Vendas Novas durante a década de 2000 - 2010. No entender dos mais cépticos, este cenário poderá ser entendido, se multiplicado a nível nacional, como uma massificação da educação de adultos. Entendemos, no entanto, tal como Rothes (2010, p.8), que *“...a massificação que agora se verifica, com a Iniciativa Novas Oportunidades (...) significa que estamos a conseguir densificar a intervenção nesse campo e a conseguir chegar à pequena freguesia”*.

A realização deste trabalho permitiu-nos fortalecer a ideia de que, hoje mais do que nunca, é importante disponibilizar às pessoas, ofertas de educação e formação que valorizem aquilo que aprenderam ao longo do seu percurso de vida. Prova deste facto, é o elevado número de indivíduos que aderiu à Iniciativa Novas Oportunidades, a avaliar pelos dados que apresentamos neste estudo, referentes a um concelho reduzido do Alentejo Central e que não são de todo diferentes dos que se registam a nível nacional.

Saliente-se que a realidade actual, em matéria de educação de adultos não é a mesma que há uma década atrás:

“...antes e depois de todas as reflexões e de todos os debates, existem factos que, no presente, têm uma magnitude que não deixam ninguém indiferente. Um desses factos, é incontornável: nunca, como na actualidade, tantos adultos estiveram envolvidos em percursos formais de qualificação” (Nico, 2011, p.9).

Esta forma de olhar os resultados recolhidos, sobretudo ao nível da realidade que nos é mais próxima e que conhecemos melhor, a ESVN, move – nos no sentido de um trabalho continuado na aposta em diversificar as oportunidades de educação/formação para a população do concelho, quer sejam elas produzidas em ambientes formais, não formais ou informais. Neste sentido, partilhamos o pensamento de Costa segundo o qual:

“(...) é necessário continuar sempre a aprender. Todos os contextos são de aprendizagem, são considerados como tal, e como tal tendem a assumir-se. As aprendizagens passam a realizar-se ao longo da vida, não apenas enquanto acumulação paulatina de experiências, mas

enquanto, explicitamente, aprendizagens de novos conhecimentos e competências” (2003, p.192).

Actualmente, muito se fala de aprendizagem ao longo da vida, é necessário por isso realçar que esta se adquire nos mais variados contextos mas também que devem continuar a ser criadas pelas entidades responsáveis, as condições necessárias para que a população concelhia possa beneficiar de ofertas variadas de educação e formação, que lhes proporcionem momentos de aprendizagem e de conhecimento. Saliente-se aqui o papel das Associações locais que, na qualidade de entidades promotoras/formadoras ou através do estabelecimento de parcerias possam dar o seu contributo para a diversificação das oportunidades de formação das comunidades.

Em síntese, o trabalho agora apresentado procurou trilhar caminhos descritivos, factuais e analíticos da Educação e Formação de Adultos ao longo de um período da nossa história. A educação é hoje, mais do que nunca, um instrumento político de grande importância. Esta aposta tem-se traduzido nos investimentos realizados e no alargamento das ofertas formativas e novas oportunidades para a elevação das habilitações e qualificações dos adultos. Referimo-nos a cursos de Educação Formação de Adultos (de nível básico e secundário) e Formações Modulares Certificadas, a Formação Profissional e o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de níveis básico e secundário. Segundo Canário (2006), é importante não abrandar, não deixar cair todas as conquistas até aqui efectuadas e sobretudo não se deve reduzir a educação e formação de adultos aos públicos pouco escolarizados.

O estudo detalhado das áreas de formação desenvolvidas durante o período em estudo, leva-nos a sugerir uma maior articulação, em parceria, das diferentes entidades formadoras no sentido de uma maior rentabilização de recursos humanos e financeiros disponíveis. Consideramos que na década que agora terminou, o Concelho de Vendas Novas deu o seu contributo para uma nova realidade educativa portuguesa em matéria de educação e formação de adultos. No entanto, e numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, “(...) o direito

à educação é um direito sem rugas e deve exercer-se com a mesma quantidade e qualidade em qualquer momento da vida de cada indivíduo” (Nico, 2011, p.20).

Na actualidade novos desafios se colocam às entidades formadoras que operam no concelho e, a todos os que de acordo com as suas funções integram o sistema nacional de qualificação de adultos. Por um lado, manter a “chama que alimentou” a vontade daqueles que um dia decidiram voltar a aprender, fizeram as pazes com a escola e certificaram competências e conhecimentos adquiridos nos mais variados percursos de vida. Por outro, a situação de pobreza e de precariedade laboral em que muitos dos vendasnovenses mergulharam e que não os predispõe, para a aprendizagem. É, pois, necessário um envolvimento da parte de todos, sobretudo a nível local, na promoção e implementação de ofertas formativas dirigidas a públicos cada vez mais diversificados, na sua maioria sem projectos de vida.

6.2 Limitações ao estudo e perspectivas futuras

Nesta parte final da dissertação, parece-nos oportuno salientar algumas limitações sentidas durante o desenvolvimento do nosso trabalho:

- Registámos alguma dificuldade em obter dados da parte das entidades promotoras/formadoras, que associada à heterogeneidade dos mesmos, nos impossibilitou, de concretizar em pleno, alguns objectivos, nomeadamente ao nível da caracterização da população que frequentou percursos de educação e formação;
- Não nos foi possível ter acesso a dados sobre todas as acções de formação que decorreram durante o período em estudo;
- O desempenho da actividade profissional, em simultâneo com a realização da Dissertação de Mestrado, limitou-nos, na medida em que nem sempre dispúnhamos do tempo necessário para a realização da investigação;
- O facto de ter sido o nosso primeiro estudo de investigação com a inexperiência que lhe é inerente.

Com persistência, ultrapassámos alguns destes constrangimentos e no final do trabalho apraz-nos concluir que os resultados obtidos poderão encorajar o prosseguimento e o desenvolvimento de investigações futuras. Se iniciámos este estudo com algumas “certezas”, muitas são as dúvidas e inquietações associadas à curiosidade, que nos assaltam neste momento e nos impelem para continuar a estudar e a tentar compreender factos que numa altura controversa mexem com a dinâmica educacional do país.

Esta investigação foi focalizada na oferta formativa qualificada para adultos, no concelho de Vendas Novas na década de 2000 - 2010. Consideramos, no entanto, que o estudo ficaria enriquecido se fosse complementado com o contributo dos ambientes de aprendizagem não formais e informais que a mesma população encontrou disponíveis para a aquisição de conhecimentos e competências nos seus percursos de vida e certamente de aprendizagem contínua e permanente. Um primeiro passo foi dado neste sentido, foram identificadas as Associações e Instituições locais potenciadoras dessas aprendizagens.

O exercício da actividade como profissional de RVCC e o desempenho das funções de mediação de um curso EFA, permitiu o acompanhamento de um grupo de adultos desde a certificação do Ensino Básico, até à obtenção do diploma do Ensino Secundário. Constitui para nós um desafio, seguir o projecto de vida desses mesmos adultos e desvendar qual o futuro para além da certificação/qualificação.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Livros e artigos

Almeida, L. S. & Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Coimbra: APPORT.

Antunes, M. C. (2001). *Teoria e Prática Pedagógica*. Lisboa: Instituto Piaget.

Antunes, M. J. B. L., et al. (1985). *Educação Recorrente para Adultos em Portugal. Relatório Final da Experiência Desenvolvida pela DGEA entre 1980 e 1984*. Lisboa: MEC/DGEA.

Avanzini, G. (1996). *L' éducation des adultes*. Paris: Anthropos.

Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bell, J. (1993). *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.

Benavente, A. (1999). Educação de adultos é indispensável à democracia. In *Revista Saber Mais*. Nº1, pp 5-6.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora (Tradução do original em inglês).

Brandão, C. R. (1981). *O que é a educação*. São Paulo: Brasiliense.

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Caeiro, D. (2010). *A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Sociedade do Conhecimento*. Conferência Internacional sobre Aprendizagem ao Longo da Vida. Acedido em 2011, 22 de Fevereiro, a partir de <http://www.univ-ab.pt/confalv2010/comunicacoes.php>.

Cartaxo, A. (2009). *O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Nível Secundário: Análise da actividade de um Centro de Novas Oportunidades*. Trabalho de Projecto apresentado à Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação. Acedido em 2011, 10 de Janeiro, a partir de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2102/1/22069_ulfp034642_tm.pdf.

Carvalho, A., C. (2009). *Aprendizagem ao Longo da Vida - Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P..

Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da escola. Percursos de Formação Experiencial*, Lisboa: Educa - Formação.

Coombs, P. H. (1968). *The World Educational Crisis*. Nova York: Oxford University Press.

Costa, A. F. (2003). *Competências para a sociedade educativa: Questões teóricas e resultados de investigação. Cruzamento de saberes. Aprendizagens sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp.179 - 194.

Coutinho, C. (2007). *Métodos de Investigação em Educação*. (Policopiado). Braga IEP – Universidade do Minho.

Delors, Jacques (org.) (1996). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: ASA.

Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. In J. Lima e J. A. Pacheco (orgs.). *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora, pp. 105-126.

Faure, E. et al (1972). *Apprendre à être*. Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação. UNESCO. Paris: Fayard.

Finger, M. & Ansún, J. (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada. Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.

Flores, J. (1994). *Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la investigación educativa*. Barcelona: PPU.

Freitas, M. (2007). *A educação e formação de adultos: um caminho para a elevação da escolaridade e da empregabilidade em Portugal*. Acedido em 2010, 14 de Outubro, a partir de www.anped.org.br/reunioes/32ra/.../GT18-5121--Int.pdf.

Gomes, M. C. (coord.) (2006). *Referencial de Competências - chave para a educação e formação de adultos – nível secundário*. Lisboa: DGFV.

Gomes, M. C. (coord.) (2006). *Referencial de Competências - chave para a educação e formação de adultos – nível secundário: Guia de operacionalização*. Lisboa: DGFV.

Gomes, M., C., & Rodrigues, S., P. (2007). *Cursos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, Orientações para a Acção*. Lisboa: ANQ, I.P.

González, Maria & Escudero, Juan (1987). *Innovación educativa: teorías y procesos de desarrollo*. Barcelona: Humanitas.

Honoré, B. (1977). *Pour une théorie de la formation. Dynamique de la formativité*. Paris: Payot.

Huberman, A. & Miles, M. (1991). *Analyse des données qualitative: Recueil de Nouvelles Méthodes*. Bruxelles: De Boek Université.

Kallen, D. (1996). Aprendizagem ao longo da vida em retrospectiva. In *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8/9, pp. 16-22. Consultado em 2010, 22 de Novembro, a partir de www.cedefop.europa.eu/etv/upload/information.../8-9_pt_kallen.pdf

Krippendorff, K. (1980). *Content Analysis. An Introduction to its Methodology*. Londres: Sage.

Igea, D., Agustín, J., Beltrán, A., Martín, A. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis.

Lengrand, P. (1970). *La Introduction to lifelong education*. Paris: UNESCO.

Lima, L. (1994). Forum de Educação de Adultos (1987-1993). In Licínio Lima (org.), *Educação de Adultos*. Braga: Ed. Univ. Minho, pp. 13-26.

Lima, L.; Afonso, A.; Estevão, C. (1999) *Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. Estudo para a construção de um modelo Institucional*, Braga: Unidade de educação de Adultos da Universidade do Minho.

Lima, L. (2003). Formação e aprendizagem ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró. In AAVV, *Cruzamento de saberes. Aprendizagens sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 129-148.

Lima, L. (2005). A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004): Entre as Lógicas da Educação Popular e da Gestão dos Recursos Humanos. In Rui Canário & Belmiro Cabrito (org.), *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa, pp. 31-60.

Lima, L. (2006). *Educação não Escolar de Adultos. Iniciativas de Educação e Formação em Contextos Associativos*. Braga: Unidade de Educação de Adultos, Universidade do Minho.

Maddaus, G. F. & Kellaghan, Th (1992) *Curriculum Evaluation and Assessment*. In Jackson, PH. W. (ed.) *Handbook of Research on Curriculum*. New York, MacMillan Publ. Comp., pp 119-154.

Martins, E. (2000) (Coord.). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Melo, A. (1981). Educação de Adultos Conceitos e Práticas. In *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: FCG.

Melo, A. (2005). Formação de Adultos e Desenvolvimento Local. In Rui Canário e Belmiro Cabrito (org.), *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa, pp. 97-113.

Melo, A. Lima, L. Almeida, M. (2002) *Novas políticas de educação e formação de adultos: o contexto internacional e a situação portuguesa*, Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Mendonça, M. & Carneiro, M. (2009). *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como Acção de Política Pública Educativa*. Lisboa: ANQ, I.P..

Nico, B. (2002). *Cartografia Educacional das Freguesias de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre de Coelheiros*. Évora: Universidade de Évora (policopiado).

Nico, L. (2009). Avaliação do(s) Impacto(s) do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no Alentejo (período 2001-2005) (Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação). Évora: Universidade de Évora (policopiada).

Nico, L. (2011). *A Escola da Vida: Reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais em Portugal. Fragmentos de uma década (2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedago.

Nico, B. & Nico, L. (2011). Qualificação de adultos no interior sul de Portugal. In Nico, B. & Nico L. (orgs). *Qualificação de adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedago, pp. 9-25.

Nóvoa, A. & Finger, M. (orgs) (1988). *O Método (Auto) Biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde.

Novak, J. & Gowin, B. (1999). *Aprender a Aprender*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

Nogueira, A. J. (1996) *Para uma educação permanente à roda da vida*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Pacheco, J. (1992). Alguns aspectos de reorganização dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário em Portugal e Espanha. In A. Estrela & Eugénia Falcão. *Actas do II Colóquio de L'AIPEL/FIRSE - A reforma curricular em Portugal e nos Países da Comunidade Europeia*. Lisboa: U. Lisboa, pp. 73-97.

Pacheco, J. (1995). *O Pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.

Pais, A. (1985). *Vendas Novas – Das Origens do Povoado a Sede de Concelho*. Vendas Novas: Notícias de Vendas Novas.

Pires, E. L. (1995). *Lei de Bases do Sistema Educativo – Apresentação e Comentários*. (2.ed). Porto: Edições ASA.

Quivy , R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva.

Quivy , R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (3.^a ed.). Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, C. & Nóvoa, A. (2005). A eterna procura do trabalho na escola: a eterna procura (prefácio). In Canário, R. (org.) *Educações de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa, pp. 7-15.

Rodrigues, S., P., (2009). *Guia de operacionalização de cursos de educação e formação de adultos*. Lisboa: ANQ, I.P.

Roths, A. (2005). *Recomposição induzida do campo da educação básica de adultos*. Lógicas de apropriação local num contexto político - institucional redefinido. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Roths.L. (2010). Vamos valorizar as competências dos adultos, mas sempre assumindo que são insuficientes. In *Revista Aprender ao Longo da Vida*. N.º12, Lisboa: Associação O Direito de Aprender, pp. 8-15.

Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios, económico, social e político. In L. Albarello, F. Digneffe, J. P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy e P. Saint-Georges. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, pp. 156-202.

Sales, J. C. (2010): *Conferência Internacional Sobre Aprendizagem ao Longo da Vida – Balanço e Perspectivas*. Acedido em 2011, 22 de Fevereiro, a partir de www.univ-ab.pt/.../conclusoes_jose_das_candeias_sales.pdf.

Simão, A. (2002). Estudo Acompanhado – Uma Oportunidade para Aprender a Aprender. In *Ministério da Educação, Novas Áreas Curriculares*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, pp. 67-90.

Silva, M. A. F. (2000). Do Poder Mágico da Formação às Práticas de Formação com Projecto e à Avaliação Reflexiva. In *Revista Portuguesa de Educação*, 13(1), pp.77-81.

Silva, A. S. & Rothes, L. (1998). Educação de Adultos. In *Estudos Temáticos III*, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação prospectiva e Planeamento, pp. 17-103.

Silvestre, C. A. (2003). *Educação/Formação de Adultos Como Dimensão Dinamizadora do Sistema Educativo/Formativo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Sitoe, R. (2006). Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico?. *Comportamento Organizacional e Gestão*, Vol.12,nº2, 283-290. Acedido em 2010, 5 de Dezembro, a partir de www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a09.pdf.

Tuckman, B. W. (2005). *Manual de investigação em Educação*, 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*, 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Trigo, M. (2002). Aprendizagem ao longo da vida e competências básicas e críticas para todos. In *Educação e formação de adultos. Factor para o Desenvolvimento, Inovação e Competitividade*. Lisboa: ANEFA.

Tuijnman, A. (1991). “*L’éducation récurrente: du concept à sa mise en oeuvre*”, in Perspectives, vol.XXI, n.º 1. Paris: UNESCO.

Vala, J. (2007). A análise de conteúdo. In A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Afrontamento, pp.101-128.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso - planejamento e métodos*, 2.^a ed.. Porto Alegre:Bookman.

Outros documentos

ANEFA (2000) *Educação e Formação de Adultos: Referencial de Competências - Chave. Documento de trabalho*, Vol. I.

ANEFA (2000) *Educação e Formação de Adulto: Referencial de Competências - Chave. Documento de trabalho*, Vol. II.

ANEFA (2001) Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Roteiro Estruturante, Lisboa: ANEFA.

ANQ, (2010). *Iniciativa Novas Oportunidades*. Consultado em 2011, 11 de Março, a partir de www.anq.gov.pt/.

ANEFA (2001). Roteiro Estruturante dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Comissão das Comunidades Europeias. (2000). Memorando Sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (documento de trabalho dos serviços da Comissão). Bruxelas.

Comissão Europeia, (1995). Ensinar e aprender: rumo à sociedade cognitiva, Livro Branco de Educação e Formação. Bruxelas.

Comissão Europeia, (1996). Crescimento, Competitividade e Emprego. Livro Branco. Bruxelas.

Missão Para a Sociedade de Informação (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Acedido em 2010, 10 de Novembro, a partir de [HTTP://WWW.MISSAO-SI.MCT.PT](http://www.missao-si.mct.pt).

UNESCO. (1998). *UNESCO Statistical Yearbook*. UNESCO.

UNESCO (1997). *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – Declaração Final e Agenda para o Futuro*. Hamburgo.

Legislação

Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro de 1971 - Cria a Direcção-Geral da Educação Permanente.

Decreto-Lei n.º 384/76, de 20 de Maio de 1976 - Define associações de educação popular.

Portaria n.º 219, de 13 de Julho de 1976 – Estabelece normas orientadoras do processo de aprendizagem e dos critérios e forma de avaliação final de educação básica para adultos.

Despacho Normativo n.º 140-A/78, de 22 de Junho de 1976 - Estrutura os cursos complementares do ensino secundário para o ano de 1978-1979 e fixa o plano de estudos.

Lei n.º 3/79, de 10 de Janeiro de 1979 – Referente à eliminação do analfabetismo.

Decreto-Lei n.º 534/79, de 31 de Dezembro de 1979 - Cria no Ministério da Educação a Direcção-Geral da Educação de Adultos (DGEA).

Despacho Normativo n.º 73/86, de 25 de Agosto de 1986 - Determina que, a partir do ano lectivo de 1986-1987, seja implementado um projecto experimental de reestruturação dos cursos nocturnos do ensino preparatório e do ensino secundário.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo, com alterações pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de Janeiro de 1987 - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Cultura. Revoga o Decreto-Lei n.º 408/71 de 27 de Setembro, e demais legislação orgânica que lhe é complementar.

Lei n.º 31/87, de 9 de Julho de 1987 – Regulamenta o Conselho Nacional de Educação.

Decreto-Lei n.º 74/91, de 9 de Fevereiro de 1991 - Estabelece o quadro geral de organização e desenvolvimento da educação de adultos nas suas vertentes de ensino recorrente e de educação extra-escolar.

Despacho n.º 37/SEEBS/93, de 15 de Setembro de 1993 – Regulamenta os cursos realizados no âmbito da educação extra – escolar.

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro - Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Lei 19-A/96, de 29 de Junho de 1996 - Cria o rendimento mínimo garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social.

Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de Setembro de 1999 - Cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Decreto-Lei n.º 84/2000, de 11 de Maio de 2000 - Altera o Decreto-Lei n.º196/97 de 31 de Julho, que aprova o rendimento mínimo garantido.

Despacho Conjunto nº1083/2000, de 20 de Novembro de 2000 - Regulamenta a criação de Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), com dupla certificação escolar e profissional.

Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro de 2001- Cria a Rede Nacional de Centros RVCC.

Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro de 2002 – Cria a Direcção Geral de Formação Vocacional.

Lei n.º 13/2003, de 29 de Maio de 2003 – Revoga o RMG e cria o RSI.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003 - Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Portaria 86/2007, de 12 de Janeiro de 2007 – Altera a Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, que cria uma rede nacional de Centros de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho de 2007 - Cria a Agência Nacional para a Qualificação, I. P..

Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de Outubro de 2007 – Regulamenta o processo de conclusão e certificação por parte de adultos cujo plano de estudos já se encontra extinto.

Decreto-Lei n.º 369/2007, de 31 de Dezembro de 2007 revoga a Portaria n.º 817/2007 de 27 de Julho de 2007 - Define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos de nível básico e secundário de níveis 2 e 3 de formação profissional.

Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março de 2008 - Define o regime jurídico dos cursos de Educação e Formação de Adultos e das Formações Modulares

Portaria n.º 711/2010, de 17 de Agosto de 2010 – Introduz ajustamentos no regime jurídico dos cursos EFA e Formações Modulares.

Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro de 2010 – Aprova o programa de formação em competências básicas.

ANEXOS

ANEXO I: Grelhas de análise de conteúdo

ANEXO II: Matrizes de caracterização das entidades/instituições formadoras

ANEXO I: Grelhas de análise de conteúdo

ANEXO I: GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Documentos Analisados	Código de Identificação
Carta Educativa	D1
Diagnóstico Social (Ciclo 2003/2006)	D2
Diagnóstico Social (Ciclo 2007/2010)	D3
Matriz de caracterização da EB nº1 de Vendas Novas	D4
Matriz de caracterização da ESVN	D5
Matriz de caracterização da ATP D. Carlos I	D6
Matriz de caracterização da PROFOC	D7
Matriz de caracterização da INOVINTER	D8
Matriz de caracterização do IEFP	D9
Matriz de caracterização da COMPETIR	D10

Categorias	Subcategorias
C1. Políticas nacionais e locais de educação e formação de adultos	Sub.1 Entidades/instituições formadoras Sub.2 Objectivos e estratégias a adoptar Sub.3 Oportunidades Sub.4 Ameaças Sub.5 Aspectos positivos Sub.6 Aspectos negativos
C2. Oferta educativa/formativa certificada	Sub.1 Modalidades de formação Sub.2 Áreas de formação Sub.3 Níveis de qualificação Sub.4 Destinatários

C1 – Políticas nacionais e locais de educação e formação de adultos

Subcategorias	Unidades de Registo	Código de Identificação
Sub.1 Entidades/Instituições Formadoras	<p>“...O município de Vendas Novas contém opções ao nível profissional, tais como a Associação Técnico Profissional D. Carlos (Escola Agrícola) ...”</p> <p>“...Os cursos oferecidos dividiam-se entre ... e um curso destinado à educação e formação de adultos B3 (jardinagem) ... frequentado por 14 formandos ...”</p> <p>“...Vendas Novas dispõe do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, acreditado pela DGFV ... localizado na escola secundária c/ 3.º ciclo de Vendas Novas ...”</p> <p>“...A escola secundária c/ 3.º ciclo de Vendas Novas, disponibiliza ainda uma variedade de cursos ...”</p> <p>“...No concelho localiza-se também um pólo do Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER) ...”</p> <p>“...Para além da formação referida, registava-se ainda um conjunto de acções promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), integradas nas Medidas ... e “educação e Formação de Adultos”...”</p>	D1
	<p>“...Ensino Recorrente e Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros ... Agrupamento de Escolas de Vendas Novas.”</p> <p>“...O Centro de Formação Profissional de Évora (IEFP), é uma das entidades a desenvolver formação em Vendas Novas.”</p> <p>“...O Centro de Formação e de Inovação Tecnológica (INOVINTER) ministra, no ano de 2003, os seguintes cursos, em Vendas Novas...”</p> <p>“...a Sociedade do Parque Industrial aluga frequentemente um espaço para que empresas privadas de Formação Profissional ministrem cursos de formação a activos do concelho.”</p>	D2
	<p>“ ... Pólo do INOVINTER ...”</p> <p>“ ...Associação Técnico-Profissional D. Carlos I ...”</p>	D3

	<p>“...Centro de Formação Profissional de Évora ...”</p> <p>“...CRVCC da Escola Secundária ...”</p>	
<p>Sub.2 Objectivos e estratégias a adoptar</p>	<p>“...Garantir uma correcta articulação entre a rede educativa, os equipamentos municipais e de outras instituições, públicas ou privadas ...”</p> <p>“...Maximização de recursos educativos, reorganizando a rede de estabelecimentos de ensino e formação, qualificando a oferta formativa ...”</p> <p>“...Definir uma política educativa que contribua para erradicar do território concelhio e sua área de influência, o analfabetismo, a iliteracia e o insucesso e o abandono escolares.”</p> <p>“...Garantir a universalidade do Ensino Básico no território ...”</p> <p>“...Consolidar a Escola Secundária de Vendas Novas como um pólo de ensino de qualidade, apetrechado com laboratórios e outros equipamentos, vocacionado para satisfazer as necessidades e objectivos estratégicos do território e sua área de influência, garantindo uma oferta pública de cursos adequados às necessidades do mercado de trabalho, quer no domínio do ensino secundário, quer técnico-profissional ou profissionalizante.”</p> <p>“...Articular objectivos estratégicos entre o sector público e privado, Centros de Formação Profissional e de Certificação e Validação de Competências.”</p>	D1
	<p>“...um maior investimento na formação profissional como factor de valorização dos recursos humanos e também da sua maior adaptabilidade às exigências do mercado de trabalho local.”</p> <p>“...formação profissional dos desempregados nas áreas em que se regista maior falta de mão-de-obra.”</p>	D2
	<p>“...Alcançar a educação primária universal...”</p> <p>“...Promover a igualdade entre os sexos e delegar poderes nas mulheres...”</p> <p>“...Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento...”</p> <p>“...promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego...”</p>	D3

	<p>“...investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação)...”</p> <p>“...Colocar Portugal ... no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia ..., promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas ...”</p>	
	“... Fundos Comunitários (QCAIII) ... “	D2
Sub. 3 Oportunidades	<p>“ ... POPH (QREN 2007/2013) ... “</p> <p>“...Carta Educativa ... “</p> <p>“...Existência de programas do Ministério da Educação para apoio ao desenvolvimento de actividades na área da educação ...”</p> <p>“...Centro de Formação e Inovação Tecnológica – INOVINTER: Pólo de Vendas Novas ... “</p> <p>“ ... Centro de Formação Profissional de Évora ... “</p> <p>“ ... CNO da Escola Secundária de Vendas Novas ... “</p> <p>“ ... Rede Social ”.</p> <p>“...Aproveitamento de novas tecnologias...”</p> <p>“...Novos projectos para população activa...”</p> <p>“...Parcerias com Federações e Associações...”</p> <p>“...Parcerias com Universidades e Institutos...”</p>	D3
	<p>“...Redução significativa de Fundos Comunitários a partir de 2006 ... “</p> <p>“ ...Conjuntura económica desfavorável ... “</p>	D2
Sub. 4 Ameaças	<p>“ ... Falta de recursos financeiros ... “</p> <p>“ ... Não aprovação dos investimentos propostos ... ”</p> <p>“...Desarticulação/desadequação entre ensino e mercado de trabalho ...”</p> <p>“...Desigualdade no acesso aos serviços de educação...”</p> <p>“...Dificuldade de financiamentos...”</p>	D3

Sub.5 Aspectos positivos	<p>“...Equipamento cultural recente e qualificado (Biblioteca e Auditório)...”</p> <p>“...Oferta de formação profissional na área agrícola (ATP- D. Carlos I)...”</p> <p>“...Dinamismo da actividade Municipal...”</p> <p>“...Instalações recentes e qualificadas das escolas EB nº1 e secundária...”</p> <p>“... Pólo de formação do CEFP de Évora e do INOVINTER...”</p> <p>“...Centro de emprego de Montemor.”</p>	D2
	<p>“ ...Pólo do INOVINTER...”</p> <p>“...Existência de equipamentos (culturais e desportivos) de apoio à educação...”</p> <p>“... Existência de projectos da autarquia, em colaboração com as escolas...”</p> <p>“...Conselho Municipal de Educação (Carta Educativa)...”</p> <p>“...Associação Técnico-Profissional D. Carlos I...”</p> <p>“...Disponibilidade de espaços para as diversas actividades...”</p> <p>“...Facilidade de comunicação e mobilização do tecido associativo e escolar...”</p> <p>“...organização de eventos nas várias áreas de âmbito popular e federado...”</p>	D3
Sub.6 Aspectos negativos	<p>“...Taxa relativamente elevada de insucesso escolar...”</p> <p>“...Frac consolidação do trabalho em parceria/reduzido grau de cooperação e articulação institucional...”</p> <p>“...falta de formação dos recursos humanos das instituições locais...”</p> <p>“...Falta de Mão-de-obra disponível e qualificada para responder às necessidades de crescimento da indústria...”</p> <p>“...Fraco empreendedorismo...”</p>	D2

	<p>“...Taxa de analfabetismo relativamente elevada (13% em 2001)...”</p> <p>“...População com baixos níveis de instrução (29% com o 1º ciclo do ensino básico)...”</p> <p>“...Inexistência de oferta ao nível do ensino universitário/politécnico...”</p> <p>“...Insucesso escolar, sobretudo a partir do 3º ciclo do EB e ensino secundário...”</p> <p>“...Abandono escolar, sobretudo a partir do ensino secundário (10ºano)...”</p> <p>“...Instalações escolares sem condições para o desenvolvimento de actividades lúdicas/desportivas ou outras...”</p> <p>“...Falta de uma estratégia articulada no Concelho entre Escola, Família e Comunidade...”</p> <p>“...Falta de financiamentos...”</p> <p>“...Insuficiente qualificação escolar e profissional...”</p> <p>“...Falta de sensibilização para a Igualdade de oportunidades...”</p> <p>“...Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional...”</p> <p>“...Défice de competências pessoais, parentais e profissionais...”</p>	D3

C2 – Oferta educativa/formativa certificada

Subcategorias	Unidades de Registo	Código de Identificação
Sub.1 Modalidades de formação	“Ensino recorrente por unidades capitalizáveis e módulos capitalizáveis” “EFA” “Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências”	D1
	“Educação extra - escolar: cursos sócio - educativos” “Educação extra - escolar: alfabetização” “EFA”	D4
	“Educação extra - escolar: cursos sócio - educativos” “Educação extra - escolar: alfabetização” “Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis” “Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis” “Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis” “Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências” “EFA” “FM certificadas”	D5
	“EFA”	D6
	“Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade” “Formação dos Profissionais das Políticas de Emprego e Formação”	D7
	“EFA” “Formação nas aldeias” “Geral” “FM certificadas”	D8

	<p>“Formação inicial”</p> <p>“Formação contínua”</p> <p>“Formação para grupos desfavorecidos”</p> <p>“EFA”</p> <p>“FM certificadas”</p> <p>“Formação para a inclusão”</p>	D9
	<p>“EFA”</p>	D10
<p>Sub.2</p> <p>Áreas de formação</p>	<p>“Jardinagem”</p> <p>“Comércio”</p> <p>“Contabilidade e fiscalidade”</p> <p>“Desenvolvimento pessoal”</p> <p>“Enquadramento na organização/empresa”</p> <p>“Gestão e administração”</p> <p>“Informática na óptica do utilizador”</p> <p>“Hotelaria e turismo”</p> <p>“Secretariado e trabalho administrativo”</p> <p>“Segurança e higiene no trabalho”</p> <p>“Geriatría”</p> <p>“Costura”</p> <p>“ER por unidades capitalizáveis de técnico de secretariado e, por módulos capitalizáveis, o curso tecnológico de informática”.</p>	D1
	<p>“Desenvolvimento pessoal e social”</p> <p>“Alemão (iniciação)”</p> <p>“Inglês”</p> <p>“Segurança e higiene no trabalho”</p>	D4

	<p>“Informática (iniciação)”</p> <p>“Técnico de secretariado”</p> <p>“Tecnológico de contabilidade e gestão”</p> <p>“Tecnológico de informática”</p> <p>“Inglês (iniciação e continuação)”</p> <p>“Alemão (iniciação)”</p> <p>“Português para imigrantes”</p> <p>“Macramé, estampagem em tecido/técnicas têxteis), têxteis, bijuteria, tapetes de Arraiolos, saúde e actividade física para adultos, bordados à máquina, corte e costura”</p> <p>“Certificação escolar”</p> <p>“DC de Técnico de informática”</p> <p>“DC de técnico de contabilidade”</p> <p>“Indústrias alimentares”</p> <p>“Serviço de apoio a crianças e jovens”</p>	D5
Sub.2 Áreas de formação	<p>“Floricultura e Jardinagem”</p> <p>“Fruticultura/viticultura”</p> <p>“Jardinagem e espaços verdes”</p> <p>“Hortofloricultura e fruticultura biológica”</p> <p>“Granulação e aglomeração de cortiça”</p> <p>“Operador Florestal”</p>	D6
	<p>“Electrónica industrial”</p> <p>“Electrohidráulica”</p> <p>“Electropneumática”</p> <p>“PLC - Autómatos programáveis”</p> <p>“TPM – Manutenção produtiva total”</p> <p>“Gestão da produção”</p> <p>“Ambiente/ISSO 14000”</p>	D7

	<p>“Custos da qualidade”</p> <p>“Electrónica”</p> <p>“Electricidade para manutenção industrial”</p> <p>“Ferramentas da qualidade”</p> <p>“Formação pedagógica inicial de formadores”</p> <p>“Electrónica analógica”</p> <p>“Segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho”</p> <p>“Microsoft Office 2000”</p> <p>“Interpretação de esquemas electro/hidrául/pneumática”</p> <p>“Gestão da qualidade”</p> <p>“Auditores internos da qualidade”</p> <p>“Implementação de sistemas de gestão ambiental”</p> <p>“Escritório electrónico”</p> <p>“Microsoft Word (nível 2)”</p> <p>“Microsoft Excel (nível2)”</p> <p>“Internet”</p> <p>“Criação de páginas Web”</p> <p>“ Segurança e higiene no trabalho”</p> <p>“Electrónica geral”</p> <p>“Electricidade e comando de motores”</p> <p>“Desenho industrial com recurso ao Autocad”</p> <p>“Mecânica Industrial”</p> <p>“Primeiros socorros”</p> <p>“Ferramentas básicas do Office”</p> <p>“Ferramentas avançadas do Office”</p> <p>“MS powerpoint”</p>	
--	--	--

Sub.2 Áreas de formação	<p>“Práticas administrativas”</p> <p>“Informática(processamento de texto, base de dados nas empresas, folha de cálculo, powerpoint, autocad-nível II, animação 3D, internet, edição e tratamento digital de imagens, aplicações de escritório, aplicações informáticas de contabilidade, folha de cálculo – operação e programação”</p> <p>“Contabilidade e fiscalidade”</p> <p>“Segurança e higiene no trabalho”</p> <p>“Línguas estrangeiras: Inglês, Espanhol”</p> <p>“Comércio”</p> <p>“Auditorias de qualidade”</p> <p>“Desenvolvimento pessoal”</p> <p>“Electrónica e energia”</p> <p>“Gestão e administração”</p> <p>“Electrónica e automação”</p> <p>“Trabalho social”</p> <p>“Serviço de apoio a crianças e jovens”</p> <p>“Direito (legislação do trabalho e segurança social)</p> <p>“Workshop de bijuteria”</p> <p>“Preparador de cortiça”</p> <p>“Saúde (diagnóstico e intervenção – autismo)”</p> <p>“HACCP”</p> <p>“Protecção ambiental”</p> <p>“Primeiros socorros”</p> <p>“Controlo de qualidade”</p> <p>“Calibração da cortiça em bruto”</p> <p>“Comunicação interpessoal e assertividade”</p> <p>“Condução de caldeiras e geradores de vapor”</p> <p>“Electricidade automóvel”</p>	D8

	<p>“Prevenção de riscos pessoais”</p> <p>“Introdução ao CAD – Construção civil”</p> <p>“Técnicas de animação social”</p> <p>“Ergonomia no posto de trabalho”</p> <p>“IRS”</p> <p>“Recursos humanos – processo de recrutamento, selecção e admissão”</p> <p>“Prevenção de incêndios florestais”</p> <p>“Cortesia, etiqueta e protocolo no atendimento”</p>	
<p>Sub.2 Áreas de formação</p>	<p>“Construção e reparação de veículos a motor”</p> <p>“Electricidade e energia”</p> <p>“Hotelaria restauração (Cozinha; Serviço de Bar)”</p> <p>“Metalurgia e metalomecânica”</p> <p>“Geriatría”</p> <p>“Acção educativa”</p> <p>“Contabilidade e gestão”</p> <p>“Costura industrial”</p> <p>“Relacionamento interpessoal/Liderança de equipas”</p> <p>“Práticas administrativas”</p> <p>“Jardinagem e floricultura”</p> <p>“Informática (Windows 98, Access, Excel, Word)”</p> <p>“Serralharia”</p> <p>“Comércio”</p> <p>“Formação pedagógica inicial de formadores”</p> <p>“Animação social e cultural”</p> <p>“Línguas estrangeiras: Inglês, Alemão”</p>	D9
	<p>“Geriatría”</p> <p>“Controlo de Qualidade”</p>	D10

Sub.3 Níveis de qualificação		
	“3º Ciclo do ensino básico” “Ensino secundário”	D1
	“1º Ciclo do ensino básico” “Secundário – nível IV”	D4
	“1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico” “Secundário”	D5
	“2º e 3º Ciclos do ensino básico”	D6
	“3º Ciclo do ensino básico” “Secundário”	D7
	“3º Ciclo do ensino básico” “Secundário”	D8
	“Qualificação inicial” “Aperfeiçoamento” “2º e 3º Ciclo do ensino básico” “Secundário”	D9
	“3º Ciclo do ensino básico” “Secundário”	D10
	“...jovens e adultos maiores de 18 anos...”	

Sub.4 Destinatários	<p>“...activos ... abrangendo desempregados ou pessoas integradas nos apoios veiculados pela política de Educação e Formação ao Longo da Vida, através da medida relativa ao sistema de educação e formação de adultos....”</p> <p>“...pessoas com baixos níveis de instrução...”</p> <p>“...alunos que já não se encontrem na idade padrão (mais de 15 anos para o ensino básico e mais de 18 para o ensino secundário) de frequência do ensino básico e ensino secundário...”</p>	D1
	<p>“Beneficiários do RSI”</p> <p>“População em geral”</p> <p>“Adultos sem escolaridade ou com 1º ou 2º ano de escolaridade”</p> <p>“Activos empregados e desempregados”</p>	D4
	<p>“População em geral”</p> <p>“Maiores de 15 e 18 anos”</p> <p>“Imigrantes”</p> <p>“Beneficiários do RSI”</p> <p>“Adultos sem escolaridade ou com 1º ou 2º ano de escolaridade”</p> <p>“Activos empregados e desempregados”</p>	D5
	“Desempregados”	D6
	“Empregados”	D7
	“Activos empregados e desempregados”	D8
	“Adultos à procura do 1º emprego”	
	“Activos empregados e desempregados”	D10

ANEXO II: Matrizes de caracterização das entidades/instituições formadoras

Anexo II-A: Matriz de Caracterização da Escola Básica nº 1 de Vendas Novas

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários	Número de Formandos	Adultos que Concluíram
Estabelecimento de Ensino Público	2003/2004	Educação Extra - Escolar (Curso Sócio - educativo)	Não aplicável	Desenvolvimento Pessoal e Social	Diurno	Beneficiários do RSI	15	10
	2004/2005	Educação Extra - Escolar (Curso Sócio - educativos)		Alemão (iniciação) Inglês (Realizados na ESVN)	Pós - laboral	População em Geral	12 15	12 15
	2008/2009	Educação Extra - Escolar (Alfabetização)		Alfabetização	Diurno	Adultos sem escolaridade ou com 1.º ou 2.º ano de escolaridade	15	15
	2008/2011	EFA	S – Nível 4	Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho	Pós - laboral	Activos Empregados e Desempregados	13	-

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários	N.º de Formandos	Adultos que Concluíram
Estabelecimento de Ensino Público	2000/2001	Educação Extra-Escolar (Cursos Sócio - educativos)	Não aplicável	Informática (iniciação) Informática (Internet – iniciação)	Diurno	População em geral	30	25
		Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral Técnico de Secretariado	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	70	7
			Secundário				47	3
			Secundário				38	7
	2001/2002	Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral			62	10
			Secundário				57	8
	2002/2003	Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral Técnico de Secretariado (Sec.)			54	3
			Secundário				98	17
			Secundário				26	2
		Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Contabilidade e Gestão			14	

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários	N.º de Formandos	Alunos que Concluíram
Estabelecimento de Ensino Público	2003/2004	Educação Extra - Escolar (Cursos Sócio - educativos)	Não aplicável	Inglês Português (2.ª Língua para Emigrantes)		População em geral /Emigrantes	12 20	12 15
		Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral Técnico de Secretariado	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	41	4
			Secundário				108	8
			Secundário				48	2
		Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Contabilidade e Gestão			11	10
	2004/2005	Educação Extra - escolar (Cursos Sócio - educativos, Alfabetização) Ensino Recorrente	Não aplicável	Macramé		Beneficiários do RSI/ População em geral	10	10
				Estampagem em Tecido/Técnicas Têxteis			12	12
				TêXteis			12	12
				Bijuteria			12	12
				Alfabetização (1.º Ciclo EB)			10	6
				Alfabetização (2.º Ciclo EB)			20	13
				Alemão (iniciação)			15	10
				Inglês			15	8
		Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo/ Secundário Geral	Técnico de Secretariado	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	32/94	1/18
			Secundário				22	3

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários	N.º de Formandos	Adultos que Concluíram
Estabelecimento de Ensino Público	2004/2005	Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Informática	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	42	
	2005/2006	Educação Extra - escolar (Cursos Sócio -educativos, Alfabetização)	Não aplicável	Bijuteria		Beneficiários do RSI/ População em geral	14	14
				Tapetes de Arraiolos			15	15
				Saúde e Actividade Física para Adultos			45	45
				Bordados à Máquina			10	10
				Corte e Costura			8	8
				Alfabetização (1.º Ciclo EB)			20	10
				Inglês (Iniciação)			15	15
				Inglês (Continuação)			15	-
		Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	25	3
			Secundário				89	16
			Secundário	Técnico de Secretariado			12	3
		Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Informática			40	—

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários	N.º de Formandos	Adultos que Concluíram
Estabelecimento de Ensino Público	2006/2007	Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis	3.º Ciclo	Geral	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	21	2
			Secundário				69	30
			Secundário				7	4
		Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis	Secundário	Técnico de Secretariado			40	6
	2007/2008	Educação Extra-Escolar (Alfabetização)		1.º Ciclo EB	Laboral e Pós-laboral	Beneficiários do RSI/Adultos sem escolaridade ou com 1.º ou 2.º ano de escolaridade	15	10
		Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Informática	Pós - laboral	Maiores de 15 e 18 anos	22	—
		EFA	Secundário	Certificação Escolar	Pós - laboral	Maiores de 18 anos (Activos empregados/desempregados)	*	*
	2008/2009	Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis	Secundário	Tecnológico de Informática	Pós - laboral	Maiores de 18 anos (Activos empregados/desempregados)	10	8
		EFA	Secundário	Certificação Escolar			*	*
				Técnico de Informática Nível IV			*	
				Técnico de Contabilidade Nível IV			*	

- Os dados relativos aos cursos EFA e FM certificadas encontram-se em matriz própria deste anexo

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários
Estabelecimento de Ensino Público	2009/2010	EFA	Secundário	Certificação Escolar	Pós - laboral	Maiores de 18 anos (Activos empregados/ desempregados)
				Técnico de Informática Nível IV		
				Técnico de Contabilidade Nível IV		
		Organização e Gestão da Qualidade – Industrias Alimentares				
		Introdução à Microbiologia – Industrias Alimentares				
		Nutrição – Industrias Alimentares				
		Saúde Mental e Infantil – Serv. Apoio a Crianças e Jovens				
		Modelos Psicológicos e Fases de Desen. da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens				
		Desenvolvimento da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens				
		Higiene, Saúde e segurança da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens				

Classificação	Ano Lectivo	Modalidade de Formação	Nível de Ensino	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Destinatários
Estabelecimento de Ensino Público	20010/2011	EFA	Secundário	Certificação Escolar	Pós - laboral	Maiores de 18 anos (Activos empregados/ desempregados)
				Técnico de Informática (Nível IV)		
				Técnico de Contabilidade (Nível IV)		
		Formações Modulares Certificadas (Nível IV)		Organização e Gestão da Qualidade – Industrias Alimentares		
				Introdução à Microbiologia – Industrias Alimentares		
				Nutrição – Industrias Alimentares		
				Saúde Mental e Infantil – Serv. Apoio a Crianças e Jovens		
				Modelos Psicológicos e Fases de Desen. da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens		
				Desenvolvimento da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens		
				Higiene, Saúde e segurança da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens		

Anexo II-B: Matriz de Caracterização da Escola Secundária de Vendas Novas (Novas Oportunidades – Adultos)

Classificação	Programa/ Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Situação face ao Emprego		N.º de Formandos	Género		N.º de Acções
						E	D		H	M	
Estabelecimento de Ensino Público	POPH 2007/2009	EFA	Certificação Escolar	Pós-laboral	S	10		10	3	7	
	POPH 2008/2010	EFA	Certificação Escolar	Pós-laboral	S	14	5	19	9	10	
	POPH 2008/2011		Técnico de Informática	Pós-laboral	S	12	1	14*	5	9	
			Técnico de Contabilidade	Pós-laboral	S	11		11	5	6	
	POPH 2009/2011	EFA	Certificação Escolar	Pós-laboral	S	26	2	28	16	12	
	POPH 2009/2012		Técnico de Informática	Pós-laboral	S	6	3	9	8	1	
	POPH 2010/2011	FM (CNQ)	Organização e Gestão da Qualidade – Industrias Alimentares	Pós-laboral	S	9	3	12	1	11	
			Introdução à Microbiologia – Industrias Alimentares	Pós-laboral	S	14		14	2	12	

*Um formando está reformado

Classificação	Programa/ Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Situação face ao Emprego		N.º Formandos	Género		N.º de Acções
						E	D		H	M	
Estabelecimento de Ensino Público	POPH 2010/2011	FM (CNQ)	Nutrição – Indústrias Alimentares	Pós-laboral	S	14		14	2	12	
			Saúde Mental e Infantil – Serv. Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Modelos Psicológicos e Fases de Desen. da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Desenvolvimento da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Higiene, Saúde e segurança da Criança - Serv. Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
	POPH 2010/2012	EFA	Certificação Escolar	Pós-laboral	S	14	5	19	10	9	
	POPH 2010/2011	FM (CNQ)	Crianças com necessidades específicas de educação (NEE)-Serv. De Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Formas de intervenção precoce em crianças com NEE-Sev. De Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Desenvolvimento sexual de crianças com NEE-Serv. De Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	
			Evolução e desenvolvimento infantil-Serv. Apoio a Crianças e Jovens	Pós-laboral	S	9	3	12		12	

Anexo II-B: Matriz de Caracterização da Escola Secundária de Vendas Novas (CNO)

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Inscrito	6	Básico	Escolar	Empregado
Encaminhado Processo RVCC	3	Básico	Escolar	Empregado
Encaminhado	2	Básico	Escolar	Empregado
Em Reconhecimento	36	Básico	Escolar	Empregado
Certificado	261	Básico	Escolar	Empregado
Desistente	33	Básico	Escolar	Empregado
Transferido	3	Básico	Escolar	Empregado
Suspenso	24	Básico	Escolar	Empregado
TOTAL	368			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Inscrito	2	Básico	Escolar	Doméstica
Encaminhado Processo RVCC	1	Básico	Escolar	Doméstica
Encaminhado	1	Básico	Escolar	Doméstica
TOTAL	4			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Em Reconhecimento	2	Básico	Escolar	Reformado
Certificado	7	Básico	Escolar	Reformado
Desistente	2	Básico	Escolar	Reformado
TOTAL	11			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Inscrito	4	Básico	Escolar	Desempregado
Em Acolhimento	3	Básico	Escolar	Desempregado
Em Diagnóstico	4	Básico	Escolar	Desempregado
Encaminhado Processo RVCC	8	Básico	Escolar	Desempregado
Encaminhado	58	Básico	Escolar	Desempregado
Em Reconhecimento	25	Básico	Escolar	Desempregado
Certificado	53	Básico	Escolar	Desempregado
Desistente	16	Básico	Escolar	Desempregado
Transferido	5	Básico	Escolar	Desempregado
Suspenso	31	Básico	Escolar	Desempregado
TOTAL	207			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Inscrito	5	Secundário	Escolar	Desempregado
Em Diagnóstico	18	Secundário	Escolar	Desempregado
Encaminhado	60	Secundário	Escolar	Desempregado
Em Reconhecimento	24	Secundário	Escolar	Desempregado
Certificado	10	Secundário	Escolar	Desempregado
Desistente	9	Secundário	Escolar	Desempregado
Transferido	13	Secundário	Escolar	Desempregado
Suspenso	19	Secundário	Escolar	Desempregado
TOTAL	158			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Certificado	2	Secundário	Escolar	Outra
TOTAL	2			

Estado – Processos RVCC	Total Escolar	Nível de Ensino	Qualificação	Condição Perante o Trabalho
Inscrito	18	Secundário	Escolar	Empregado
Em Acolhimento	2	Secundário	Escolar	Empregado
Em Diagnóstico	61	Secundário	Escolar	Empregado
Encaminhado Processo RVCC	3	Secundário	Escolar	Empregado
Encaminhado	170	Secundário	Escolar	Empregado
Em Reconhecimento	91	Secundário	Escolar	Empregado
Certificado Parcial	14	Secundário	Escolar	Empregado
Certificado	110	Secundário	Escolar	Empregado
Desistente	59	Secundário	Escolar	Empregado
Transferido	59	Secundário	Escolar	Empregado
Suspenso	79	Secundário	Escolar	Empregado
TOTAL	666			

Anexo II-C: Matriz de Caracterização da Associação Técnico Profissional D. Carlos I

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	Faixa Etária	N.º Formandos	Género	
									H	M
Estabelecimento de Ensino Privado	2005/2006	EFA	Floricultura e Jardinagem	Laboral	B3	Desempregados	20-50	12	2	10
	2006/2007		Floricultura e Jardinagem	Laboral	B2	Desempregados	20-60	14*	3	11
	2008/2009		Fruticultura/ Viticultura	Laboral	B3	Desempregados	18-53	13	3	10
	2008/2010		Jardinagem e Espaços Verdes	Laboral	S	Desempregados	23-56	15**	2	13
	2008/2009		Jardinagem e Espaços Verdes	Laboral	B3	Desempregados	22-62	12	1	11
	2008/2009		Hortofloricultura e Fruticultura Biológica	Laboral	B2	Desempregados	22-59	14	7	7
	2009/2010		Granulação e Aglomeração de Cortiça	Laboral	B2	Desempregados	22-60	15	2	13
	2009/2010		Operador Florestal	Laboral	B2	Desempregados	22-60	15	7	8

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	Faixa Etária	N.º Formandos	Género	
									H	M
Estabelecimento de Ensino Privado	2010	EFA	Hortofloricultura e Fruticultura Biológicas	Laboral	B2	Desempregados	50-60	12*	8	4
			Operador Florestal	Laboral	B2	Desempregados	50-60	12*	2	10

*Todos os formandos concluíram com sucesso

**Seis formandos não validaram todas as competências (um do género masculino e cinco do género feminino)

**Anexo II-D: Matriz de Caracterização da PROFOC Projectos de Formação e Consultoria, Lda,
(Cursos integrados no Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, com o objectivo de promover a
equidade das Políticas de Emprego e Formação)**

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2002/2003	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Electrónica Industrial		3	Empregados	15	1
			Electrohidráulica		3	Empregados	13	1
			Electropneumática		3	Empregados	14	1
			PLC-Autómatos Programáveis		3	Empregados	14	1
			TPM-Manutenção Produtiva Total		3	Empregados	11	1
			Gestão da Produção		4	Empregados	14	1
			Ambiente/ ISO 14000		3	Empregados	12	1
			Custos da Qualidade		3	Empregados	13	3

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2003/2004	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Electrohidráulica		3	Empregados	12	1
			Electropneumática		3	Empregados	16	1
			PLC-Autómatos Programáveis		3	Empregados	14	1
			Electrónica		3	Empregados	17	1
			Electricidade p/ Manutenção Industrial		3	Empregados	12	1
			Ferramentas da Qualidade		3	Empregados	13	1
		Formação dos Profissionais das Políticas de Emprego e Formação	Formação Pedagógica Inicial de Formadores		4	Empregados	12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2004/2005	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Electrónica Analógica		3	Empregados	6	1
			TPM - Manutenção Produtiva Total		3	Empregados	17	1
			Segurança, Higiene e Saúde nos Locais de Trabalho		3	Empregados	16	1
			Microsoft Office 2000		3	Empregados	13	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2005/2006	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Escritório Electrónico		3	Empregados	12	1
			Microsoft Word (Nível 2)		3	Empregados	8	1
			Microsoft Excel (Nível 2)		3	Empregados	8	1
			Nav. Internet/Pesquisa Online		3	Empregados	14	1
			Criação de Páginas na internet		3	Empregados	14	1
			Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho		5	Empregados	13	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2005/2006	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Electrohidráulica /pneumática (aperfeiçoamento)		3	Empregados	16	1
			Automat. Industriais p/ Téc. de Manutenção		3	Empregados	20	1
			Interp. de Esquemas Electro Hidrau./pneumática		1 3	Empregados	14	1
			Gestão Integrada da Qualidade		3	Empregados	17	1
			Auditores Internos da Qualidade		3	Empregados	19	1
			Implementação de Sistemas Gestão Ambiental		3	Empregados	16	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2005/2006	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Escritório Electrónico		3	Empregados	12	1
			Microsoft Word (Nível 2)		3	Empregados	8	1
			Microsoft Excel (Nível 2)		3	Empregados	8	1
			Nav. Internet/Pesquisa Online		3	Empregados	14	1
			Criação de Páginas na internet		3	Empregados	14	1
			Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho		5	Empregados	13	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2006/2007	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Electrohidráulica – Detecção e Reparação de Avarias		3	Empregados	12	1
			Electropneumática – Detecção e Reparação de Avarias		3	Empregados	12	1
			Electrónica Geral		3	Empregados	12	1
			PLC – Automatos Programáveis (Aperfeiçoamento)		3	Empregados	12	1
			Electricidade e Comando de Motores		3	Empregados	12	1
			Desenho Industrial c/ Recurso ao AUTOCAD		3	Empregados	12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Privada	2006/2007	Formação Profissional Contínua/Promoção da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	Mecânica Industrial		Nível 3	Empregados	12	1
			Higiene e Segurança no Trabalho		Nível 3	Empregados	12	1
			Primeiros Socorros		Nível 3	Empregados	12	1
			Ferramentas Básicas do Office		Nível 3	Empregados	12	1
			Ferramentas Avançadas de Office		Nível 3	Empregados	12	1
			MS Powerpoint – Apresentações Electrónicas		Nível 3	Empregados	12	1

Anexo II-E: Matriz de Caracterização do INOVINTER (Centro de Formação e Inovação Tecnológica)

Classificação	Programa (2006)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POEFDS	EFA	Secretariado e Trabalho Administrativo (Práticas Administrativas)	2		B3	Activos Desempregados	15		
	POEFDS	Geral	Informática (Word, Excel em ambiente Windows)	2			Activos Empregados	16		
	POEFDS	Geral	Contabilidade e Fiscalidade (Fiscalidade Nível II)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho (Primeiros Socorros)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Informática Aldeias	Informática (Processamento de Texto)	2			Activos Empregados	16		
	POEFDS	Geral	Informática (Base de Dados nas Empresas)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Línguas e Literaturas Estrangeiras (Inglês para Hotelaria e Turismo – Nível I)	2			Activos Empregados	16		
	POEFDS	Geral	Comércio (Gestão Estratégica de Compras)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Informática na óptica do utilizador (Folha de Cálculo – Iniciação)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho (Primeiros Socorros)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Informática Aldeias	Informática na óptica do utilizador (Word, Excel em ambiente Windows)	2			Activos Empregados	16		
	POEFDS	Geral	Enquadramento na Organização/Empresa (Auditorias de Qualidade)	2			Activos Empregados	14		

Classificação	Programa (2006)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho (Primeiros Socorros – Nível II)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Desenvolvimento Pessoal (Liderança e Gestão de Equipas)	4			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho	2			Activos Empregados	16		
	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Informática (Base de Dados nas Empresas – Nível II)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Segurança e Higiene no Trabalho (Primeiros Socorros – Nível II)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Informática (Power Point)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Electrónica e Energia (Electricidade Industrial)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Ciências Informáticas (Técnicos de Hardware)	2		B3	1º emprego	16		
	POEFDS	EFA	Informática (AutoCad – nível II)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Gestão e Administração (Gestão Financeira)	3			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Línguas e Literaturas Estrangeiras (Inglês para Hotelaria e Turismo – Nível I)	2			Activos Empregados	14		
	POEFDS	Geral	Informática (Animação 3D)	3			Activos Empregados	14		

Classificação	Programa (2007)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POEFDS		Electrónica e Automação (Técnicos de Hardware)	2	laboral		1º Emprego	12	6	6
	POEFDS		Contabilidade e Fiscalidade (Fiscalidade - nível I)	3	pós-laboral		Activos	12	6	6
	POEFDS		Informática (Word e Excel em Ambiente Windows)	2	pós-laboral		Activos	12	4	8
	POEFDS		Trabalho Social (Nutrição, Saúde, Higiene e Segurança de Idosos)	2	pós-laboral		Activos	12	2	10
	POEFDS		Segurança e Higiene no Trabalho (Gestão do Stress)	3	pós-laboral		Activos	12	4	8
	POEFDS		Serviços de Apoio a crianças e jovens (Acompanhamento de Crianças) (Reciclagem)	2	pós-laboral		Activos	12	2	10
	POEFDS		Informática(Desenho Vectorizado - Criação de Ilustrações)	3	pós-laboral		Activos	12	8	4
	POEFDS		Informática (Internet)	2	pós-laboral		Activos	14	9	5
	POEFDS		Segurança e Higiene no Trabalho	2	pós-laboral		Activos	12	5	7
	POEFDS		Trabalho Social (Técnicas de Animação e Ocupação de Idosos)	2	pós-laboral		Activos	12	2	10
	POEFDS		Informática (Photoshop - Edição e Tratamento Digital de Imagens)	3	pós-laboral		Activos	12	8	4

Classificação	Programa (2007)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POEFDS		Direito (Legislação do Trabalho e Segurança Social)	3	Pós-laboral		Activos	12	6	6
	POEFDS		Tecnologia e Protecção do Ambiente (Diagnósticos Ambientais)	3	Pós-laboral		Activos	12	5	7
	POEFDS		Línguas e Literaturas Estrangeiras (Espanhol para Negócios nível I)	2	Pós-laboral		Activos	12	5	7
	POEFDS	EFA	Secretariado e Trabalho Administrativo (Práticas Administrativas)	2	Laboral	B3	Activos Desempregados	15	7	8
	POEFDS	EFA	Serviços de Apoio a crianças e jovens	2	Laboral	B3	Activos Desempregados	15	1	14
	POEFDS		Informática (Internet e Correio Electrónico)	2			Grupos mistos	9	5	4
	POEFDS		Informática (Base de Dados)	2			Grupos mistos	9	5	4
	POEFDS		Informática (Apresentações)	2			Grupos mistos	9	5	4
	POEFDS		Workshop de Bijuteria				Grupos mistos	10	2	8

Classificação	Programa (2008)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	EFA	Serviços de Apoio a crianças e jovens	2	Laboral	B3	Desempregados	15	1	14
			Línguas e Literaturas Estrangeiras (Espanhol para negócios – nível II)	2	Pós - laboral		Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Ciências Informáticas (Excel em ambiente Windows)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Ciências Informáticas (Word em ambiente Windows)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Materiais (Preparador/a de cortiça)	2	Misto	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Serviços de Apoio a crianças e jovens (Primeiros Socorros em Pediatria)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	4	8
	POPH	FM	Ciências Informáticas (Internet – Criação de Página)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados*	12	6	6
	POPH		Informática na óptica do utilizador (Vista em 24 horas)	2	Pós - laboral		Activos Empregados	12	6	6
	POPH		Saúde (Autismo: do diagnóstico à Intervenção)	2	Pós - laboral		Activos Empregados	12	6	6

*Projecto de Formação nas Aldeias (Landeira)

Classificação	Programa (2008)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH		Tecnologia dos Processos Químicos (Higiene e Segurança no Trabalho – Indústria)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Indústrias Alimentares ((Higiene e Segurança no Trabalho – Sistema HACCP)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Electricidade e Energia (Máquinas eléctricas)	2	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Contabilidade e Fiscalidade (Aplicação Informática do Programa Primavera)	3	Pós - laboral	DC	Activos Empregados	12	6	6
			Protecção do Ambiente (Gestão de Resíduos)	2	Pós - laboral		Activos Empregados	12	6	6
			Informática na óptica do utilizador (Suite 2007 Office)	2	Pós - laboral		Activos Empregados	12	8	4
	POPH	FM	Protecção de Pessoais e Bens (Primeiros Socorros – Suporte Básico de Vida)	2	Misto	DC	Activos Empregados	10	8	2
	POPH	EFA	Enquadramento na Organização/Empresa (Técnico da Qualidade)	2	Laboral	IV	Desempregados	15	8	7
	POPH	FM	Materiais (Técnicos de calibração da cortiça em bruto)	2	Misto	DC	Activos Empregados	12	6	6

Classificação	Programa (2009)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	EFA	Técnico/a de Segurança e Higiene no trabalho	2	Laboral	IV	Activos Desempregados	16	8	8
	POPH	EFA	Acção Educativa	2	Laboral	III	Activos Desempregados	11		11
	POPH	EFA	Técnicas da Qualidade	2	Laboral	IV	Activos Desempregados	14	1	13
	POPH	FM	Processador de Texto - Processamento e Edição	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Aplicações de escritório	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Folha de Cálculo - Operação e Programação	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Internet - navegação	2	Pós - laboral	III	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Internet - evolução	2	Pós - laboral	III	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Prevenção e Primeiros Socorros - Geriatria	2	Pós - laboral	III	Activos Empregados	12	4	8

*Projecto de Formação nas Aldeias (Landeira)

Classificação	Programa (2009)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	FM	Assistência a crianças no domicílio - primeiros socorros	2	Pós - laboral	II	Activos Empregados	12	3	9
	POPH	FM	Planeamento e Desenvolvimento de Actividades de Tempos Livres	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Espaços, materiais e equipamentos - Creche e Jardim de Infância	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	3	9
	POPH	FM	Higiene, saúde e segurança da criança	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	3	9
	POPH	FM	Comunicação Interpessoal e Assertividade	3	Laboral	IV	Activos Empregados	15	8	7
	POPH	FM	Condução de caldeiras e geradores de vapor	2	Pós - laboral	III	Activos Empregados	12	9	3
	POPH	FM	Electricidade automóvel	2	Pós - laboral	III	Activos Empregados	12	9	3
	POPH	FM	Técnicas de planeamento de prevenção de riscos profissionais	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Introdução ao CAD - construção civil	3	Pós - laboral	IV	Activos Empregados	12	7	5
	POPH	FM	Técnicas de Socorrismo	2	Laboral	III	Activos Empregados*	12	6	6

*Projecto de Formação nas Aldeias (Landeira)

Classificação	Programa (2010)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	EFA	Segurança e Higiene no Trabalho	2	Laboral	IV	Desempregados	16	8	8
	POPH	FM	Animação - Conceitos, Princípios e Técnicas	2	Pós-laboral	III	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Saúde da Pessoa Idosa - Prevenção de problemas	2	Pós-laboral	III	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Prevenção e primeiros socorros - geriatria	2	Pós-laboral	III	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Primeiros Socorros - Tipos de Acidentes e Formas de Actuação	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	4	8
	POPH	FM	Ergonomia do Posto de Trabalho	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	6	6
	POPH	FM	Implementação e avaliação do sistema HACCP	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	6	6
	POPH	FM	Aplicações informáticas de contabilidade	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Imposto sobre o Rendimento - IRS	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	6	6

***Projecto de Formação nas Aldeias (Landeira)**

Classificação	Programa (2010)	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	FM	Processador de Texto - Processamento e Edição	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	6	6
	POPH	FM	Folha de Cálculo - Operação e Programação	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	6	6
	POPH	FM	Instalação e configuração de sistemas de gestão de bases de dados	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	6	6
	POPH	FM	Recursos Humanos - processo de recrutamento, selecção e admissão	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho - conceitos básicos	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	8	4
	POPH	FM	Técnicas de Socorrismo	2	Pós-laboral	IV	Empregados	12	8	4
	POPH	FM	Prevenção de Incêndios Florestais	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	8	4
	POPH	FM	Cortesia, etiqueta e protocolo no atendimento	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	6	6
	POPH	FM	Expressão Plástica e Musical	3	Pós-laboral	IV	Grupos mistos	12	4	8
	POPH	FM	Formas de Intervenção Precoce em crianças com NEE	3	Pós-laboral	IV	Empregados	12	4	8

Anexo II-F: Matriz de Caracterização do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2000	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Metalurgia e Metalomecânica (Canalizações)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Serviços Pessoais e à Comunidade (Geriatria)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Serviços Pessoais e à Comunidade (Acção Educativa)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Contabilidade e Gestão		Qualificação inicial		12	1
		Formação contínua	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura Industrial)		Aperfeiçoamento		36	3
		Formação contínua	Informática		Aperfeiçoamento		93	8
		Formação contínua	Desenvolvimento Pessoal (Motivação, Liderança e Chefia)		Aperfeiçoamento		12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2001	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		11	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Cozinha)		Qualificação inicial		15	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Cozinha)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Serviço de Mesa)		Qualificação inicial		13	1
		Formação contínua	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura Industrial)		Aperfeiçoamento		23	2
		Formação contínua	Informática		Aperfeiçoamento		58	4

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2001	Formação inicial	Metalurgia e Metalomecânica (Serralharia Civil)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens (Acção Educativa)		Qualificação inicial		12	1
		Formação para grupos desfavorecidos	Jardinagem e Floricultura	Laboral			11	1
		Formação contínua	Desenvolvimento Pessoal (Relacionamento Interpessoal)		Aperfeiçoamento		12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2002	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor (Mecânica Auto)		Qualificação inicial		11	1
		Portugal Acolhe	Desenvolvimento Pessoal		Portugal Acolhe		20	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		11	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		12	1
		Formação contínua	Informática (Windows 98, Acess, Excel e Word)		Aperfeiçoamento		45	4
		Formação inicial	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Metalurgia e Metalomecânica (Serralharia Civil)		Qualificação inicial		6	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2003	Curso EFA	Comércio (Logística e Armazém)	Laboral	B2		12	1
		Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor (Mecânica Auto)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor (Operação de Empilhadores)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		11	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		9	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Cozinha)	Laboral	Qualificação inicial		13	1
		Curso EFA	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura Industrial)		B2		12	1
		Formação inicial	Serviços Domésticos (Geriatrica)		Qualificação inicial		12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2004	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		11	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		32	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		12	1
		Curso EFA	Hotelaria e Restauração (Cozinha)	Laboral	B3		14	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Serviço de Mesa)		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Cozinha)		Qualificação inicial		10	1
		Curso EFA	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)	Laboral	B2		10	1
		Formação inicial	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)		Qualificação inicial		12	1
		Formação inicial	Serviços Domésticos (Geriatrica)		Qualificação inicial		12	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2005	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		5	1
		Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		10	1
		Formação inicial	Electricidade e Energia		Qualificação inicial		11	1
		Formação inicial	Gestão e Administração (Práticas Administrativas)		Qualificação inicial		11	1
		Curso EFA	Hotelaria e Restauração (Cozinha)	Laboral	B3		39	3
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Serviço de Mesa)		Qualificação inicial		13	1
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Serviço de Mesa)		Qualificação inicial		26	3
		Formação inicial	Hotelaria e Restauração (Cozinha)		Qualificação inicial		10	1
		Curso EFA	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)	Laboral	B2		14	1
		Formação inicial	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)		Qualificação inicial		15	1
			Formação Pedagógica Inicial de Formadores				15	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2006	Formação inicial	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Qualificação inicial		10	1
		Curso EFA	Electricidade e Energia	Laboral	B3		6	1
		Curso EFA	Hotelaria e Restauração (Cozinha)	Laboral	B3		10	1
		Curso EFA	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (Costura)	Laboral	B2		12	1
		Formação Contínua	Informática na Óptica do Utilizador		Reciclagem, actualização, aperfeiçoamento		11	1
		Formação Contínua	Informática na Óptica do Utilizador		Reciclagem, actualização, aperfeiçoamento		11	1
		Curso EFA	Serviços Domésticos (Geriatrica)	Laboral	B2		13	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2007	Formação contínua	Desenvolvimento Pessoal (Gestão do comportamento)		Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento		80	7

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2008	Curso EFA	Comércio (Logística e Armazém)	Laboral	B3		150	14
		FM	Comércio		S		20	1
		FM	Comércio		S		24	1
		FM	Comércio		S		20	1
		FM	Comércio		S		20	1
		FM	Comércio		S		18	1
		FM	Comércio		S		11	1
		Formação Contínua	Hotelaria e Restauração (Cozinha)		Reciclagem, actualização e aperfeiçoamento		13	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2009	Curso EFA	Comércio (Logística e Armazém)	Laboral	B3		10	1
		FM	Comércio (ASHT)				25	1
		FM	Comércio (Logística e Armazém)				27	1
		FM	Comércio (ASHT)				25	1
		FM	Comércio (Logística e Armazém)				12	1
		FM	Comércio (Logística e Armazém)				27	1
		FM	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Aperfeiçoamento Linha de Montagem I		11	1
		FM	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Aperfeiçoamento Linha de Montagem II		19	1
		FM	Construção e Reparação de Veículos a Motor		Desmontagem de Componentes		23	1
		Formação para a Inclusão	Floricultura e Jardinagem	Laboral		Grupos desfavorecidos	17	1
		Curso EFA	Trabalho Social e Orientação (Animação Social e Cultural)	Laboral	S		14	1

Classificação	Período de Intervenção	Modalidade de Formação	Área de Formação	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	N.º de Acções
Entidade de Formação Pública	2010	FM	Comércio (Operador de Armazém)	Pós-laboral	B3	Activos	10	1
		Formação para a Inclusão	Floricultura	Laboral		Grupos desfavorecidos	13	1
		FM	Programas de Base (Língua Est. Cont. – Inglês)	Pós-laboral		Activos	17	1
		FM	Programas de Base (Língua Est. Inic.. – Alemão)	Pós-laboral		Activos	11	1
		FM	Programas de Base (Língua Est. Inic. – Alemão)	Pós-laboral		Activos	14	1
		FM	Programas de Base (Língua Est. Inic. – Alemão)	Pós-laboral		Activos	14	1
		Curso EFA	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens (Técnico de Acção Educativa)	Laboral	S	Desempregados	16	1
		Curso EFA	Trabalho Social e Orientação (Animação Social e Cultural)	Laboral	S	Desempregados	14	1

Anexo II-G: COMPETIR – Formação e Serviços, Lda
Período de Intervenção: 2008/2011

Classificação	Programa	Modalidade de Formação	Área de Formação	Nível de Formação (Início)	Regime de Funcionamento	Nível de Qualificação	Destinatários	N.º de Formandos	H	M
Entidade de Formação Privada	POPH	EFA	Agente em Geriatria	2	Pós-laboral	B2+B3 Nível 2	Empregados	17		17
	POPH	EFA	Técnico(a) da Qualidade	2	Laboral	S Nível 3	Desempregados	14	2	12